



SONAE COM

RELATÓRIO E CONTAS

**1º SEMESTRE
2009**

Índice

1. Mensagem de Ângelo Paupério, CEO da Sonaecom	2
2. Principais Indicadores do Semestre	4
3. Resultados Consolidados	5
3.1. Demonstração de Resultados Consolidados	5
3.2. Balanço Consolidado.....	8
4. Telecomunicações	11
4.1. Negócio Móvel	11
4.1.1. Indicadores Operacionais	11
4.1.2. Indicadores Financeiros	12
4.2. Negócio Fixo	13
4.2.1. Indicadores Operacionais	13
4.2.2. Indicadores Financeiros	14
5. Software e Sistemas de Informação (SSI)	15
5.1. Indicadores Operacionais	15
5.2. Indicadores Financeiros	16
6. Online e Media	17
6.1. Indicadores Operacionais	17
6.2. Indicadores Financeiros	18
7. Resultados Individuais da Sonaecom SGPS.....	19
7.1. Dados Operacionais.....	19
7.2. Dados Financeiros.....	20
8. Principais Desenvolvimentos Regulatórios	22
9. Governo da Sociedade	24
10. Artigos 447, 448 e Participações qualificadas.....	25
11. Declaração para os efeitos do Artigo 245º do CVM	28
12. Informação Financeira.....	29
12.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas	29
12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	36
12.3. Demonstrações Financeiras Individuais da Sonaecom SGPS	92
12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais da Sonaecom SGPS	99
12.5. Relatório de Revisão Limitada	134

Notas:

Estas demonstrações financeiras consolidadas, a 30 de Junho de 2009, estão sujeitas a revisão limitada e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), tal como adoptadas pela União Europeia.

1. Mensagem de Ângelo Paupério, CEO da Sonaecom

A Sonaecom volta a apresentar ao mercado um forte conjunto de resultados operacionais e financeiros, relativos ao primeiro semestre de 2009, que se encontram em linha com as nossas expectativas, apesar do exigente ambiente macroeconómico e competitivo. Conseguimos registar um crescimento sustentado da base de subscritores e de receitas de clientes no negócio móvel. Reforçamos a presença internacional dos nossos negócios da área da SSI. Obtivemos ainda um crescimento das receitas consolidadas e uma melhoria acentuada do EBITDA, como resultado das iniciativas de eficiência e de controlo de custos postas em prática na segunda metade do ano transacto.

Face às actuais condições macroeconómicas, os consumidores mostram-se cada vez mais cautelosos, revelando uma preocupação crescente com o conhecimento detalhado das diferentes ofertas que se encontram disponíveis no mercado. Esta situação é-nos especialmente favorável, porque os clientes associam tipicamente os nossos produtos e as nossas marcas a uma melhor proposta de valor.

O **negócio móvel** reforça o crescimento sustentado que tem vindo a apresentar, com o número total de clientes a aumentar cerca de 10% em relação ao período homólogo de 2008, para quase 3,3 milhões de subscritores no final do 1S09, um sinal inequívoco de que o esforço comercial e os investimentos realizados em 2008 estão a produzir resultados concretos. As receitas de clientes do serviço móvel continuam também a registar uma evolução positiva. Conseguimos poupanças ao nível de custos directos de serviço, custos de marketing e vendas e custos gerais e administrativos. Estes esforços permitiram uma subida substancial no EBITDA do negócio móvel (+43%) relativamente ao mesmo período de 2008.

O **negócio fixo residencial ULL** continuou a sentir fortes pressões competitivas, com o mercado a ser dominado por promoções agressivas de *bundles* e de serviços de televisão paga durante todo o 1S09. Neste contexto, continuámos a concentrar-nos na protecção do valor da nossa base de clientes, através da entrega de mais valor e qualidade de serviço, um dos factores chave da nossa proposta para este segmento. O nosso negócio fixo gerou um EBITDA de 1,7 milhões de euros e uma margem de 1,3% neste semestre. Ambos reflectem reduções face aos níveis atingidos no 1S08, em resultado da menor base de clientes residenciais e da perda de clientes de acesso indirectos, em linha com as nossas expectativas.

O nosso **negócio empresarial**, que compete agora no mercado, sob a marca Optimus, através de uma oferta de serviços móveis e fixos totalmente convergente, continuou a registar crescimentos nas componentes de telecomunicações fixas e móveis. Este facto constitui evidência de que o posicionamento que adoptámos foi bem recebido pelo mercado-alvo e que a convergência é já hoje uma realidade neste segmento.

Durante o primeiro semestre de 2009, continuámos o desenvolvimento da **rede de fibra** da Sonaecom, tendo actualmente já mais de 150 mil casas passadas. Os custos de implementação deste projecto e o nível de penetração obtido nas zonas com cobertura vai ao encontro das nossas expectativas iniciais para esta fase do projecto. Aprofundámos a nossa experiência em termos de *home-networking*. Adquirimos novos clientes e migramos clientes actuais de ULL. Este projecto permitiu-nos ainda desenvolver as nossas competências em serviços de televisão e aumentar a capacidade de transmissão da nossa rede móvel. Em paralelo com estes desenvolvimentos, temos vindo a analisar o estabelecimento de parcerias com outros operadores, entidades locais e municipais e com outras entidades interessadas, como uma possível forma alternativa de expandirmos a nossa rede de fibra óptica.

A **SSI** continuou a registar crescimento de receitas e de rentabilidade. No 1S09, o volume de negócios desta divisão aumentou em mais de 50% face ao ano anterior. Este acréscimo foi determinado por aumentos quer ao nível de receitas de serviços quer de vendas de equipamentos. As várias subsidiárias da SSI têm vindo a conseguir fortalecer a posição nos respectivos mercados, enquanto alargam a sua presença internacional. Maiores contributos, particularmente por parte da WeDo e da Bizdirect, levaram a um significativo aumento do EBITDA deste negócio, que cresceu 74%, numa base comparável, em relação ao período homólogo de 2008.

Ao nível do nosso **negócio online e media**, este foi mais um período pleno de desafios. As condições do mercado publicitário continuaram a deteriorar-se, uma tendência visível na generalidade do sector de *media*, o que determinou uma redução de 11,9% das receitas nesta área de negócio. Um aspecto positivo a destacar é facto de o Público ter conseguido sustentar os seus níveis de audiência. Esta divisão implementou também novas medidas para otimizar a sua estrutura de custos, tal como evidenciado pela redução de 10,8% no total dos seus custos operativos. De destacar ainda que o Público, no âmbito do plano de reestruturação em curso, e como sinal dos esforços conjuntos que tem sido levados a cabo para melhorar a sua posição competitiva, conseguiu recentemente chegar a um acordo com os seus trabalhadores que permitirá uma maior eficiência do negócio. No contexto de um enquadramento geral negativo, continuamos a procurar formas de alavancar a reputada marca “Público” e de explorar oportunidades de fortalecimento dos nossos conteúdos online.

Os nossos negócios implementaram durante o segundo trimestre de 2009 um conjunto de iniciativas comerciais importantes. Gostaria de destacar algumas destas iniciativas e acções, algumas das quais traduzem novo reconhecimento público da nossa capacidade de inovação:

- No final do 1S09, a **Optimus** foi o primeiro operador em Portugal a lançar uma oferta comercial efectiva de um produto de banda larga sem fios suportada pela tecnologia HSPA+;
- A oferta Optimus **Kanguru** no âmbito do programa “e-Escolas” foi reconhecida, num novo estudo levado a cabo por uma revista especializada nacional, como incluindo a melhor gama de computadores portáteis;
- A **Optimus** recebeu o prémio “Messaging Services Innovation Award” num concurso internacional promovido por uma publicação de referência no sector (Global Telecoms Business). Este prémio foi atribuído em reconhecimento da inovação que representaram os serviços de *webphone* e de *mobile instant messaging*, que introduzimos no mercado aquando do lançamento do Optimus “Tag”;
- O desenvolvimento para a Modelo Continente, retalhista líder em Portugal, do “Continente mobile” uma atractiva oferta, suportada pela rede móvel da Sonaecom, dirigida à vasta base de clientes do cartão de fidelidade dessa empresa;
- Pela primeira vez em Portugal, o **Clix** ofereceu aos seus clientes de televisão a possibilidade de acederem, de forma ilimitada, a pacotes de títulos disponíveis para aluguer pagando apenas um valor fixo de subscrição;
- O **Público** recebeu neste trimestre um importante prémio internacional, por parte da organização “Design and Art Direction” pela qualidade do seu desenho gráfico. Esta foi a primeira vez na história dos conceituados prémios de design que um jornal português obteve esta distinção;
- Ao nível da SSI, foi atribuída à **Mainroad**, empresa líder em soluções e serviços de continuidade de negócio, a segunda posição na categoria de “Best Risk Mitigation Provider” nos “Data Centres Europe Awards 2009”;
- A Agência Nacional de Compras Públicas seleccionou a **Saphety** como um dos quatro prestadores de serviços de plataformas electrónicas de contratação pública.

Estes sucessos são uma demonstração clara de que a Sonaecom continua a deter uma posição de destaque ao nível da inovação em produtos e serviços. Temos estado na origem dos principais desenvolvimentos nos mercados em que actuamos, continuamente procurando formas alternativas e inovadoras de competir.

No que diz respeito ao **contexto de regulação**, é importante destacar os benefícios concorrenciais que a introdução de assimetria em 2008 trouxe ao mercado móvel. O lançamento de produtos e serviços inovadores — incluindo várias ofertas destinadas a minorar o designado “efeito de rede” — permitiram que os consumidores capturassem mais valor e dispusessem de um leque de escolhas mais abrangente. O racional económico subjacente à introdução de assimetria no ano transacto era muito evidente e continua a ser válido nas condições actuais de mercado. Esperamos que a Anacom tome em consideração estas recentes dinâmicas de mercado no momento de proceder à reanálise das tarifas de terminação móvel. Na verdade, um eventual regresso à simetria exigiria reduções de tarifas bem mais radicais do que as recomendadas pela Comissão Europeia, se se quisesse continuar a combater as imperfeições específicas do mercado Português. Mesmo assim, seria sempre muito difícil assegurar que, por essa via, se alcançariam as mesmas vantagens para o consumidor que se verificaram indubitavelmente com a introdução de assimetria.

Reconhecemos o relevante papel que as telecomunicações poderão desempenhar em cenários de pandemia. A Sonaecom para além de ter constituído uma equipa interna dedicada a monitorar os desenvolvimentos da gripe, providenciou já extensa informação sobre o tema aos seus empregados e parceiros externos. Investimos também no reforço da capacidade e da resiliência da nossa rede, nos nossos processos internos e no nosso serviço ao cliente, procurando assegurar que os nossos serviços-chave estarão sempre disponíveis, mesmo em cenários de limitações à interacção entre pessoas.

Em conclusão, gostaria de referir que, no início do ano, comunicamos as nossas expectativas para o exercício de 2009 num contexto de elevada incerteza, partilhado pela maioria das empresas, que vêm operando em condições macroeconómicas e financeiras muito voláteis. Não são expectáveis melhorias na segunda metade do ano, quer ao nível do enquadramento económico geral, quer da natureza competitiva do mercado em que actuamos. Acreditamos todavia que conseguiremos atingir os objectivos definidos para o corrente exercício, embora, em relação ao FCF, seja de destacar que os montantes a receber do fundo criado com o objectivo de promover a “Sociedade de Informação” em Portugal, relativos à participação do negócio móvel no programa “Iniciativas-E”, poderá continuar a prejudicar a nossa performance em termos de geração de *cash flow*. No contexto atrás descrito, estou bastante satisfeito com os sucessos que a nossa organização conseguiu atingir nos primeiros seis meses do ano, tanto do ponto de vista comercial como financeiro, e acredito que, com base nos resultados atingidos, podemos agora perspectivar o resto do ano com confiança acrescida.

2. Principais Indicadores do Semestre

Principais Indicadores Operacionais

INDICADORES OPERACIONAIS	1S08	1S09	Δ 09/08
Negócio Móvel			
Clientes (EoP) ('000)	2,982.1	3,268.7	9.6%
Dados como % Receitas de Serviço	20.9%	27.6%	6,7pp
ARPU ⁽¹⁾ (euros)	16.9	14.9	-11.7%
MOU ⁽²⁾ (min.)	123.5	129.5	4.8%
Negócio Fixo			
Total Acessos (EOP)	701,098	528,467	-24.6%
Directos ⁽³⁾	482,540	432,886	-10.3%
Indirectos	218,558	95,581	-56.3%
Receita Média por Acesso - Retalho ⁽⁴⁾	21.5	22.6	5.3%
Sonaecom			
Total de Colaboradores	1,921	2,002	4.2%
Telecomunicações	419	436	4.1%
SSI	453	507	11.9%
Media	270	259	-4.1%
Serv. Partilhados ⁽⁵⁾ e Centro Corporativo	779	800	2.7%

(1) Receita Média mensal por Utilizador; (2) Minutos de Utilização por Cliente por mês. (3) Os número de acessos directos para o período de 3T07 até 3T08 foram ajustados; (4) Excluindo receitas de "Mass Calling services"; (5) Serviços Partilhados inclui, entre outros departamentos, Serviço ao Cliente, Técnica, IT/IS, Contabilidade, Legal e Regulação. O número de colaboradores do centro corporativo diminuiu face ao 1S08

Principais Indicadores Financeiros Consolidados

Milhões de Euros	1S08	1S09	Δ 09/08
IND. FINANCEIROS CONSOLIDADOS			
Volume de Negócios	475.6	481.6	1.3%
Receitas de Serviço	432.1	401.8	-7.0%
Receitas de Clientes	340.9	323.4	-5.1%
Receitas de Operadores	91.2	78.4	-14.1%
EBITDA	68.7	91.5	33.2%
Margem EBITDA (%)	14.4%	19.0%	4,6pp
Resultado Líquido - Grupo ⁽¹⁾	-12.2	1.4	-
CAPEX Operacional ⁽²⁾	67.7	52.3	-22.8%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	14.2%	10.9%	-3,4pp
EBITDA - CAPEX Operacional	1.0	39.2	-
FCF ⁽³⁾	-57.8	-17.6	69.5%
Dívida Líquida	367.4	321.3	-12.5%
Dívida Líq./ EBITDA (last 12 months)	2.3 x	1.8 x	-0.6x

(1) Resultados Líquidos após Interesses Minoritários; (2) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros, Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais; (3) FCF alavancado após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e custos de emissão de empréstimos.

- **Clientes:** (i) O número de clientes do serviço móvel aumentou 9,6% para 3,26 milhões de subscritores no final do 1S09, tendo-se registado 77,1 mil adições líquidas neste período. As receitas de dados representaram 27,6% das receitas do serviço do semestre, um acréscimo de 6,7pp face ao período homólogo; (ii) O total de acessos fixos directos foi de cerca de 433 mil, 9 mil acessos a menos do que no final do 1Q09. Tal é resultado das continuadas pressões competitivas (que nos levaram, nos últimos 3 trimestres, a um menor enfoque na aquisição de novos clientes ULL) e da crescente utilização da banda larga móvel.
- **Colaboradores:** O número total de colaboradores subiu 4,2% face ao ano anterior, ultrapassando os 2.000 empregados no 1S09. Esta evolução deveu-se a crescimentos ao nível: (i) da SSI, devido ao aumento de actividade dos seus negócios e da expansão internacional da WeDo e; (ii) das áreas de telecomunicações e de serviços partilhados, em resultado da decisão de reduzir a utilização de certos serviços subcontratados. O número de colaboradores do centro corporativo diminuiu face ao 1S08 e representa actualmente menos de 1,3% do total.
- **As Receitas de Serviço consolidadas** diminuíram 7,0% face ao período homólogo, devido a uma redução de 5,1% nas receitas de clientes. Esta redução é integralmente explicada pela evolução negativa verificada ao nível do negócio fixo e pela redução de 14,1% nas receitas de operadores (em resultado dos impactos negativos associados às reduções de tarifas reguladas: receitas de *roaming* e, principalmente, da introdução das novas tarifas de terminação móvel – "MTR").
- **EBITDA consolidado** de 91,5 milhões de euros, 33,2% superior ao valor registado no 1S08, na sequência de um aumento das contribuições do negócio Móvel e SSI. A margem EBITDA aumentou cerca de 4,6pp (de 14,4% no 1S08 para 19,0% no 1S09), devido essencialmente a: (i) redução de custos comerciais, nomeadamente, de marketing e vendas no negócio de Telecomunicações; (ii) benefícios alcançados com o novo programa de MTR, introduzido em Agosto de 2008 e; (iii) redução de 6,9% em outros custos operacionais, resultado dos programas de redução de custos iniciados no segundo semestre de 2008.

3. Resultados Consolidados

3.1. Demonstração de Resultados Consolidados

Milhões de Euros	1S08	1S09	Δ 09/08
DEM. RESULTADOS CONSOLIDADOS			
Volume de Negócios	475.6	481.6	1.3%
Móvel	303.1	298.8	-1.4%
Fixo	147.6	124.3	-15.8%
Online e Media	17.2	15.2	-11.9%
SSI	54.5	82.1	50.8%
Outros & Eliminações	-46.8	-38.8	17.0%
Outras Receitas	4.3	2.3	-46.4%
Custos Operacionais	403.4	378.9	-6.1%
Custos com Pessoal	48.8	49.2	0.8%
Custos Directos Serviços Prestados ⁽¹⁾	168.1	133.5	-20.6%
Custos Comerciais ⁽²⁾	108.4	123.5	14.0%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	78.1	72.7	-6.9%
EBITDAP	76.6	105.0	37.2%
Provisões e Perdas de Imparidade	7.9	13.5	72.2%
EBITDA	68.7	91.5	33.2%
Margem EBITDA (%)	14.4%	19.0%	4.6pp
Móvel	62.1	88.9	43.1%
Fixo	4.0	1.7	-58.3%
Online e Media	-1.5	-1.7	-9.5%
SSI	3.6	3.9	6.3%
Outros & Eliminações	0.4	-1.3	-
Depreciações e Amortizações	77.8	79.1	1.6%
EBIT	-9.1	12.4	-
Resultados Financeiros	-7.9	-7.3	7.2%
Proveitos Financeiros	1.6	3.1	92.5%
Custos Financeiros	9.5	10.4	9.7%
EBT	-17.0	5.1	-
Resultado de Imposto	5.0	-3.5	-
Resultado Líquido	-12.1	1.6	-
Atribuível ao Grupo	-12.2	1.4	-
Atribuível a Interesses Minoritários	0.2	0.2	5.8%

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + outros custos.

Volume de Negócios

O volume de negócios consolidado, no 1S09, foi de 481,6 milhões de euros, 1,3% acima do valor registado no 1S08. Esta performance foi determinada por: (i) uma diminuição das receitas de serviços (-7,0%), devido essencialmente à redução de 14,1% nas receitas de operadores; e (ii) um nível significativamente mais elevado das vendas de produtos e equipamentos (+83,7% face ao período homólogo).

As receitas de serviço consolidadas diminuíram 7,0%, para 401,8 milhões de euros, em consequência, sobretudo, do menor contributo do negócio Telco. Os principais determinantes deste desempenho foram os seguintes:

- no negócio fixo, as receitas de serviço diminuíram 16,4%, em resultado, principalmente, da redução das receitas de clientes de acesso indirecto mas também devido a uma menor contribuição do negócio residencial directo;
- no negócio móvel, verificou-se uma diminuição das receitas de serviços em 3,0%, em virtude do impacto, ao nível da receita de operadores, de menores receitas de *roaming* e do novo plano de tarifas de terminação móvel. Contrariamente, as receitas de clientes do negócio móvel aumentaram 1,8%, face ao período homólogo, isto apesar dos efeitos da recessão económica e do aumento de competitividade em alguns segmentos do mercado, que determinou uma redução da receita média por minuto;
- na SSI, as receitas de serviços aumentaram 7,3%, em virtude, principalmente, do desempenho positivo da WeDo, que registou um crescimento de 5,6%, face ao período homólogo, e da Bizdirect;
- no negócio Online e Media, verificou-se uma redução das receitas de serviços em 6,5%, fruto da quebra nas receitas de publicidade do Público, em resultado da deterioração generalizada das condições do mercado publicitário.

As receitas de clientes consolidadas diminuíram 5,1% face ao 1S08, em virtude, principalmente, da redução em 23,2% das receitas de clientes no negócio fixo, apenas parcialmente compensado pelo desempenho positivo das receitas de clientes do negócio móvel (+1,8% face ao período homólogo) e pelo aumento em 7,3% das receitas de clientes na SSI. De salientar que, em termos de evolução trimestral, as receitas de clientes do negócio móvel mantiveram uma evolução positiva, tendo aumentado 2,8% no 2T09, face ao mesmo período do ano passado e 2,1% face ao 1T09.

Custos Operacionais

O total de custos operacionais ascendeu aos 378,9 milhões de euros, um decréscimo de 6,1% face ao período homólogo, representando, actualmente, 78,7% do volume de negócios do semestre. No 2T09, os custos operacionais diminuíram 0,5% face ao 1T09 que, por sua vez, também diminuíram 6,6% face ao último trimestre de 2008, um claro sinal de que as medidas de controlo de custos implementadas durante o segundo semestre de 2008 estão a surtir efeito.

Os principais factores que contribuíram para a evolução dos custos operacionais no 1S09 foram os seguintes:

- os **custos com pessoal** mantiveram-se estáveis face ao 1S08 (+0,8%) atingindo os 49,2 milhões de euros, isto apesar do aumento do número total de colaboradores em cerca de 4,2%;
- os **custos directos de serviço** diminuíram em 20,6%, face ao mesmo período do ano passado, reflexo essencialmente do decréscimo de 24,1% dos custos de interligação e conteúdos, resultado do novo plano de tarifas de terminação móvel e de menores custos ULL;
- os **custos comerciais** aumentaram 14,0% face ao período homólogo, para 123,5 milhões de euros, no 1S09, em resultado de um maior nível de custo das vendas na SSI, impulsionado pelo sucesso das vendas de produtos da Bizdirect, apenas parcialmente compensado pela redução dos custos de marketing e vendas (incluindo subsídio de terminais), na área de telecomunicações. A operação de relançamento da marca Optimus e as correspondentes campanhas promocionais são o principal factor que justifica a redução de 24,3% dos custos comerciais do negócio móvel, face ao 1S08,
- os **outros custos operacionais** diminuíram 6,9%, face ao 1S08, essencialmente em consequência da redução tanto dos custos gerais e administrativos (decréscimo de 5,4%, face ao período homólogo) como dos custos de serviços subcontratados (inferiores em 5,1% face ao 1S08).

A redução de custos é também visível na evolução trimestral, particularmente ao nível dos custos com pessoal (redução de 1,3% face ao 1T09) e custos directos de serviço (-8,8%).

As **provisões e perdas de imparidade** aumentaram, no 1S09, em aproximadamente 5,6 milhões de euros, resultado do aumento das provisões para clientes de cobrança duvidosa (fruto da decisão tomada no 3T08, de reforçar essas provisões em consequência do aumento sustentado do nível de facturação e, simultaneamente, da deterioração da conjuntura económica), do aumento das provisões para existências no negócio fixo e apesar de uma redução do nível de provisões para outros riscos e encargos.

EBITDA

Em resultado das variações acima identificadas, ao nível de receita e custos, o EBITDA consolidado aumentou 33,2% para 91,5 milhões de euros, no 1S09, gerando uma margem de 19,0%, o que compara com uma margem de 14,4% no 1S08. A decomposição do EBITDA por área de negócio foi a seguinte:

- na área do negócio móvel, o EBITDA foi de 88,9 milhões de euros, um aumento de 43,1% face ao 1S08, devido, principalmente, ao impacto positivo da diminuição dos custos comerciais e dos custos de interligação atenuados, todavia, pelo impacto negativo da redução das receitas de *roaming*. A margem do negócio móvel ascendeu aos 29,7%, substancialmente superior à verificada no 1S08, mantendo-se aproximadamente estável nos dois primeiros trimestres de 2009;
- na área do negócio fixo, o EBITDA ascendeu a 1,7 milhões de euros (redução de 2,3 milhões de Euros face ao 1S08), essencialmente devido à perda de receitas de acesso indirecto, à elevada competitividade do mercado residencial e à manutenção das tendências operacionais

- verificadas desde 2008. Contrariamente ao segmento fixo residencial, a performance de EBITDA nos segmentos *Wholesale* e *Corporate & PMEs* continua a evoluir favoravelmente;
- c) ao nível da SSI, o EBITDA aumentou 6,3% face ao 1S08, para 3,9 milhões de euros, resultado, essencialmente, da melhoria substancial da performance da Bizdirect, cujo EBITDA aumentou 0,6 milhões de euros, face ao período homólogo, e da Saphety. Numa base comparável, isto é, se excluirmos o ganho de 1,4 milhões de euros, registado no 1S08, relativo à finalização do processo de aquisição da Tecnológica, o EBITDA teria aumentado 74%, face ao período homólogo, fruto, principalmente, do desempenho da WeDo;
 - d) no negócio *Online & Media*, o EBITDA foi negativo em 1,7 milhões de euros no semestre, uma redução de 9,5% face ao 1S08, mas registando uma melhoria de 14,9% entre o primeiro e o segundo trimestre de 2009, sendo de salientar o aumento, no trimestre, das receitas de publicidade em 0,6 milhões de euros, que mais do que compensaram a redução verificada ao nível da venda de jornais e um ligeiro aumento dos custos operacionais.

Resultado Líquido

O resultado líquido atribuível ao Grupo foi positivo em 1,4 milhões de euros, no 1S09, o que compara com um resultado líquido negativo de 12,2 milhões de euros no 1S08, devido, essencialmente, à melhoria de desempenho ao nível do EBITDA e à redução, em 7,2%, dos encargos financeiros líquidos.

Os encargos com amortizações e depreciações aumentaram, no semestre, 1,6% para 79,1 milhões de euros, resultado do aumento da base de activos por via dos investimentos efectuados, em 2008, na expansão das redes móvel e de acesso em fibra. De realçar ainda que, durante o 3T08, se iniciou a amortização dos 91,3 milhões de euros de activos incorpóreos, reconhecidos em CAPEX em 2008, relativos às obrigações assumidas no âmbito do programa “e-Escolas”. Face ao trimestre anterior, verifica-se que as despesas com amortizações e depreciações permaneceram, no 2T09, relativamente estáveis.

Comparativamente com o 1S08, os encargos financeiros líquidos diminuíram 7,2%, para 7,2 milhões de euros no 1S09, reflectindo:

- a) aumento dos custos financeiros em cerca de 0,9 milhões de euros, em virtude dos custos relacionados com a operação de securitização e do aumento do nível médio da dívida bruta no período, que mais do que compensou a redução do custo médio da dívida (de 5,1% no 1S08 para 3,1% no 1S09), reflexo dos movimentos das taxas de juro de mercado. De notar todavia que, excluindo os impactos da securitização, a diminuição do custo médio da dívida, mais do que compensou o efeito do aumento do nível médio da dívida bruta no semestre; e
- b) aumento dos proveitos financeiros em 1,5 milhões de euros, impulsionado pelo maior nível médio de liquidez no 1S09, resultado do aumento de liquidez gerado pela conclusão da operação de securitização no final de 2008.

A rubrica de impostos apresentou, no 1S09, um custo de 3,5 milhões de euros, o que compara com um benefício de 5,0 milhões de euros no 1S08, resultante essencialmente de um melhor desempenho ao nível do resultado antes de imposto (de 17 milhões euros negativos para 5,1 milhões de euros positivos).

3.2. Balanço Consolidado

Milhões de Euros	1S08	1S09	Δ 09/08	FY08	var.
BALANÇO CONSOLIDADO					
Total do Activo Líquido	1,795.5	1,957.2	9.0%	1,973.4	-0.8%
Activos não Correntes	1,443.4	1,481.6	2.6%	1,510.7	-1.9%
Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas	808.6	832.0	2.9%	858.6	-3.1%
Goodwill	525.8	525.9	0.0%	526.0	0.0%
Investimentos	2.0	1.2	-38.5%	1.2	0.0%
Impostos Diferidos Activos	107.0	122.5	14.5%	124.9	-1.9%
Activos Correntes	352.1	475.6	35.1%	462.8	2.8%
Clientes	185.7	162.2	-12.7%	173.7	-6.6%
Liquidez	6.9	121.4	-	105.7	14.8%
Outros	159.5	192.1	20.5%	183.4	4.8%
Capital Próprio	921.6	930.8	1.0%	929.0	0.2%
Grupo	920.6	930.5	1.1%	928.5	0.2%
Interesses Minoritários	1.0	0.3	-65.9%	0.5	-23.0%
Total Passivo	873.9	1,026.4	17.5%	1,044.5	-1.7%
Passivo não Corrente	478.7	583.1	21.8%	572.4	1.9%
Empréstimos Bancários	355.1	411.6	15.9%	381.7	7.8%
Provisões para outros Riscos e Encargos	32.5	32.3	-0.7%	32.2	0.2%
Outros	91.1	139.3	52.9%	158.5	-12.1%
Passivo Corrente	395.2	443.4	12.2%	472.1	-6.1%
Empréstimos Bancários	0.7	8.4	-	5.0	68.2%
Fornecedores	174.8	190.4	9.0%	179.1	6.3%
Outros	219.7	244.5	11.3%	288.0	-15.1%
CAPEX Operacional ⁽¹⁾	67.7	52.3	-22.8%	192.1	-72.8%
CAPEX Operacional como % Volume de Negócios	14.2%	10.9%	-3.4pp	79.8%	-68.9pp
CAPEX Total	161.6	53.2	-67.1%	289.7	-81.6%
EBITDA - CAPEX Operacional	1.0	39.2	-	-31.7	-
Cash Flow Operacional ⁽²⁾	-49.2	3.6	-	-59.5	-
FCF ⁽³⁾	-57.8	-17.6	69.5%	14.1	-
Dívida Bruta	374.3	442.7	18.3%	405.5	9.2%
Dívida Líquida	367.4	321.3	-12.5%	299.7	7.2%
Dívida Líquida/EBITDA últimos 12 meses	2.3 x	1.8 x	-0,6x	1.9 x	-0,1x
EBITDA/Juros ⁽⁴⁾ últimos 12 meses	8.0 x	8.8 x	0,8x	8.1 x	0,7x
Dívida / (Dívida + Capital Próprio)	28.9%	32.2%	3,3pp	30.4%	1,8pp
Excluindo a operação de Securitização:					
Dívida Líquida	367.4	409.9	11.6%	399.0	2.7%
Dívida Líquida/EBITDA últimos 12 meses	2.3 x	2.2 x	-0,1x	2.5 x	-0,3x
EBITDA/Juros ⁽⁴⁾ últimos 12 meses	8.0 x	8.8 x	0,8x	8.1 x	0,7x

(1) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros, Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais; (2) Cash Flow Operacional = EBITDA - CAPEX Operacional - Variação de Fundo de Maneio - Itens não Monetários e Outros; (3) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos; (4) Cobertura de Juros.

Estrutura de capital

A dívida bruta consolidada totalizava, no final do 1S09, 442,7 milhões de euros, um aumento de 68,4 milhões de euros face ao período homólogo e incluía, principalmente:

- 150 milhões de euros relativos a um empréstimo obrigacionista de longo prazo, com maturidade em Junho de 2013;
- 230 milhões de euros utilizados no âmbito do Programa de Papel Comercial contratado em 2007 (cujo montante máximo disponível é de 250 milhões de euros), com maturidade final em Julho de 2012;
- 33 milhões de euros utilizados no âmbito do Programa de Papel Comercial (cujo montante máximo disponível é de 70 milhões de euros) contratado em 2005 e disponível por um período renovável de 364 dias;
- 9,2 milhões de euros relativos a dívida de curto prazo, de um total de cerca de 20 milhões de euros de linhas de crédito de curto prazo contratadas; e
- 21,3 milhões de euros relacionados com contratos de locação financeira de longo prazo.

Com a maturidade, em Junho de 2009, do último swap taxa de juro contratado em 2007, actualmente a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a taxas de juro de mercado, permitindo captar nos trimestres futuros, a totalidade dos benefícios resultantes da actual redução de taxas de juro.

A dívida líquida consolidada no final do 1S09 era de 321,3 milhões de euros, uma redução de 12,5% quando comparado com o 1S08, reflectindo, essencialmente, a evolução do FCF entre os dois períodos, incluindo os fundos obtidos através da operação de securitização.

Em termos de evolução dos principais indicadores financeiros, o rácio da Dívida líquida face ao EBITDA anualizado atingiu os 1,8x no 1S09, o que representa uma redução tanto face ao período homólogo como face ao trimestre anterior. Esta evolução positiva deve-se não só ao decréscimo da dívida líquida mas também a um nível de EBITDA mais elevado nos últimos 12 meses. O rácio de Cobertura de juros melhorou de 8,0x, no 1S08, para 8,8x no final do 1S09, em consequência da melhoria de desempenho ao nível do EBITDA, isto apesar do aumento dos custos financeiros (aumento de 0,9 milhões face ao período homólogo). O rácio entre Dívida Bruta e Fundos Totais (Dívida Bruta mais Capitais Próprios) deteriorou-se ligeiramente, atingindo os 32,2% no 1S09 (face a 28,9% no 1S08), reflectindo os movimentos ao nível da dívida acima descritos e o aumento em 1% do Capital Próprio. O aumento do Capital Próprio resulta, essencialmente, do resultado líquido positivo gerado no período, que mais do que compensou o efeito da aquisição de acções próprias, que ascendeu a 9,5 milhões de euros entre Junho de 2008 e Junho de 2009, no âmbito das deliberações tomadas pelos accionistas, em Assembleia Geral, para cobertura das obrigações decorrentes dos Planos de Incentivo de Médio Prazo dos colaboradores.

Excluindo o impacto da operação de securitização, a dívida líquida consolidada, no final do 1S09, ascendia a 409,9 milhões de euros, 11,6% (ou 42,5 milhões de euros) acima do valor registado no final do 1S08, reflectindo, essencialmente, o FCF negativo subjacente gerado entre as duas datas. De referir ainda, que em relação à operação de securitização foi, durante o semestre, reembolsado aos obrigacionistas da emissão associada um montante total de 10 milhões de euros.

A dívida bruta consolidada continua a ser, essencialmente, contratada pela Sonaecom SGPS, mantendo-se a prática de se efectuar uma gestão eficiente das disponibilidades para alocação da liquidez disponível entre as diversas subsidiárias. No final do 1S09, a liquidez e o montante relativo a linhas de crédito disponíveis e não utilizadas pelo Grupo Sonaecom totalizavam, aproximadamente, 189 milhões de euros e a maturidade média ponderada das linhas de crédito cifrava-se em cerca de 2,5 anos. Conforme referido anteriormente, não existem amortizações programadas de empréstimos bancários até 2010.

CAPEX

Durante o ano de 2008, e como parte integrante do plano de investimento anunciado para o ano, a empresa investiu significativamente na capacidade e cobertura da rede móvel, com a entrada em funcionamento de novos sites UMTS, modernização da rede 3G com HSPA e aumento da capacidade de *backhaul*. Os investimentos substanciais efectuados durante o ano de 2008, colocaram a nossa rede móvel na vanguarda em termos de tecnologia, cobertura e capacidade, permitindo à Sonaecom continuar a liderar em termos de banda móvel e procurar crescimento adicional.

O CAPEX consolidado, no 1S09, foi de cerca de 53,2 milhões de euros, enquanto o CAPEX Operacional atingiu os 52,3 milhões de euros, 22,8% abaixo do 1S08, representando cerca de 10,9% do total do volume de negócios. A redução do CAPEX Operacional, face ao período homólogo, resulta, essencialmente, da conclusão do ambicioso projecto de investimento levado a cabo em 2008.

Capital Próprio

No final do 1S09, o Capital Próprio totalizava 930,8 milhões de euros, o que compara com 921,6 milhões de euros no final do 1S08, reflectindo, principalmente, os resultados líquidos gerados no período, os quais mais do que compensaram a aquisição de acções próprias efectuadas entre as duas datas, associadas às obrigações previstas nos Planos de Incentivo de Médio Prazo dos colaboradores.

FCF

Milhões de Euros

	1S08	1S09	Δ 09/08
FREE CASH FLOW ALAVANCADO			
EBITDA-CAPEX Operacional	1.0	39.2	-
Varição de Fundo de Maneio	-52.8	-42.2	20.1%
Items não monetários e Outros	2.7	6.5	145.3%
Cash Flow Operacional	-49.2	3.6	-
Investimentos Financeiros	-0.2	0.0	100.0%
Securitização	0.0	-10.0	-
Acções Próprias	-1.4	-2.0	-44.7%
Custos com OPA	-0.1	0.0	100.0%
Resultados Financeiros	-7.0	-9.2	-32.1%
Impostos	0.0	0.0	-
FCF	-57.8	-17.6	69.5%

O FCF consolidado, no 1S09, foi negativo em 17,6 milhões de euros, face a um FCF negativo de 57,8 milhões de euros no 1S08, e compreende os seguintes elementos:

- Um nível de EBITDA-CAPEX Operacional positivo de 39,2 milhões de euros, significativamente superior ao valor registado no 1S08;
- Um aumento de 42,2 milhões de euros no investimento em fundo de maneo, reflectindo essencialmente, a redução do crédito concedido pelos fornecedores de imobilizado, uma evolução previsível na primeira parte do ano, atendendo ao elevado nível de CAPEX registado no último trimestre do ano anterior;
- De notar ainda que as necessidades de fundo de maneo incluem ainda um montante de aproximadamente 23 milhões de euros a receber da “Fundação para a Sociedade de Informação”, uma entidade criada com o objectivo de promover a “Sociedade de Informação” em Portugal, relativo à nossa participação no programa “Iniciativas-E”. Nos termos acordados com a referida entidade, é expectável que estes montantes sejam liquidados no curto prazo;
- Pagamentos relacionados com a operação de securitização no montante de 10 milhões de euros;
- Aquisição, durante o 1S09, de acções próprias no montante de 2.0 milhões de euros; e
- Fluxos financeiros líquidos de 9,2 milhões de euros, aproximadamente 2,2 milhões de euros acima do valor registado no 1S08, em virtude, essencialmente, do impacto decorrente da operação de securitização.

De referir que o FCF consolidado foi positivo em 28,2 milhões de euros no 2T09, o que compara com um FCF consolidado negativo em 25,1 milhões de euros no 2T08 e com um FCF consolidado negativo em 45,9 milhões de euros no 1T09, reflectindo o enfoque, que tem sido colocado em 2009, na geração de liquidez. Note-se todavia, que o desempenho no trimestre, em termos de variação das necessidades de fundo de maneo, está influenciado pelo pagamento extraordinário de cerca de 25 milhões de euros relativos a IVA, relacionado com uma transacção interna, efectuado no 1T09 e subsequentemente recuperado no 2T09.

4. Telecomunicações

4.1. Negócio Móvel

O ano de 2009 continua a registar resultados positivos no nosso negócio móvel, tanto em termos operacionais como financeiros. As iniciativas comerciais implementadas em 2008, bem como os investimentos efectuados em suporte da marca e da melhoria da nossa capacidade de distribuição e serviço ao cliente estão a traduzir-se em bons resultados, nomeadamente em crescimento de todos os segmentos do negócio móvel.

4.1.1. Indicadores Operacionais

NEG. MÓVEL - INDIC. OPERACIONAIS	1S08	1S09	Δ 09/08
Clientes (EoP) ('000)	2,982.1	3,268.7	9.6%
Novos Clientes ('000)	88.6	77.1	-12.9%
Dados como % Receitas de Serviço	20.9%	27.6%	6,7pp
Total #SMS/mês/Cliente	49.9	47.5	-4.8%
MOU ⁽¹⁾ (min.)	123.5	129.5	4.8%
ARPU ⁽²⁾ (euros)	16.9	14.9	-11.7%
Cliente	13.1	12.1	-7.5%
Interligação	3.8	2.8	-26.1%
ARPM ⁽³⁾ (euros)	0.14	0.12	-15.7%

(1) Minutos de Utilização por Cliente por mês; (2) Receita Média mensal por Utilizador; (3) Receita Média por Minuto;

Base de clientes

A nossa base de clientes móvel aumentou 9,6%, registando 3,27 milhões clientes no final do 1S09, em comparação com 2,98 milhões no final do período homólogo em 2008 e 3,22 milhões no final do 1T09. O nível de adições líquidas atingiu aproximadamente 49 mil clientes no final do 2T09, cerca de 74% acima do valor registado no trimestre anterior. Este crescimento estende-se a todos os nossos segmentos móveis, e em particular ao nível da expansão da nossa base de clientes de banda larga móvel.

O peso dos clientes pós-pagos no total da base de clientes continua a crescer, representando, no final do 1S09, cerca de 31% do total dos clientes móveis um aumento de 1,9pp relativamente ao valor registado no 1S08.

No 1S09, a receita média mensal ("ARPU") por cliente móvel era de 14,9 euros, menos cerca de 2 euros relativamente ao mesmo período de 2008, em resultado da combinação do efeito das descidas das receitas de interligação e da receita média por minuto ("ARPM"). O ARPU manteve-se relativamente estável entre o primeiro e o segundo trimestre de 2009.

Do total do ARPU registado no 1S09, 12,1 euros são relativos a receitas de clientes e 2,8 euros dizem respeito a receitas de operadores, em comparação com 13,1 euros e 3,8 euros respectivamente, no 1S08. De notar que a descida de 15,7% no ARPM foi parcialmente compensada pelo aumento de 4,8% nos minutos de utilização por cliente, o que determinou uma redução de 7,5% nos níveis de facturação ao cliente.

Utilização de dados

Conseguimos, mais uma vez, manter a nossa posição de liderança em vendas de banda larga móvel no canal de retalho e registámos um crescimento significativo de utilização de dados, nomeadamente através da promoção do nosso produto "Kanguru", baseado em tecnologias HSPA. Depois de completarmos com sucesso os testes desta nova tecnologia, no 1T09, a Optimus tornou-se no primeiro operador a introduzir, no decorrer do 1S09, uma oferta comercial de banda larga móvel com base em tecnologia HSPA+, que permite *downloads* de até 21,6 Mbps e *uploads* de 5,7 Mbps.

O programa governamental ("Iniciativas E") destinado ao desenvolvimento da Sociedade de Informação em Portugal continua a contribuir para a manutenção das elevadas taxas de crescimento da banda larga móvel.

Durante o 1S09, a Optimus foi reconhecida, através de um inquérito levado a cabo pela revista Exame Informática, como o operador que oferece a melhor gama de computadores portáteis no âmbito do programa e-Escolas. A oferta Optimus Kanguru ao abrigo do e-Escolas foi considerada a melhor alternativa dentro do programa, incluindo os melhores *laptops*, o melhor acesso internet móvel e a vantagem exclusiva de entrega imediata em mais de 30 lojas espalhadas pelo país.

As receitas de dados representaram 27,6% das receitas de serviço do 1S09, uma melhoria de 6,7pp relativamente ao 1S08, resultado da nossa aposta na promoção da utilização de serviços de dados e do sucesso das nossas soluções de acesso móvel à Internet de banda larga. Os serviços de dados não relacionados com SMS continuaram a aumentar o seu peso relativo nas receitas de dados, tendo totalizado, neste semestre, aproximadamente 73% do total das receitas de dados, em comparação com apenas 62% no 1S08. De salientar que as receitas dos serviços de dados (excluindo receitas de SMS) continuam a registar um aumento significativo de mais de 50% entre o primeiro semestre de 2009 e 2008.

Rede de acesso móvel

No 1S09, ainda que a um ritmo mais lento do que no mesmo período de 2008, continuámos a investir na cobertura e capacidade da nossa rede de acesso móvel, através da implementação de novos *sites* para UMTS, da disponibilização acrescida de HSPA na nossa rede 3G e do aumento da capacidade de *backhaul*. O peso do investimento em rede efectuado no último ano deverá permitir à Sonaecom continuar a manutenção da sua posição de liderança em banda larga móvel e a exploração de novas oportunidades de crescimento.

Em consequência do esforço constante de melhoria da nossa rede, a Sonaecom foi por diversas vezes reconhecida por entidades independentes como detentora da melhor rede de telecomunicações em Portugal. Os resultados dos estudos publicados pela Anacom, no 1S09, destinados a avaliar a qualidade do serviço prestado pelos operadores móveis portugueses nas áreas de Lisboa e Porto, nas grandes cidades, principais estradas e vias ferroviárias são prova desse reconhecimento. Estes resultados demonstram a excelência da rede móvel da Sonaecom, quer em termos de 2G como de 3G.

4.1.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	1S08	1S09	Δ 09/08
NEGÓCIO MÓVEL - DEM. RESULTADOS			
Volume de Negócios	303.1	298.8	-1.4%
Receitas de Serviço	288.2	279.7	-3.0%
Receitas de Clientes	223.8	227.9	1.8%
Receitas de Operadores	64.5	51.8	-19.6%
Vendas de Equipamento	14.8	19.1	28.7%
Outras Receitas	22.7	17.4	-23.0%
Custos Operacionais	258.5	219.0	-15.3%
Custos com Pessoal	26.0	26.7	2.5%
Custos Directos de Serviços Prestados ⁽¹⁾	101.2	83.0	-18.0%
Custos Comerciais ⁽²⁾	73.7	55.8	-24.3%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	57.6	53.5	-7.2%
EBITDAP	67.2	97.3	44.7%
Provisões e Perdas de Imparidade	5.1	8.4	65.0%
EBITDA	62.1	88.9	43.1%
Margem EBITDA (%)	20.5%	29.7%	9.2pp
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	50.9	30.9	-39.4%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	16.8%	10.3%	-6.5pp
EBITDA - CAPEX Operacional	11.2	58.0	-
CAPEX Total	146.4	31.8	-78.3%

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Outros custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

4.2. Negócio Fixo

Ao longo do 1S09, manteve-se a tendência verificada no ano de 2008, com a pressão competitiva a reflectir-se particularmente no segmento residencial fixo, nos subsegmentos de voz, banda larga e TV. A crescente aceitação de ofertas agregadas pelos clientes, em conjunto com novas promoções oferecidas pelos operadores, contribuiu também para a redução do valor do segmento como um todo. Neste contexto de mercado, focámo-nos em proteger o negócio de acesso directo em banda larga, reduzindo os níveis de *churn*, apostando na fidelização de clientes e reforçando os nossos serviços de IPTV e Home-Video (actualmente com mais de 1.500 títulos disponíveis), ao mesmo tempo que procuramos continuar a melhorar o serviço de apoio ao cliente.

Continuámos ainda a alavancar a nossa rede de acesso fixa através da sua utilização para a prestação de serviços convergentes aos segmentos de *corporate* e PMEs, onde a nosso posicionamento estratégico como operador global e integrado é particularmente apelativo para os clientes.

4.2.1. Indicadores Operacionais

NEG. FIXO - INDIC. OPERACIONAIS	1S08	1S09	Δ 09/08
Total de Acessos	701,098	528,467	-24.6%
Acessos Directos⁽¹⁾	482,540	432,886	-10.3%
Voz	261,116	232,258	-11.1%
Internet de Banda Larga	202,228	171,256	-15.3%
Outros	19,196	29,372	53.0%
Acessos Indirectos	218,558	95,581	-56.3%
Centrais Desagregadas c/ Transmissão	174	192	10.3%
Centrais Desagregadas com ADSL2+	166	175	5.4%
Acesso Directo em % Receitas Clientes	68.5%	77.5%	9pp
Receita Média por Acesso - Retalho⁽²⁾	21.5	22.6	5.3%

(1) Os número de acessos directos para o período de 3T07 até 3T08 foram ajustados; (2) Excluindo receitas de Mass Calling services e recalculada no 3T08, de acordo com o novo número de acessos.

Base de Clientes

No final do 1S09, o número total de acessos ascendeu a 528,5 mil, decrescendo 24,6% face ao 1S08, resultado de uma redução de 10,3% nos acessos directos e, principalmente, de uma redução de 56,3% nos acessos indirectos (como consequência do *churn* de clientes de voz em acesso indirecto, tal como esperado). O número de acessos directos representou 81,9% do total de acessos do negócio fixo no final deste semestre, comparativamente com os 68,8% obtidos no 1S08.

Embora a um ritmo mais lento do que nos trimestres anteriores, o nível de activações líquidas de acessos directos foi, no 2T09, mais uma vez negativo (tendo sido perdidos cerca de 9 mil acessos), como resultado das tendências de mercado prevaletentes desde o 2S08, tais como: (i) desaceleração do mercado total de banda larga fixa em Portugal; (ii) expansão limitada do mercado endereçável das nossas ofertas em ULL; e (iii) dada a predominância de promoções destruidoras de valor no mercado, o crescente enfoque na fidelização de clientes e na qualidade do serviço prestado.

A receita média por acesso em retalho aumentou para 22,6 euros, representando uma variação positiva de 5,3% face ao 1S08 devido, essencialmente, ao aumento do peso dos acessos directos da nossa base de clientes.

De notar ainda que a nossa rede fixa assume um papel importante no fornecimento de produtos e serviços convergentes para os segmentos de *corporate* e PME's. Nestes segmentos, o número de acessos e as receitas de clientes registaram um crescimento positivo em relação ao 1S08.

Serviços

Durante o 1S09, continuámos a reforçar a nossa oferta IPTV, adicionando novos conteúdos, incluindo a introdução de novos canais (por exemplo, Benfica TV, o canal exclusivo KidsCo, SportTV HD e Sci-fi) e apostando particularmente em conteúdos em alta definição (tanto ao nível de canais como de filmes colocados à disposição através da oferta *Home Video*). O Clix TV disponibiliza, actualmente, uma oferta de mais de 110 canais.

Importa também salientar que o Clix demonstrou novamente o seu espírito inovador e papel de liderança na introdução de novos serviços e funcionalidades no mercado nacional de televisão. Após ter sido o primeiro operador a fornecer o serviço IPTV em Portugal, a Clix SmarTV introduziu uma importante novidade no mercado ao colocar à disposição dos clientes a funcionalidade de reiniciar um programa de televisão sem necessidade de qualquer instrução prévia de gravação. A “Restart TV” funciona em qualquer *TV box* e está disponível gratuitamente nos principais canais das nossas ofertas.

Durante o 2T09, o Clix introduziu uma nova oferta de *video on demand*, concedendo, pela primeira vez em Portugal, aos clientes do videoclube do seu serviço de televisão a oportunidade de acederem, de forma ilimitada, a pacotes de títulos disponíveis para alugar pagando apenas um valor fixo de subscrição mensal.

Rede de acesso Fibra

Continuámos a implementação da nossa rede de fibra através da qual a Sonaecom tem, pela primeira vez, a responsabilidade total pela rede utilizada na entrega de serviços fixos ao mercado residencial, dispondo, assim, do controlo sobre a qualidade do serviço prestado ao cliente. A reacção dos clientes que já aderiram ao serviço, alguns milhares no final deste semestre, tem sido extremamente positiva, tanto em termos de experiência de banda larga como de televisão. Por outro lado, estamos também satisfeitos com as vendas de novos serviços a clientes que migraram de ULL para a nossa rede FTTH, um dos factores económicos subjacentes ao projecto de investimento em fibra.

4.2.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	1S08	1S09	Δ 09/08
NEGÓCIO FIXO - DEM. RESULTADOS			
Volume de Negócios	147.6	124.3	-15.8%
Receitas de Serviço	147.2	123.1	-16.4%
Receitas de Clientes	93.4	71.7	-23.2%
Receitas de Acesso Directo	64.0	55.6	-13.1%
Receitas de Acesso Indirecto	27.4	14.4	-47.6%
Outros	2.0	1.8	-14.3%
Receitas de Operadores	53.8	51.4	-4.5%
Vendas de Equipamento	0.4	1.2	-
Outras Receitas	0.4	0.5	11.7%
Custos Operacionais	141.4	118.6	-16.1%
Custos com Pessoal	5.0	2.7	-46.1%
Custos Directos de Serviços Prestados ⁽¹⁾	98.4	77.0	-21.7%
Custos Comerciais ⁽²⁾	9.2	12.4	35.5%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	28.8	26.5	-8.0%
EBITDAP	6.6	6.1	-7.6%
Provisões e Perdas de Imparidade	2.6	4.5	70.0%
EBITDA	4.0	1.7	-58.3%
Margem EBITDA (%)	2.7%	1.3%	-1.4pp
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	16.3	19.7	20.8%
CAPEX Oper. em % Volume Negócios	11.1%	15.9%	4,8pp
EBITDA - CAPEX Operacional	-12.3	-18.1	-46.5%
CAPEX Total	17.2	19.7	14.6%

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Outros custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

5. Software e Sistemas de Informação (SSI)



Mais uma vez, a SSI gerou bons resultados operacionais e financeiros, registando significativos crescimentos a nível das receitas e rentabilidade. Esta evolução positiva continua a ser impulsionada pelo crescimento e expansão internacional da WeDo Technologies, assim como pela crescente penetração de mercado de todas as outras empresas operacionais: Mainroad (*IT Management*, segurança e continuidade do negócio), Bizdirect (comercialização de soluções multi-marca de equipamento de IT) e Saphety (serviços de automatização de processos de negócio, facturação electrónica e segurança nas transacções B2B).

Durante o 2T09, a WeDo concluiu o processo de aquisição dos activos da Brainware – uma empresa portuguesa de IT focada no sector financeiro – através do qual se transferiram para a WeDo a equipa de consultores, os produtos e a carteira de clientes daquela entidade. Com esta transacção a WeDo visa aumentar a sua presença no sector financeiro.

5.1. Indicadores Operacionais

SSI - INDICADORES OPERACIONAIS	1S08	1S09	Δ 09/08
Receitas Serv. IT/Colaboradores ⁽¹⁾ ('000euros)	57.9	62.7	8.3%
Vendas Equipamento em % Vol. Negócios	46.4%	61.9%	15,4pp
Vendas Equipam./Colaborador ⁽²⁾ ('000 euros)	1,950.8	2,915.9	49.5%
EBITDA/Colaborador ('000 euros)	4.8	7.5	56.4%
Colaboradores	453	507	11.9%

1) Excluindo colaboradores dedicados a Vendas de Equipamento; (2) Bizdirect; (3) EBITDA do 1H08 considerado exclui o ganho de 1,4 milhões de euros registado nesse trimestre, relativo a processo de aquisição da Tecnológica.

Durante o 1S09, as receitas de serviço por colaborador atingiram os 62,7 milhares de euros, um valor 8,3% superior ao registado no 1H08, e as vendas de equipamento por colaborador cresceram mais de 49% face ao ano anterior. Ambos os indicadores demonstram claramente os ganhos de eficiência alcançados pelas empresas SSI. O número total de colaboradores no final do trimestre era de 507, representando um crescimento de 11,9% face ao ano anterior. Este aumento do número de colaboradores é maioritariamente justificado pela necessidade adicional de consultores para suportar o crescimento do nível de actividade das suas subsidiárias e pela crescente internacionalização da WeDo.

A **WeDo** continua a aumentar a sua presença internacional, a reforçar a sua posição de liderança no mercado global de *Revenue Assurance*, a desenvolver o seu portfolio de produtos e a expandir para além da sua tradicional base de clientes de telecomunicações. É importante realçar que, em Maio de 2009, a WeDo promoveu o seu quarto encontro mundial de utilizadores. Durante dois dias, a empresa apresentou a sua nova estratégia baseada no conceito de “business assurance” a mais de 70 especialistas de todo o mundo. Este evento trouxe a Portugal mais de 30 operadores de telecomunicações, entre os quais a Vodafone, a Ufone e a Orascom, que apresentaram os seus exemplos de sucesso na implementação das soluções da WeDo.

Como parte do processo de racionalização da rede internacional de escritórios, a WeDo alterou a localização dos seus escritórios no Brasil devido ao rápido crescimento da equipa nos últimos anos e como forma de promover a consolidação de actividades no mercado local. Actualmente, a WeDo está presente em 12 países diferentes. É de referir que as receitas internacionais representaram mais de 56% do total de receitas do 1S09.

A **Mainroad**, uma empresa líder em soluções de segurança e continuidade do negócio, foi considerada a segunda melhor empresa na categoria de “*Best Risk Mitigation Provider*” no concurso de “*Data Centres Europe Awards 2009*”. Esta distinção, obtida num concurso que incluiu 20 grandes fornecedores de todo o mundo, é uma indicação das capacidades da Mainroad em termos de segurança e continuidade do negócio.

Em Junho de 2009, a **Saphety** (através da sua plataforma BizGov) foi seleccionada pela Agência Nacional de Compras Públicas como uma das quatro empresas que irão fornecer o serviço de plataformas electrónicas para contratação pública. Em linha com as orientações nacionais e da UE, a instalação de plataformas electrónicas ao nível de concursos públicos visa reduzir a burocracia destes processos e, conseqüentemente, promover a competitividade, a transparência e melhorar as condições de contratação pública.

5.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	1S08	1S09	Δ 09/08
SSI CONSOLIDADO - DEM. RESULTADOS			
Volume de Negócios	54.47	82.13	50.8%
Receitas de Serviço	29.19	31.32	7.3%
Vendas de Equipamento	25.29	50.81	100.9%
Outras Receitas	1.62	0.32	-80.3%
Custos operacionais	52.37	78.54	50.0%
Custos com Pessoal	13.64	14.11	3.4%
Custos Comerciais ⁽¹⁾	25.45	50.70	99.2%
Outros Custos Operacionais ⁽²⁾	13.27	13.73	3.5%
EBITDAP	3.72	3.91	5.2%
Provisões e Perdas de Imparidade	0.07	0.03	-55.4%
EBITDA	3.65	3.88	6.3%
Margem EBITDA (%)	6.7%	4.7%	-2pp
CAPEX Operacional ⁽³⁾	0.41	1.44	-
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	0.8%	1.8%	1pp
EBITDA - CAPEX Operacional	3.24	2.44	-24.7%
CAPEX Total	-2.01	1.44	-

(1) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + outros custos; (3) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

Volume de Negócios

No 1S09, o volume de negócios da SSI teve um crescimento significativo de 50,8% face a igual período do ano anterior, alcançando 82,1 milhões de euros. Esta performance é resultado de crescimento quer ao nível das vendas de equipamento de IT, as quais mais do que duplicaram atingindo os 50,8 milhões de euros, quer em receitas de serviço, que cresceram 7,3% devido, essencialmente, ao crescimento de 5,6% das receitas de serviço da WeDo, com particular destaque para o crescimento registado na América Latina. A WeDo continua a representar a maioria (cerca de 68% no 1S09) das receitas de serviço da SSI.

Em termos de evolução trimestral do 1T09 para o 2T09, o crescimento registado nas receitas de serviço (+2,3%) e nas vendas de equipamento (+7,9%) é um indicador positivo da relativa resiliência do negócio SSI face à actual desaceleração económica.

Durante o 1S09, as vendas de equipamentos representaram 61,9% do volume de negócios, um aumento de 15,4pp face ao 1S08, resultado do contributo positivo das vendas de licenças de software e computadores da Bizdirect, em parte justificadas pelo sucesso do programa e-Escolas.

EBITDA

O EBITDA da SSI foi positivo em 3,9 milhões de euros no 1S09, representando um crescimento de 6,3% face ao ano anterior mas traduzindo uma redução da margem EBITDA de 2pp para os 4,7%. Esta redução é explicada por (i) reconhecimento, durante o 2T08, de um ganho de 1,4 milhões de euros relativos ao fecho do processo de aquisição da Tecnológica pela WeDo; e (ii) pelo aumento do volume de vendas de equipamento que, tipicamente, geram margens mais reduzidas; e não obstante a evolução positiva do EBITDA da Bizdirect e da Saphety. Mais relevante é a evolução do EBITDA e respectiva margem numa base comparável, os quais, no 1S09, cresceram 74,0% e 0,6pp, respectivamente.

Relativamente à evolução da margem EBITDA, a WeDo atingiu 9,7% no 1S09, um crescimento significativo face aos 5% registados no 1S08, mais uma vez, numa base comparável (isto é, excluindo o ganho relativo ao fecho do processo de aquisição da Tecnológica). Este desempenho é resultado da evolução positiva nas receitas, da maior eficiência de custos na gestão da sua presença internacional e pelo desbloqueio de sinergias geradas pelas aquisições efectuadas no final de 2007.

6. Online e Media

Durante o 1S09, a nossa unidade de Media foi reorganizada de modo a incorporar também os portais on-line, nomeadamente o Clix.pt e o Miau.pt, um líder na área dos leilões em Portugal, que, juntamente com o Público.pt, são agora geridos de uma forma integrada, com o objectivo de extrair todas as possíveis sinergias entre os negócios e explorar o crescente potencial da nossa posição de liderança no on-line. É de salientar que através da sua estratégia de inovação pioneira no contexto digital, o Público continua a ser um líder claro entre os jornais generalistas Portugueses, ao nível do acesso on-line, uma área que tem vindo a apresentar um crescimento positivo.

Durante o 2T09, o Público recebeu um prémio de prestígio internacional pelo seu design (da organização *Design and Art Direction*), tendo sido a primeira vez que um jornal Português recebeu este prémio. Este é um reconhecimento pela qualidade do design e grafismo do Público.

Também durante o mês de Junho de 2009, os leitores do Público tiveram a possibilidade de aproveitar as vantajosas ofertas exclusivas de diferentes entidades, tais como a Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação de Serralves ou as Pousadas de Portugal. Estas ofertas estavam disponíveis nas edições diárias de Segunda a Quinta-feira, sob o título “Em Junho, o Público vale mais que 1 euro”.

6.1. Indicadores Operacionais

PÚBLICO - INDIC. OPERACIONAIS	1S08	1S09	Δ 09/08
Circulação Média Mensal Paga ⁽¹⁾	42.670	39.174	-8.2%
Quota Mercado de Publicidade (%)	12.9%	11.8%	-1,2pp
Audiência ⁽²⁾ (%)	4.3%	4.4%	0,1pp
Colaboradores	261	248	-5.0%

(1) Valor estimado, actualizado no período seguinte; (2) Em % da população; Fonte: Bareme Imprensa.

A circulação paga diminuiu cerca de 8,2% em comparação com o 1S08, com uma média de 39.174 jornais vendidos no 1S09. Conforme já mencionado, o mercado da imprensa paga continua a enfrentar desafios competitivos, com o aumento da leitura de jornais on-line e o acréscimo de concorrência dos jornais gratuitos (apesar de, nos últimos meses, estes terem vindo a apresentar um decréscimo significativo de circulação). Até Maio de 2009 (os últimos dados disponíveis), a quota de mercado média do Público (entre os jornais diários generalistas), em termos de circulação paga, atingiu os 10,9%, uma redução de aproximadamente 0.9pp em comparação com o mesmo período de 2008¹.

Os mais recentes indicadores de audiências continuam a mostrar um ligeiro aumento do número total de leitores, com o Público a atingir no 1S09, cerca de 4,4% do total da população (um aumento de 0,1pp versus 1S08). Também é de realçar que o Público recuperou a terceira posição entre a imprensa diária generalista paga.

No que diz respeito à publicidade, as dinâmicas de mercado deterioraram-se no 1S09, tendo as receitas de publicidade para o segmento dos jornais generalistas diários pagos, até Maio, e em comparação com o mesmo período do ano anterior, diminuído cerca de 14,1%². Como referido no passado, estes valores referem-se ao espaço publicitário calculado a preços de tabela de referência, as quais subestimam as tendências negativas que as pressões competitivas impõem nos descontos. Contrariamente às tendências do mercado durante a maior parte do ano de 2008, é de realçar que no mesmo período, estima-se que as receitas de publicidade dos jornais gratuitos tenham tido uma performance ainda mais negativa (uma redução de cerca de 34% face ao ano transacto).

A quota de mercado do Público no mercado publicitário alcançou os 11,8% no 1S09, uma redução de 1,2pp comparativamente ao 1S08. A deterioração da envolvente macroeconómica está a causar novos cortes nos gastos das empresas durante 2009, com um impacto negativo nos orçamentos de publicidade. Estima-se que as perdas de receitas de publicidade registadas no Público estejam aproximadamente em linha com as perdas dos seus maiores concorrentes.

¹ Fonte: APCT

² Fonte: Marktest/Media Monitor

6.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	1S08	1S09	Δ09/08
ONLINE E MEDIA- D.RES. CONSOLIDADOS			
Volume de Negócios	17.23	15.17	-11.9%
Vendas de Publicidade ⁽¹⁾	7.31	6.83	-6.5%
Vendas de Jornais	6.09	5.95	-2.4%
Vendas de Produtos Associados	3.83	2.40	-37.5%
Outras Receitas	0.10	0.10	0.7%
Custos operacionais	18.78	16.75	-10.8%
Custos com Pessoal	5.89	6.18	5.0%
Custos Comerciais ⁽²⁾	6.72	5.08	-24.3%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	6.18	5.48	-11.2%
EBITDAP	-1.45	-1.47	-1.8%
Provisões e Perdas de Imparidade	0.08	0.20	150.9%
EBITDA	-1.53	-1.67	-9.5%
Margem EBITDA (%)	-8.9%	-11.0%	-2.2pp
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	0.70	0.33	-52.4%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	4.1%	2.2%	-1,9pp
EBITDA - CAPEX Operacional	-2.23	-2.01	9.9%
CAPEX Total	0.70	0.33	-52.4%

(1) Inclui conteúdos; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + outros custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

Volume de Negócios

Durante o 1S09, o volume de negócios apresentou uma redução de 11,9% para os 15,2 milhões de euros, como reflexo das seguintes tendências nas linhas de receita: (i) uma redução de 2,4% nas vendas de jornal, apesar do aumento de preço de capa no 4T08; (ii) uma evolução negativa nas receitas de publicidade (-6,5%), em consonância com as tendências negativas de mercado; e (iii) uma redução de 37,5% nas receitas de produtos associados, em parte justificada por um diferente mix de produtos associados oferecidos no período. Em relação à evolução do trimestre, existe uma melhoria positiva no 2T09 em receitas de publicidade, aumentando mais do que 17% em relação ao 1T09.

De salientar que o Público aumentou a sua participação na Unipress para 50% no final de 2008. Consequentemente, esta subsidiária, uma gráfica responsável pela impressão do Público, bem como de outros jornais, na zona Norte do país, passou a ser, desde 1 de Janeiro de 2009, proporcionalmente consolidada nas contas do nosso negócio Online e Media.

EBITDA

No 1S09, a nossa unidade de negócio Online e Media gerou um EBITDA negativo de 1,7 milhões de euros, representando uma redução de 9,5% face ao 1S08. A tendência negativa ao nível das receitas não foi compensada pelos ganhos conseguidos na maior parte das suas linhas de custo, incluindo uma redução de 24,3% nos custos comerciais e uma redução de 11,2% nos outros custos operacionais. Em termos de custos, este desempenho foi conseguido apesar do aumento de 5,0% em custos com pessoal, reflexo do processo de reestruturação em curso.

O Público continuará atento e a explorar oportunidades de extensão da marca, a expandir a sua presença on-line, procurando extrair sinergias entre a versão em papel e a versão on-line, racionalizando, sempre que possível, os seus custos.

7. Resultados Individuais da Sonaecom SGPS

7.1. Dados Operacionais

Os resultados individuais da Sonaecom SGPS para os semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008 podem ser resumidos da seguinte forma:

Milhões de Euros	1S08	1S09	Δ 09/08	%
Resumo dos Resultados da Sonaecom SGPS				
Receitas de Serviços	3.6	3.6	0.0	0%
Outras Receitas Operacionais	0.0	0.0	0.0	0%
Custos Operacionais ⁽¹⁾	-4.0	-4.0	0.0	0%
EBITDA	-0.4	-0.8	-0.5	124%
EBIT	-0.4	-0.9	-0.5	115%
Dividendos Recebidos	21.4	3.5	-17.9	-84%
Actividade Financeira Líquida	5.0	-1.7	-6.7	-134%
Outros Resultados Financeiros	-4.6	-7.5	-3.0	65%
EBT	21.4	-6.7	-28.0	-131%
Resultado Líquido	21.4	-6.0	-27.4	-128%

Durante os primeiros seis meses de 2009, a Sonaecom SGPS gerou receitas de serviço no montante de 3,6 milhões de euros, relacionadas, essencialmente, com serviços prestados a subsidiárias, relativos a:

- Gestão do enquadramento regulatório;
- Suporte na procura de novos financiamentos;
- Auditoria interna e gestão de riscos;
- Suporte legal e fiscal;
- Alocação temporária de colaboradores nas subsidiárias.

O Centro Corporativo da Sonaecom SGPS emprega 40 colaboradores, dos quais 17 estão alocados à divisão de Serviços Partilhados. No 1S09, o total de custos com pessoal totalizou 2,3 milhões de euros, que comparam com os 2,4 milhões de euros registados no 1S08. A 30 de Junho de 2009, o total de custos dos centros corporativos representaram, aproximadamente, 0,6% do Volume de Negócios consolidado do Grupo Sonaecom. O total de custos operacionais (excluindo depreciações, amortizações e provisões) ascendeu a 4,0 milhões de euros, que comparam com os 4,0 milhões de euros do período homólogo.

O EBITDA foi de 0,8 milhões negativos, o que compara com o valor negativo de 0,4 milhões de euros, registado em 2008. Esta evolução é maioritariamente justificada pelo reconhecimento de uma provisão para contingências fiscais, no montante de 0,5 milhões de euros, relativa à liquidação da Matrix.

A principal fonte de receitas financeiras da Sonaecom SGPS foi os 3,5 milhões de euros relativos a dividendos recebidos das subsidiárias Sonaecom Sistemas de Informação, SGPS, S.A. (3,1 milhões de euros) e da Sonaetelecom SGPS SA (0,4 milhões de euros). Em igual período de 2008, a Sonaecom recebeu 21,4 milhões de euros de dividendos da Sonaecom Serviços de Comunicação, S.A.

A actividade financeira líquida (receitas de juros deduzidas de despesas de juros) foi negativa em 1,7 milhões de euros, 6,7 milhões pior que 2008, devido ao nível mais baixo de aplicações de tesouraria e de empréstimos às subsidiárias.

Os outros resultados financeiros foram negativos em 7,5 milhões de euros, o que se deveu totalmente ao reconhecimento de imparidade na Sonaetelecom BV e na Miauger. No ano anterior também foi reconhecida imparidade de 4,6 milhões de euros na Sonaetelecom BV, o que, de igual modo, justifica totalmente a performance negativa desta rubrica durante o 1S08.

O resultado líquido do semestre foi de 6,0 milhões negativos, 27,4 milhões pior que o do ano anterior. Tal deveu-se, sobretudo, à performance dos resultados financeiros. Os dividendos, a actividade financeira líquida e os outros resultados financeiros apresentaram performances piores que as verificadas em igual período de 2008.

7.2. Dados Financeiros

A tabela seguinte resume os principais movimentos monetários ocorridos durante o semestre:

Alterações na liquidez da Sonaecom SGPS	million euros
Liquidez da Sonaecom SGPS a 31 Dezembro de 2008	50.1
Programa de Papel Comercial (CPP)	32.0
Outra dívida externa	3.6
Aplicações de Tesouraria recebidas (reembolsadas) das subsidiárias	52.1
Aquisições líquidas e Prestações acessórias de capital	(1.3)
Aquisição de acções próprias	(2.0)
Prestações acessórias na Sonaecom Sistemas de Informação	0.7
Suprimentos líquidos	(126.2)
Be Artis	(134.4)
Sonaecom Telecom BV	(0.8)
Sonaecom BV	8.7
Sonaecom Sistemas de Informação	0.3
Movimentos financeiros	2.6
Juros pagos	(11.0)
Juros recebidos	7.9
Dividendos recebidos	3.5
Free Cash Flow Operacional e Outros	2.2
Total de movimentos no exercício	(37.3)
Liquidez da Sonaecom SGPS a 30 de Junho de 2009	12.8

Durante o semestre, a liquidez diminuiu cerca de 37,3 milhões de euros, dos 50,1 milhões para os 12,8 milhões, devido aos movimentos abaixo descritos:

A. Dívida externa nominal bruta – aumento de 35,6 milhões de euros

Durante o semestre, a dívida externa nominal bruta aumentou 35,6 milhões de euros. Destes, 32 milhões devem-se ao aumento da utilização de programas de papel comercial (PPC) e os restantes 3,6 milhões de euros correspondem a descobertos bancários e a créditos bancários de curto prazo. Desde 2007, altura em que a Sonaecom SGPS completou a negociação de 250 milhões de euros, relativos a um programa de papel comercial com garantia de subscrição, a dívida bruta é totalmente contratada pela Sonaecom SGPS, e movimentos internos são utilizados para efectuar a alocação de liquidez entre as várias subsidiárias, através de suprimentos e /ou aplicações de tesouraria, dependendo do prazo de reembolso esperado.

No final do período, a dívida bruta da Sonaecom SGPS incluía duas linhas de crédito a longo prazo: (1) uma emissão de obrigações, no valor de 150 milhões de euros; e (2) o programa de papel comercial com garantia de subscrição, no valor de 250 milhões de euros.

B. Aplicações de tesouraria de subsidiárias – aumento de 52,1 milhões de euros

Durante os últimos seis meses, a Sonaecom Serviços de Comunicações aumentou as quantias aplicadas na Sonaecom em 71,3 milhões de euros e a Be Towering reduziu em 13,3 milhões de euros. São de destacar outros movimentos significativos, tais como as reduções efectuadas pela Sonaecom Sistemas de Informação, Mainroad e Público nos montantes de 2,5; 2,0 e 0,9 milhões de euros, respectivamente.

C. Aquisições e Prestações Acessórias – saídas líquidas no montante de 1,3 milhões de euros

As principais entradas e saídas de fundos relativas a aquisições e investimentos foram as seguintes:

- A Sonaecom Sistemas de Informação procedeu ao reembolso de prestações acessórias no montante de 0,7 milhões de euros;

- Para cobrir as responsabilidades decorrentes do plano de incentivos a médio prazo (MTIP), a Sonaecom SGPS investiu, durante o 1S09, 2,0 milhões de euros na aquisição de acções próprias.

D. Suprimentos líquidos – aumento de 126,2 milhões de euros

Durante o período, o total de suprimentos aplicados pela Sonaecom nas subsidiárias aumentou 126,2 milhões de euros:

- A Sonaecom SGPS alocou à Artis e à Sonaetelecom BV suprimentos adicionais nos montantes de 134,4 e 0,8 milhões de euros, respectivamente.
- A Sonaecom SGPS reduziu o empréstimo à Sonaecom BV no montante de 8,7 milhões e reduziu o da Sonaecom Sistemas de Informação em 0,3 milhões de euros.

E. Movimentos financeiros da Sonaecom – 2,6 milhões de euros positivos

A actividade operacional e financeira da Sonaecom SGPS gerou um fluxo líquido de 2,6 milhões de euros. Tal deveu-se, essencialmente, aos movimentos abaixo descritos:

- Dividendos de 3,1 e 0,4 milhões de euros recebidos da Sonaecom Sistemas de Informação e da Sonaetelecom SGPS;
- Sidas líquidas associadas à actividade financeira líquida no montante de 3,1 milhões de euros; e
- Um FCF operacional positivo de 2,2 milhões de euros.

8. Principais Desenvolvimentos Regulatórios

De seguida, identificamos alguns dos principais acontecimentos regulatórios ocorridos no primeiro semestre de 2009:

Redes de Acesso de Nova Geração (“NGNs”)

Na sequência da consulta pública promovida em Junho de 2008, a Anacom divulgou em Janeiro do corrente ano um relatório sobre a abordagem regulatória às questões relacionadas com as NGNs. Este relatório introduz um conjunto de propostas representativas da visão do regulador sobre este assunto. Entre outras, o regulador propõe, à semelhança do ocorrido na análise aos mercados 4 e 5 (ULL e acesso grossista à banda larga) a divisão do território nacional em zonas “competitivas” e “não competitivas”. No que respeita à transição entre o ULL e NGNs foi reconhecida a necessidade de proteger o investimento efectuado pelos operadores alternativos, devendo ser assegurada pelo operador incumbente a publicação atempada da informação relativa à evolução da rede de cobre para as NGNs. Deverá ser também assegurada a manutenção do acesso às centrais e lacetes durante um período razoável. De salientar, no entanto, que o regulador não apresentou qualquer calendário para concretizar a abordagem que apresentou no relatório.

Processo de licenciamento de um novo operador móvel nas frequências 450-470 MHz

A Anacom decidiu indeferir o segundo pedido efectuado pela RNT - Rede Nacional de Telecomunicações, S.A. para a prorrogação do prazo para cumprimento das obrigações de reforço das caucões, associadas à atribuição do direito de utilização de frequências. Este prazo tinha sido previamente prorrogado por 20 dias úteis, por decisão de 16 de Janeiro de 2009. Na sequência desta decisão, o regulador emitiu uma decisão preliminar cancelando a atribuição de frequências na banda de 450-470 MHz à RNT.

Regulamento de Portabilidade

O novo Regulamento de Portabilidade foi publicado pela Anacom durante o 1T09. Não obstante a interposição de providências cautelares por parte da TMN e da PTC relativamente a algumas disposições do novo regulamento de portabilidade, este entrou em vigor a 4 de Março como inicialmente previsto, já que previamente a esta data a Anacom apresentou uma resolução fundamentada onde invocou interesse público para que a entrada em vigor do regulamento não fosse suspensa. De entre as alterações introduzidas no processo de portabilidade, por este novo regulamento, destacam-se a redução de certos prazos, com implicações significativas nos processos, e a aplicação de compensações por incumprimento de prazos.

Regulamento de *Roaming* da UE

Foi aprovado pelo Parlamento e Conselho Europeu o novo Regulamento sobre os serviços de *roaming* internacional (Regulamento CE nº 544/009). Este regulamento estende a regulação dos preços dos serviços de voz até 2012, impõe a facturação ao segundo e introduz a regulação dos preços de retalho e grossistas do SMS em *roaming*. Relativamente aos serviços de dados, o novo Regulamento estabeleceu a regulação de preços grossista e prevê a adopção de várias medidas que visam aumentar a visibilidade para os utilizadores dos preços dos serviços.

Broadband Wireless Access: Regulamento de leilão

A Anacom lançou uma consulta pública sobre o regulamento do leilão para atribuição das frequências da banda dos 3400 – 3800 MHz para Broadband Wireless Access (“BWA”).

Em linha com o anunciado pela Anacom em processos de consulta anteriores, o projecto do regulamento do leilão prevê duas fases, sendo que na primeira fase não poderão participar entidades que sejam: (i) titulares de direitos de utilização de frequências na faixa em leilão e/ou frequências para a prestação do serviço móvel terrestre; (ii) designadas como detentoras de poder de mercado significativo no mercado 5 (acesso grossista à banda larga) ou; (iii) mantenham qualquer relação de domínio ou sejam dominadas (directa ou indirectamente) pelas entidades que se enquadrem nos requisitos anteriores.

Terminação em redes móveis: improcedência de recurso da TMN

O Tribunal Administrativo de Lisboa julgou improcedente o pedido apresentado pela TMN para suspensão da eficácia da deliberação do ICP-ANACOM relativa à obrigação de controlo de preços no mercado grossista de terminação de chamadas em redes móveis que contempla a assimetria das tarifas de terminação a favor da Sonaecom (Optimus). Em 2008 o mesmo Tribunal havia já rejeitado pedido idêntico apresentado pela Vodafone.

Decreto-lei nº 123/2009, sobre a construção e acesso a infra-estruturas

No final de Maio de 2009 foi publicado o diploma que define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infra-estruturas de comunicações electrónicas.

A par das regras aplicáveis à construção e ampliação de infra-estruturas, este Decreto-Lei vem consagrar a abertura, aos operadores de comunicações electrónicas, de todas as condutas e infra-estruturas detidas pelo Estado e demais entidades da área pública. Refira-se ainda a criação de um Sistema de Informação Centralizado (SIC) que canalizará a informação sobre o cadastro das infra-estruturas detidas pelos operadores de comunicações electrónicas e entidades públicas e estatais.

Neste diploma ficou também consagrado o princípio de que o primeiro operador a aceder ao edifício deve instalar a rede vertical de fibra óptica de forma a poder ser partilhada por outros operadores que terão uma comparticipação no custo. A operacionalização destes princípios deverá ocorrer por portaria a emitir pelo Governo.

9. Governo da Sociedade

O relatório anual detalhado sobre o Governo das Sociedades constitui parte integrante do Relatório e Contas de 2008 da Sonaecom e está disponível no nosso site (www.sonae.com). O nosso site contém igualmente uma secção dedicada ao governo da sociedade.

Abaixo apenas descrevemos as alterações ocorridas no primeiro semestre de 2009, no que diz respeito ao Governo das Sociedades.

Assembleia Geral Ordinária

Na Assembleia Geral Ordinária da sociedade realizada em 17 de Abril de 2009, os accionistas deliberaram aprovar, entre outras, as seguintes propostas:

- 1) Aprovar o Relatório de Gestão, Balanço e Contas, individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2008;
- 2) Aprovar a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2008;
- 3) Autorizar o Conselho de Administração a, durante um período de 18 meses e dentro dos limites legais, proceder à aquisição e alienação de acções próprias, nos termos da proposta apresentada por aquele órgão e previamente divulgada;
- 4) Autorizar a aquisição e a detenção de acções da própria sociedade por sociedades dela directa ou indirectamente dependentes, pelo período de 18 meses.

A listagem completa das propostas está disponível na secção de Investor Relations do nosso website (www.sonae.com).

Renúncia de Membro do Conselho de Administração

A 4 de Maio de 2009, Christopher Lawrie apresentou a renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração e CFO da Sonaecom. Tal como oportunamente anunciado pelo Grupo Sonae, Christopher Lawrie assumiu um novo cargo no grupo como CEO da nova unidade de negócio de Imobiliário de Retalho.

Aquisição de acções próprias

Entre os dias 13 de Março e 8 de Abril de 2009, a Sonaecom procedeu à aquisição em bolsa, através da Euronext Lisbon, de um total de 1.419.802 acções próprias, representativas de aproximadamente 0,39% do seu capital social, para efeitos do Plano de Incentivos de Médio Prazo atribuído aos colaboradores. O preço médio ponderado destas aquisições foi de 1.4 euros por acção. No final do 1S09, a Sonaecom era titular de 6.564.202 acções próprias, representativas de aproximadamente 1,79% do seu capital social.

10. Artigos 447, 448 e Participações qualificadas

Artigo 447º

Nos termos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais.

Anexo a que se refere o artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

Títulos detidos pelos membros dos Órgãos de Administração e respectivas transacções durante o primeiro semestre de 2009

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	30.06.2009
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						1
Migracom, SGPS, SA (3)						1.969.996
Sonae, SGPS, SA (6)						3.293
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério						
Sonae, SGPS, SA (6)						250.000
Sonaecom, SGPS, SA						225.000
Miguel Nuno Santos Almeida						
Sonaecom, SGPS, SA						20.857
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	10.03.2009	2.600	0.00			
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						1
Linhacom, SGPS, SA (4)						99.996
Sonaecom, SGPS, SA						170
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	10.03.2009	1.861	0.00			
Alienação	17.03.2009			1.861	1,21	
Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis						
Sonaecom, SGPS, SA						8.552
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	10.03.2009	3.698	0,00			

Notas:

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	30.06.2009
						Quantidade
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA (6)						659.650.000
Pareuro, BV (2)						2.000.000
Sonaecom, SGPS, SA						1.000
(2) Pareuro, BV						
Sonae, SGPS, SA (6)						400.000.000
(3) Migracom, SGPS, SA						
Imparfin, SGPS, SA (5)						150.000
Sonae, SGPS, SA (6)						1.485.000
Sonaecom, SGPS, SA						387.342
(4) Linhacom, SGPS, SA						
Imparfin, SGPS, SA (5)						150.000
Sonae, SGPS, SA (6)						351.296
Sonaecom, SGPS, SA						38.044
Aquisição	17.03.2009	1.861	1,21			
(5) Imparfin, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA (6)						4.105.280
(6) Sonae, SGPS, SA						
Sonaecom, SGPS, SA						838.649
Sontel BV (8)						4.286
(7) Sonae Investments BV						
Sontel BV (8)						5.714
(8) Sontel BV						
Sonaecom, SGPS, SA						193.944.470
Aquisição	Jan.09	393.955	1,06			

Artigo 448º

Nos termos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

	Número de acções a 30.06.2009
Efanor Investimentos, SGPS, SA	
Sonae, SGPS, SA	659.650.000
Pareuro, BV	2.000.000
Sonaecom, SGPS, SA	1.000
Pareuro, BV	
Sonae, SGPS, SA	400.000.000
Sonae, SGPS, SA	
Sonaecom, SGPS, SA	838.649
Sonae Investments BV	2.000.000
Sontel BV	4.286
Sonae Investments BV	
Sontel BV	5.714
Sontel BV	
Sonaecom, SGPS, SA	193.944.470
Wirefree Services Belgium, S.A.	
Sonaecom, SGPS, SA	73.249.374

Participações Qualificadas

Dando cumprimento ao Art. 9º, nº1, alínea c) do regulamento 05/2008 da CMVM, declaramos as seguintes participações qualificadas a 30 de Junho de 2009:

Titulares de Participações Qualificadas a 30 de Junho de 2009

Accionista	Número de ações	% Participação no capital	% Direitos de voto	
			Com ações próprias	Sem ações próprias
Sontel BV	193.944.470	52,95%	52,95%	53,92%
Sonae, SGPS, SA	838.649	0,23%	0,23%	0,23%
Migracom, SGPS, SA	387.342	0,11%	0,11%	0,11%
Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério ^{1,2,4}	225.000	0,06%	0,06%	0,06%
Belmiro Mendes de Azevedo ^{1,3}	75.537	0,02%	0,02%	0,02%
Linhacom SGPS, SA	38.044	0,01%	0,01%	0,01%
Álvaro Carmona e Costa Portela ¹	5.000	0,00%	0,00%	0,00%
Efanor Investimentos, SGPS, SA	1.000	0,00%	0,00%	0,00%
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo ^{3,4}	170	0,00%	0,00%	0,00%
Total imputável	<u>195.515.212</u>	<u>53,38%</u>	<u>53,38%</u>	<u>54,36%</u>
France Telecom, S.A.				
Wirefree Services Belgium, S.A.	<u>73.249.374</u>	<u>20,00%</u>	<u>20,00%</u>	<u>20,36%</u>
Total imputável	<u>73.249.374</u>	<u>20,00%</u>	<u>20,00%</u>	<u>20,36%</u>
EDP				
093X - Telecomunicações Celulares, SA	<u>29.150.000</u>	<u>7,96%</u>	<u>7,96%</u>	<u>8,10%</u>
Total imputável	<u>29.150.000</u>	<u>7,96%</u>	<u>7,96%</u>	<u>8,10%</u>

(1) Membro do Órgão de Administração da Sonae, SGPS, SA

(2) Membro do Órgão de Administração da Sonae Investments, BV e Sontel BV

(3) Membro do Órgão de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SA

(4) Membro do Órgão de Administração da Sonaecom, SGPS, SA

11. Declaração para os efeitos do Artigo 245º do CVM

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, do activo e do passivo, da situação financeira e do resultado consolidado e individual do emitente, e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente os acontecimentos importantes que tiveram lugar no primeiro semestre de 2009 e o impacto dos mesmos, quando existe, nas demonstrações financeiras, contendo uma descrição apropriada dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

12. Informação Financeira

12.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas

SONAECOM S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

BALANÇOS CONSOLIDADOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008 E

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	Junho de 2009	Junho de 2008	Dezembro de 2008
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Imobilizações corpóreas	1.d), 1.i) e 6	569.106.763	535.146.224	585.741.539
Imobilizações incorpóreas	1.e), 1.f) e 7	262.914.764	273.456.730	272.817.888
Diferenças de consolidação	1.g) e 9	525.908.600	525.835.473	526.030.904
Investimentos em empresas associadas	1.b) e 4	-	757.069	-
Investimentos disponíveis para venda	1.h), 8 e 10	1.207.320	1.207.320	1.207.320
Outros activos não correntes	1.s) e 1.t)	14.115	-	-
Impostos diferidos activos	1.q) e 11	122.452.182	106.986.289	124.862.171
Total de activos não correntes		1.481.603.744	1.443.389.105	1.510.659.822
ACTIVOS CORRENTES:				
Existências	1.j)	21.122.064	27.584.620	29.613.696
Clientes	1.k) e 8	162.151.115	185.705.402	173.693.076
Outras dívidas de terceiros	1.k) e 8	29.974.817	23.369.309	39.861.834
Outros activos correntes	1.s) e 1.t)	141.021.889	108.532.584	113.893.680
Caixa e equivalentes de caixa	1.l), 8 e 12	121.374.122	6.928.032	105.719.328
Total de activos correntes		475.644.007	352.119.947	462.781.614
Total do activo		1.957.247.751	1.795.509.052	1.973.441.436
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital social	13	366.246.868	366.246.868	366.246.868
Ações próprias	1.v) e 14	(11.703.596)	(6.036.026)	(13.499.750)
Reservas	1.u)	574.488.717	572.609.565	570.756.015
Resultado líquido consolidado do período		1.419.771	(12.227.592)	4.998.142
		930.451.760	920.592.815	928.501.275
Interesses minoritários		348.446	1.021.723	452.717
Total do capital próprio		930.800.206	921.614.538	928.953.992
PASSIVO:				
PASSIVO NÃO CORRENTE:				
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1.m), 1.n), 8 e 15	411.553.159	355.086.523	381.717.412
Outros passivos financeiros não correntes	1.i), 8 e 16	21.344.398	17.517.286	17.171.773
Provisões para outros riscos e encargos	1.p), 1.t) e 17	32.256.634	32.469.903	32.205.441
Titularização de créditos	8 e 18	69.138.672	-	79.090.793
Impostos diferidos passivos	1.q) e 11	689.659	708.186	605.414
Outros passivos não correntes	1.s), 1.t) e 1.y)	47.217.766	72.875.030	60.683.153
Total de passivos não correntes		582.200.288	478.656.928	571.473.986
PASSIVO CORRENTE:				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.m), 1.n), 8 e 15	8.439.456	747.054	5.018.044
Fornecedores	8	190.402.091	174.755.456	179.071.782
Outros passivos financeiros	1.i), 8 e 19	1.335.850	979.699	1.553.506
Titularização de créditos	8 e 18	19.421.834	-	19.478.607
Outras dívidas a terceiros	8	29.869.685	14.879.477	30.130.988
Outros passivos correntes	1.s), 1.t) e 1.y)	194.778.341	203.875.900	237.760.531
Total de passivos correntes		444.247.257	395.237.586	473.013.458
Total do passivo e capital próprio		1.957.247.751	1.795.509.052	1.973.441.436

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2009 e 2008.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Polissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moriz Trígoso Santos Jordão

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS
 DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZA
 PARA OS SEMESTRES E TRIMESTRES FIMOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008 E
 PARA O EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
 (Montantes expressos em Euros)

Notas	Abril a Junho de 2009			Abril a Junho de 2008	
	Junho de 2009	(Não auditado)	Junho de 2008	(Não auditado)	Dezembro de 2008
Vendas	79.816.865	40.801.321	43.448.742	22.826.228	106.556.250
Prestações de serviços	401.763.258	199.887.304	432.129.758	215.057.554	869.663.720
Outros proventos operacionais	2.325.433	1.412.006	4.335.133	2.805.239	10.493.123
	<u>483.905.556</u>	<u>242.100.631</u>	<u>479.913.633</u>	<u>240.689.021</u>	<u>986.713.093</u>
Custo das vendas	(84.001.660)	(44.190.954)	(55.994.392)	(30.203.421)	(132.834.084)
Fornecimentos e serviços externos	20 (239.664.139)	(117.362.391)	(291.240.201)	(145.607.249)	(562.645.655)
Custos com o pessoal	(49.191.216)	(24.440.759)	(48.802.529)	(22.730.630)	(94.796.820)
Amortizações e depreciações	1. d), 1. e), 6 e 7 (79.055.333)	(39.652.476)	(77.818.774)	(40.547.950)	(157.575.667)
Provisões e perdas de imparidade	1. p), 1. x) e 17 (13.547.520)	(7.072.373)	(7.869.804)	(3.772.316)	(21.875.618)
Outros custos operacionais	(6.008.839)	(2.928.110)	(7.319.864)	(3.756.286)	(14.175.446)
	<u>(471.468.707)</u>	<u>(235.647.063)</u>	<u>(489.045.564)</u>	<u>(246.617.852)</u>	<u>(983.903.290)</u>
Ganhos e perdas em empresas associadas	21 -	-	9.456	-	43.525
Outros custos financeiros	1. n), 1. o), 1. w), 1. x) e 21 (10.433.684)	(4.765.893)	(9.508.203)	(4.567.850)	(21.520.763)
Outros proventos financeiros	1. o), 1. w) e 21 3.114.421	1.374.053	1.608.073	831.472	3.710.518
Resultados correntes	5.117.586	3.061.728	(17.022.605)	(9.665.209)	(14.956.917)
Imposto sobre o rendimento	1. q), 11 e 22 (3.525.764)	(1.828.785)	4.957.606	3.072.384	20.181.800
Resultado líquido consolidado do período	1.591.822	1.232.943	(12.064.999)	(6.592.825)	5.224.883
Atribuível a:					
Accionistas da empresa mãe	26 1.419.771	1.175.603	(12.227.592)	(6.701.547)	4.998.142
Interesses minoritários	172.051	57.340	162.593	108.722	226.741
Resultados por acção					
Incluindo operações em descontinuação					
Básicos	0,00	0,00	(0,03)	(0,02)	0,01
Diluídos	0,00	0,00	(0,03)	(0,02)	0,01
Excluindo operações em descontinuação					
Básicos	0,00	0,00	(0,03)	(0,02)	0,01
Diluídos	0,00	0,00	(0,03)	(0,02)	0,01

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2009 e 2008.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeiro Paupério

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François Plené Pontal

Nuno Miguel Moniz Trígoso Santos Jordão

SONAECON, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>Junho de 2009</u>	<u>Junho de 2008</u>
Resultado líquido consolidado do período		1.591.822	(12.064.999)
Componentes de outro rendimento integral consolidado do período, líquido de imposto:			
Aumento/(diminuição) do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	1.o) e 15	307.068	755.674
Entrega de acções próprias no âmbito dos Planos de Incentivos de Médio Prazo	1.y) e 27	(198.300)	2.113.542
Reconhecimento nos capitais próprios das responsabilidades associadas aos Planos de Incentivos de Médio Prazo	1.y) e 27	2.750.124	(3.186.678)
Varição de reservas de conversão cambial e outros	1.w)	(340.285)	(44.731)
		<hr/>	<hr/>
Componentes de outro rendimento integral consolidado do período, líquido de imposto		2.518.607	(362.193)
		<hr/>	<hr/>
Rendimento integral consolidado do período		4.110.429	(12.427.192)
Atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		3.938.378	(12.589.785)
Interesses minoritários		172.051	162.593

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2009 e 2008.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

	2009											
	Capital Social	Acções próprias (Nota 14)	Reserva legal	Prémios de emissão de acções	Outras reservas	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo	Reservas de cobertura	Reservas de acções próprias	Total de reservas	Interesses minoritários	Resultado líquido	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	366.246.868	(13.499.750)	1.002.287	775.290.377	(218.729.331)	-	(307.068)	13.499.750	570.756.015	-	4.998.142	928.501.275
Aplicação do resultado consolidado de 2008	-	-	982.894	-	4.015.248	-	-	-	4.998.142	-	(4.998.142)	-
Rendimento integral consolidado do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009	-	3.784.046	-	-	298.967	1.912.571	307.068	(3.784.046)	(1.265.440)	-	1.419.771	3.938.378
Aquisição de acções próprias	-	(1.987.893)	-	-	(1.987.893)	-	-	1.987.893	-	-	-	(1.987.893)
Saldo em 30 de Junho de 2009	366.246.868	(11.703.596)	1.985.181	775.290.377	(216.403.009)	1.912.571	-	11.703.596	574.488.717	-	1.419.771	930.451.760
Interesses minoritários												
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	452.717	-	452.717
Interesses minoritários no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	172.051	-	172.051
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(276.322)	-	(276.322)
Saldo em 30 de Junho de 2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	348.446	-	348.446
Total	366.246.868	(11.703.596)	1.985.181	775.290.377	(216.403.009)	1.912.571	-	11.703.596	574.488.717	348.446	1.419.771	930.800.206
	2008											
	Capital Social	Acções próprias (Nota 14)	Reserva legal	Prémios de emissão de acções	Outras reservas	Reservas para Planos de Incentivo a Médio Prazo	Reservas de cobertura	Reservas de acções próprias	Total de reservas	Interesses minoritários	Resultado líquido	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	366.246.868	(8.938.165)	1.002.287	775.290.377	(248.360.691)	3.186.678	412.910	8.938.165	540.469.726	-	36.777.870	934.556.299
Aplicação do resultado consolidado de 2007	-	-	-	-	36.777.870	-	-	-	36.777.870	-	(36.777.870)	-
Rendimento integral consolidado do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008	-	4.275.838	-	-	2.068.811	(3.186.678)	755.674	(4.275.838)	(4.638.031)	-	(12.227.592)	(12.589.785)
Aquisição de acções próprias	-	(1.373.699)	-	-	(1.373.699)	-	-	1.373.699	-	-	-	(1.373.699)
Saldo em 30 de Junho de 2008	366.246.868	(6.036.026)	1.002.287	775.290.377	(210.887.709)	-	1.168.584	6.036.026	572.609.565	-	(12.227.592)	920.592.815
Interesses minoritários												
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	865.131	-	865.131
Interesses minoritários no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	162.593	-	162.593
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.000)	-	(6.000)
Saldo em 30 de Junho de 2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.021.723	-	1.021.723
Total	366.246.868	(6.036.026)	1.002.287	775.290.377	(210.887.709)	-	1.168.584	6.036.026	572.609.565	1.021.723	(12.227.592)	921.614.538

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2009 e 2008.

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euro)

	<u>30 de Junho de 2009</u>	<u>30 de Junho de 2008</u>		
Actividades operacionais				
Recebimentos de clientes	487.935.503	470.671.199		
Pagamentos a fornecedores	(335.947.650)	(367.997.968)		
Pagamentos ao pessoal	(60.684.754)	(57.305.865)		
Fluxo gerado pelas operações	91.303.099	45.367.366		
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(97.140)	(2.225.668)		
Outros recebimentos/pagamentos relativos a actividades operacionais	115.092	(5.033.942)		
Fluxos das actividades operacionais (1)	91.321.051	91.321.051	38.107.756	38.107.756
Actividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	-	1.496.920		
Imobilizações corpóreas	1.106.922	170.667		
Imobilizações incorpóreas	1.927	3.599		
Juros e proveitos similares	2.879.576	3.988.425	1.425.285	3.096.471
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	-	(927.119)		
Imobilizações corpóreas	(78.964.236)	(73.184.511)		
Imobilizações incorpóreas	(8.889.067)	(14.358.265)	(88.469.895)	(85.373.424)
Fluxos das actividades de investimento (2)	(87.853.302)	(83.864.877)		
Actividades de financiamento				
Recebimentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	35.767.972	35.767.972	-	-
Pagamentos respeitantes a:				
Amortizações de contratos de locação financeira	(1.389.200)	(1.345.095)		
Juros e custos similares	(13.419.583)	(9.564.240)		
Devolução de prestações suplementares	(800.395)	-		
Aquisição de acções próprias	(1.987.893)	(1.373.699)		
Empréstimos obtidos	(10.024.272)	(27.621.343)	(17.500.000)	(29.783.034)
Fluxos das actividades de financiamento (3)	8.146.629	8.146.629		
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	15.602.803	15.602.803	(77.048.702)	(77.048.702)
Efeito das diferenças de câmbio	168.307	168.307	2.525	2.525
Caixa e seus equivalentes no princípio do período	105.598.556	105.598.556	83.227.155	83.227.155
Caixa e seus equivalentes no final do período	121.369.666	121.369.666	6.180.978	6.180.978

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2009 e 2008.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ángelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Genvais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trígoso Santos Jordão

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euro)

	<u>30 de Junho de 2009</u>	<u>30 de Junho de 2008</u>
1 - Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais:		
a) Pagamento de aquisições de anos anteriores		
Tecnológica Telecomunicações, Ltda.	-	842.911
Cape Technologies, Limited	-	3.470
Praesidium Holdings Limited	-	80.738
	<u>-</u>	<u>927.119</u>
b) Recebimento (correção ao preço) de aquisições de anos anteriores		
Telemilénio Telecomunicações - Sociedade Unipessoal, Lda.	-	1.496.920
	<u>-</u>	<u>1.496.920</u>
2 - Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes:		
Numerário	76.764	60.157
Depósitos à ordem	30.997.928	5.462.850
Aplicações de Tesouraria	90.299.431	1.405.025
Depósitos à ordem (saldo credores)	(4.456)	(747.054)
Caixa e seus equivalentes	121.369.666	6.180.978
Depósitos à ordem (saldo credores)	4.456	747.054
Disponibilidades constantes do balanço	121.374.122	6.928.032
3 - Informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias		
a) Créditos bancários concedidos e não sacados	67.899.401	132.111.398
b) Compra de empresas através da emissão de acções	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

4 - Repartição do fluxo de caixa por ramo de actividade

Actividade	Fluxo das actividades operacionais	Fluxo das actividades de investimento	Fluxo das actividades de financiamento	Variação de caixa e seus equivalentes
Telecomunicações	132.253.848	(84.149.644)	(15.440.309)	32.663.895
Multimédia	(923.794)	(478.565)	125.113	(1.277.246)
Sistemas de Informação	(37.316.060)	(1.210.273)	(898.899)	(39.425.232)
Holding	(2.670.205)	1.973.567	24.360.764	23.664.126
Outras	(22.738)	38	(40)	(22.740)
	<u>91.321.051</u>	<u>(83.864.877)</u>	<u>8.146.629</u>	<u>15.602.803</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2009 e 2008.

O Técnico Oficial de Contas
 Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração
 Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
 Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério
 Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis
 Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
 Miguel Nuno Santos Almeida
 António Sampaio e Mello
 David Charles Denholm Hobley
 Frank Emmanuel Dangeard
 Gervais Gilles Pellissier
 Jean-François René Pontal
 Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2009 e 2008

(Montantes expressos em Euros)

A SONAECOM, S.G.P.S., S.A. (“Empresa” ou “Sonaecom”) foi constituída em 6 de Junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas Notas 2, 3 e 4 (“Grupo”).

Por escritura pública de 30 de Setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de Novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, S.G.P.S., S.A.. Desde então, o objecto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para Euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de acções de valor nominal unitário de 1 Euro.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa foi objecto de uma Oferta Combinada de Acções, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 acções, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do Grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.

- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 acções, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo as novas acções sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (accionista da Sonaecom, doravante designada “Sonae”). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas acções ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 Euro. O preço de subscrição das novas acções foi igual ao preço fixado para a alienação das acções na referida Oferta Combinada (10 Euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou 4.721.739 acções representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 acções a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de Junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 Euros para 226.250.000 Euros por subscrição pública reservada aos accionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas acções, de valor nominal unitário de 1 Euro, ao preço de 2,25 Euros por acção.

Em 30 de Abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECOM, S.G.P.S., S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de Setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 Euros de 226.250.000 Euros para 296.526.868 Euros, através da emissão de 70.276.868 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 Euros, inteiramente subscrito pelo accionista France Telecom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de Novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de Setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 Euros, de 296.526.868 Euros para 366.246.868 Euros, através da emissão de 69.720.000 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 Euros, subscrito pelos accionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de Outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de Abril de 2008, as acções escriturais ao portador foram convertidas em acções escriturais nominativas.

Os negócios do Grupo consistem, essencialmente, nas seguintes actividades:

- Operador de telecomunicações móveis;
- Operador de telecomunicações fixas e internet;
- Multimedia;
- Consultoria em sistemas de informação.

O Grupo desenvolve a sua actividade em Portugal, com algumas subsidiárias (da área de consultoria em sistemas de informação) a operar no Brasil, no Reino Unido, na Irlanda, na Polónia, na Austrália, no México, na Malásia, no Egipto e nos Estados Unidos da América.

Desde 1 de Janeiro de 2001, as empresas do Grupo sediadas na Zona Euro passaram a adoptar o Euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

As demonstrações financeiras consolidadas são também apresentadas em Euros, arredondados à unidade, e as transacções em moeda estrangeira são incluídas, de acordo com as políticas contabilísticas abaixo apresentadas.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas das empresas do Grupo Sonaecom e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 2, 3 e 4), os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") tal como adoptadas pela União Europeia. Estas demonstrações foram preparadas tendo por base o custo histórico, excepto para a reavaliação de certos instrumentos financeiros.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *Internacional Accounting Standards Board*.

A data de 1 de Janeiro de 2003 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IAS/IFRS, de acordo com a SIC 8 (First time adoption of IAS).

A 1 de Janeiro de 2009 tornou-se efectiva a revisão emitida a 29 de Março de 2007 à IAS 23 – “Custos de empréstimos obtidos”, a qual, face à anterior versão, eliminou a possibilidade de reconhecimento imediato na demonstração de resultados do exercício dos custos de empréstimos associados a activos que exigem um período de tempo substancial até estarem disponíveis para uso ou venda. A Sonaecom já adoptava o procedimento de capitalização desses custos como parte do custo do activo associado, pelo que esta revisão não produziu qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

A 13 de Outubro de 2008, e como consequência da instabilidade verificada nos mercados financeiros internacionais, foram introduzidas alterações ao normativo de relato financeiro (IAS 39 e IFRS 7), já devidamente endossadas pela União Europeia, as quais se traduziram, principalmente, na possibilidade de transferência de activos financeiros para outras categorias. Tais alterações produziram efeitos imediatos permitindo a possibilidade de aplicação retroactiva a partir de 1 de Julho de 2008, desde que tais reclassificações fossem relevadas até 1 de Novembro de 2008. Estas alterações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, pelo que a opção nelas permitida não foi aplicada.

Adicionalmente, as seguintes normas e interpretações foram emitidas mas a sua aplicação não é ainda obrigatória ou a sua ratificação pela União Europeia ainda não ocorreu:

- Emendas às IAS 1, 7, 17, 18, 36, 38 e 39, às IFRS 2, 5 e 8, e ainda às IFRIC 9 e 16, obrigatórias em diferentes momentos, ocorrendo o momento mais próximo em 1 de Julho de 2009;
- Emendas às IAS 27 e 39, obrigatórias a 1 de Julho de 2009;
- Emenda à IAS 39 obrigatória a 1 de Julho de 2008, mas ainda não endossada pela União Europeia;
- Emenda à IFRS 2, obrigatória a 1 de Janeiro de 2010;
- Emenda à IFRS 7, obrigatória a 1 de Janeiro de 2009, mas ainda não endossada pela União Europeia;
- Emendas à IFRIC 9 e à IAS 39, obrigatórias para exercícios terminados em, ou após, 30 de Junho de 2009, mas ainda não endossadas pela União Europeia;
- Revisão da IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro”, obrigatória a 1 de Julho de 2009;
- Revisão da IFRS 3 – “Concentrações empresariais” (que abrange emendas às IAS 27, 28 e 31), obrigatória a 1 de Julho de 2009;
- IFRIC 15 – “Contratos para a construção de imóveis”, obrigatória a 1 de Janeiro de 2009, mas ainda não endossada pela União Europeia;
- IFRIC 17 – “Distribuição de activos em espécie aos accionistas”, obrigatória a 1 de Julho de 2009;
- IFRIC 18 – “Transferências de activos de clientes”, obrigatória a 1 de Julho de 2009.

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas futuras do Grupo.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2009, a Sonaecom adoptou as alterações previstas na IAS 1 – “Apresentação de Demonstrações Financeiras”, as quais resultaram, essencialmente, na redenominação de algumas peças financeiras e na inclusão de uma nova demonstração (Demonstração Consolidada do Rendimento Integral). De igual modo, o Grupo adoptou durante o semestre a IFRS 8 – “Segmentos Operacionais” a qual não produziu efeitos significativos na apresentação da informação por segmentos.

Por último, em exercícios anteriores a Sonaecom adoptou antecipadamente a IFRIC 13 – “Programas de Fidelização de Clientes” a qual era de aplicação obrigatória a 1 de Janeiro de 2009.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados pelo Grupo a 30 de Junho de 2009 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica “Interesses minoritários”.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e a capacidade de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente relatar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenham sido recuperados.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição (ou de tomada de controlo) ou até à data da sua venda (ou cedência de controlo). As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do Grupo são considerados parte integrante do respectivo custo de aquisição.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na Nota 2.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os 'Investimentos em empresas associadas' (geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por contrapartida da rubrica de 'Outras reservas'. Anualmente é efectuada uma avaliação dos investimentos em associadas, de modo a verificar se existem situações de imparidade.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, altura em que procede ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos para esse efeito.

Os 'Investimentos em empresas associadas' encontram-se descritos na Nota 4.

c) Empresas controladas conjuntamente

As demonstrações financeiras das empresas controladas conjuntamente foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto foi adquirido. De acordo com este método, os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos identificáveis da empresa controlada conjuntamente na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 9). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do período, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo e empresas controladas conjuntamente são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente, entre outros aspectos, é determinada com base nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se descritas na Nota 3.

d) Imobilizações corpóreas

As 'imobilizações corpóreas' encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização do imobilizado corpóreo, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios	50
Outras construções	10 - 20
Rede de telecomunicações	10 - 20
Outros equipamentos básicos	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 - 10
Ferramentas e utensílios	5 - 8
Outras imobilizações corpóreas	4 - 8

As despesas correntes com reparação e manutenção do imobilizado são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os custos estimados de desmantelamento e remoção de bens corpóreos, em cuja obrigação o Grupo incorre, são capitalizados e amortizados de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registadas ao custo de aquisição. Estas imobilizações são amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão. Boas condições em termos de cobertura de rede e/ou condições necessárias para assegurar um serviço mínimo em termos de qualidade e fiabilidade técnica são exemplos das condições avaliadas pela gestão.

e) Imobilizações incorpóreas

As 'imobilizações incorpóreas' encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas. As 'imobilizações incorpóreas' só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o mesmo possuir o poder de controlar as mesmas e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As 'imobilizações incorpóreas' compreendem, essencialmente, software (excluindo aquele que se encontra associado a 'imobilizações corpóreas' – software de sites de telecomunicações), propriedade industrial, encargos incorridos com as licenças de operador de rede móvel (GSM e UMTS) e de rede fixa e os encargos incorridos com a aquisição de carteiras de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de actividades empresariais).

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três a seis anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas, sendo as licenças de operador de rede móvel e de rede fixa amortizadas pelo período de tempo estimado da concessão. Durante o terceiro trimestre de 2008, o Conselho de Administração do Grupo procedeu, com efeitos prospectivos, à revisão da vida útil estimada da licença UMTS, tendo em conta a elevada probabilidade de renovação da mesma, bem como a elevada probabilidade de que os custos associados à sua renovação não sejam significativos. Desta forma, a partir de 1 de Julho de 2008, a licença UMTS encontra-se a ser amortizada por um período compreendido entre a data de arranque da actividade comercial e a nova data estimada de termo da licença (2030). Custos adicionais com a licença, nomeadamente, os associados com os compromissos assumidos com a Sociedade de Informação, encontram-se a ser amortizados até ao termo estimado da licença acima indicado. As amortizações das carteiras de clientes são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que as compõem (4 a 6 anos).

As despesas com activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento, são registadas como custo no momento em que são incorridas. As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como activo intangível na medida em que se

demonstre a capacidade técnica para completar o activo a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

As amortizações do exercício das 'imobilizações incorpóreas' são registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

f) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizadas a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimada. Nos casos em que a vida útil é indefinida, as mesmas não são amortizadas, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

O Grupo Sonaecom não detém quaisquer marcas e/ou patentes com vida útil indefinida, pelo que não é aplicável a segunda parte do parágrafo supra.

g) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica de 'Diferenças de consolidação' e, quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas directamente na demonstração de resultados. Até 1 de Janeiro de 2004, as 'Diferenças de consolidação' eram amortizadas durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' do exercício. A partir de 1 de Janeiro de 2004, de acordo com a IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais", o Grupo suspendeu a amortização das 'Diferenças de consolidação', sujeitando as mesmas a testes de imparidade (alínea x). A partir dessa data, as perdas de imparidade do exercício relativas às 'Diferenças de consolidação' são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

Nas aquisições subsequentes de investimentos financeiros já detidos pelo Grupo, as diferenças de consolidação são apuradas através da diferença entre o custo de aquisição dos investimentos financeiros e o montante proporcional dos capitais próprios da empresa adquirida.

h) Investimentos

O Grupo classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

a) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'activos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

b) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são activos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados activos/ líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como activos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.

- c) 'Investimentos detidos até ao vencimento'
Esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.
- d) 'Investimentos disponíveis para venda'
Incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transacção, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do activo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transacção, sendo a única excepção os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transacção são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'investimentos disponíveis para venda' e os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/ líquido (investimentos não cotados), o Grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transacções de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para reflectir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, o Grupo valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

O Grupo efectua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados.

i) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respectivo contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o imobilizado corpóreo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do imobilizado corpóreo são reconhecidos como custos na demonstração de resultados.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ("ALD"), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

j) Existências

As 'existências' são valorizadas ao custo de aquisição, deduzido das eventuais perdas de imparidade, o qual reflecte o seu valor estimado de realização.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração.

k) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de 'Clientes' e as 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua actualização financeira.

Estes investimentos financeiros surgem quando o Grupo empresta dinheiro, fornece bens ou presta serviços directamente a um devedor sem intenção de transaccionar o montante a receber.

Os montantes destas rubricas encontram-se deduzidos de eventuais perdas de imparidade. Recuperações subseqüentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditadas na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

l) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método directo. O Grupo classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

m) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo “custo amortizado”. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

n) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do activo ou ainda, quando o projecto em causa se encontra suspenso.

o) Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo Grupo.

Os instrumentos financeiros derivados (“cash flow hedges”) utilizados pelo Grupo respeitam a “swaps” de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos “swaps” de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos “swaps” de cobertura de “cash-flow” é registada no activo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios “Reservas de cobertura”.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados directamente na demonstração de resultados.

p) Provisões e contingências

As ‘Provisões’ são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso o Grupo possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

q) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento' do período inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12.

A Sonaecom é abrangida, desde Janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas directa ou indirectamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Para as empresas não abrangidas pelo regime especial de tributação, o imposto corrente é calculado com base nos respectivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'Impostos diferidos activos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 11).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o activo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a activos ou passivos registados directamente no capital próprio, o seu registo também é efectuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

r) Subsídios atribuídos pelo Governo

Subsídios atribuídos para financiar formação de pessoal são reconhecidos como proveitos durante o período de tempo durante o qual o Grupo incorre nos respectivos custos e são apresentados na demonstração de resultados a deduzir a esses mesmos custos.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos são registados como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. No caso dos investimentos em imobilizado, tais subsídios são reconhecidos durante o período de vida útil estimado para os bens em causa e, no caso de outro tipo de investimentos, à medida que este vai sendo realizado.

s) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros activos não correntes', 'Outros activos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. A facturação destes serviços é efectuada numa base mensal. Os valores não facturados, desde o último ciclo de facturação até ao final do mês, são registados por estimativa com base na valorização global do tráfego realmente ocorrido. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o

comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas antes de impostos e líquidas de descontos.

Os proveitos relacionados com os cartões pré-pagos são reconhecidos à medida que os minutos são consumidos. No final de cada período é efectuada uma estimativa dos minutos por consumir e o valor de receita associado a estes minutos é diferido.

Os encargos com os programas de fidelização de clientes através da atribuição de pontos, atribuídos pela filial Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A., são quantificados tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que são gerados por contrapartida da rubrica ‘Outros passivos correntes’.

Os custos e proveitos dos projectos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos.

Os activos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a actualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de ‘Outros custos financeiros’ e ‘Outros proveitos financeiros’.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos accionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

t) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões para outros riscos e encargos’ são classificados como activos e passivos não correntes (Notas 11 e 17).

u) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da ‘Reserva legal’ até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de prémios de emissão de acções

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a ‘Reserva legal’, isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo

De acordo com a IFRS 2, a responsabilidade com os Planos de Incentivo de Médio Prazo liquidados através da entrega de acções próprias é registada, a crédito, na rubrica de ‘Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo’, sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura reflectem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de “cash flow” que se consideram eficazes (Nota 1.o), sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de acções próprias

As ‘Reservas de acções próprias’ reflectem o valor das acções próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS. Assim, a 30 de Junho de 2009, a Sonaecom, SGPS, S.A., dispunha de 422.657 Euros em reservas que, pela sua natureza, são consideradas distribuíveis.

v) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

w) Moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que, operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço, sendo que os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica 'Outras reservas'.

As 'Diferenças de consolidação' e os ajustamentos de justo valor gerados nas aquisições de entidades estrangeiras com moeda funcional diferente do Euro são convertidos à data de fecho do balanço.

As cotações utilizadas para conversão em Euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

	2009		2008	
	30.06.09	Média	30.06.08	Média
Libra inglesa	1,17357	1,11959	1,26223	1,29082
Real brasileiro	0,36405	0,34290	0,39822	0,38563
Dólar americano	0,70751	0,75125	0,63436	0,65407
Zloti (Polónia)	0,22462	0,22375	0,29839	0,28668
Dólar australiano	0,57607	0,53358	0,61084	0,60473
Pesos mexicanos	0,05390	0,05426	-	-
Libra egípcia	7,89141	7,47969	-	-
Ringgit (Malásia)	0,20128	0,20933	-	-

x) Imparidade de activos

São efectuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Imobilizado e de Diferenças de consolidação, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros activos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de activos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos colectivos. Evidência objectiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

Para o valor das Diferenças de consolidação e de Investimentos financeiros, a quantia recuperável é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo. Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e estatística, que lhe permite efectuar uma previsão dos montantes em imparidade. No caso das Existências, as imparidades são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação das existências.

y) Planos de Incentivo de Médio Prazo

O tratamento contabilístico dos Planos de Incentivo de Médio Prazo é baseado na IFRS 2 – Pagamento com Base em Acções.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pelo Grupo são liquidados através da entrega de acções próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa ao Grupo, que assume a responsabilidade de entrega das acções na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- a) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- b) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros activos não correntes' e 'Outros activos correntes';
- c) O efeito líquido dos registos referidos em a) e b) anulam o impacto, acima mencionado, em Capitais próprios;
- d) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efectuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

Durante o período findo em 30 de Junho de 2009, o Conselho de Administração da Sonaecom alterou a forma de liquidação dos seus planos de acções Sonaecom, que eram liquidados em numerário, passando a ser liquidados em acções.

A 30 de Junho de 2009, todos os planos de acções Sonaecom em aberto estavam cobertos através da detenção de acções próprias. O impacto associado aos planos de acções dos Planos de Incentivo de Médio Prazo relativos a acções Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe, o Grupo efectuou contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas acções, pelo que a responsabilidade com os mesmos se encontra registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

z) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

aa) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008 incluem:

- a) Vidas úteis do activo tangível e intangível;
- b) Análises de imparidade das diferenças de consolidação e de outros activos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores do activo (Contas a Receber e Existências) e provisões;
- d) Cálculo da responsabilidade associada aos programas de fidelização de clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

ab) Gestão do Risco Financeiro

A actividade do Grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1. o)).

Risco de mercado

a. Risco de taxa de câmbio

O Grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egipto e na Malásia (sucursal), estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o Grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, o Grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do Euro, sendo imaterial o risco associado à actividade operacional.

b. Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes factores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Grupo apenas utiliza instrumentos derivados ou transacções semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na selecção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para protecção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objecto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/ transacção que está a ser coberta;
- Desde o início da transacção, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios do Grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 15) encontra-se indexado a taxas variáveis, swaps de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de protecção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os swaps de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respectivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, o Grupo acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respectivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do Grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de actualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data de Balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas directamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

c. Risco de liquidez

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objectivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente numa determinada subsidiária deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- i. Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- ii. Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do Grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do Grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;
- iii. Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objectivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações urgentes e não

programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade dos empréstimos obtidos é apresentada na Nota 15.

d. Risco de Crédito

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto de o Grupo, no que respeita a operadores de telecomunicações, apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro do Grupo. O Grupo recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, que contribuem para mitigar tal risco.

O montante relativo a clientes e outros devedores apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

2. Empresas incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais, actividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 30 de Junho de 2009 e 2008, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2009		2008	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Empresa-mãe:							
SONAECOM, S.G.P.S., S.A. ("Sonaecom")	Maia	Gestão de participações sociais.	-	-	-	-	-
Subsidiárias:							
Be Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ("Artis")	Maia	Concepção, construção, gestão e exploração de redes de comunicações electrónicas e dos respectivos equipamentos e infra-estruturas, gestão de activos tecnológicos próprios ou de terceiros e prestação de serviços conexos.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. ("Be Towering")	Maia	Implantação, instalação e exploração de torres e outros sites para colocação de equipamentos de telecomunicações.	Sonaecom Serviços de Comunicações	100%	100%	100%	100%
Cape Technologies Americas, Inc ("Cape America")	Miami	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
Cape Technologies Limited ("Cape Technologies")	Dublin	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
Cape Technologies (UK) Limited ("Cape UK")	Cardiff	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. ("Digitmarket" – usando a marca "Bizdirect")	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	Sonaecom Sistemas de Informação	75,10%	75,10%	75,10%	75,10%
Lugares Virtuais, S.A. ("Lugares Virtuais") (a)	Maia	Organização e gestão de portais electrónicos on-line, aquisição de conteúdos, gestão de leilões electrónicos, aquisição e disponibilização de produtos e serviços por via electrónica e quaisquer actividades conexas.	Miauger	100%	100%	-	-
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A. ("Mainroad")	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom Sistemas de Informação	100%	100%	100%	100%
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ("Miauger")	Maia	Organização e gestão de leilões electrónicos "on-line" de produtos e serviços.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
* Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom							
(a) Empresa constituída em Junho de 2008.							

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2009		2008	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
M3G – Edições Digitais, S.A. ("M3G")	Maia	Edições digitais, edição electrónica e produção de conteúdos na internet.	Público	100%	100%	100%	100%
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A. ("Per-Mar")	Maia	Compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais.	Sonaecom Serviços de Comunicações	100%	100%	100%	100%
Praesidium Services Limited ("Praesidium Services")	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do UK	100%	100%	100%	100%
Praesidium Technologies Limited ("Praesidium Technologies")	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do UK	100%	100%	100%	100%
Público – Comunicação Social, S.A. ("Público")	Porto	Redacção, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaetelecom BV	100%	100%	100%	100%
Saphety Level – Trusted Services, S.A. (Saphety)	Maia	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, e certificação electrónica de dados; comercialização, desenvolvimento e representação de software.	Sonae.com Sistemas de Informação	86,995%	86,995%	100%	100%
Sonaecom BV	Amsterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A. ("Novis" e "Optimus")	Maia	Implementação, operação, exploração e oferta de redes e prestação de serviços de comunicações electrónicas, bem como quaisquer recursos conexos e, ainda, fornecimento e comercialização de produtos e equipamentos de comunicações electrónicas.	Sonaecom	53,54%	53,54%	53,54%	53,54%
			Sonae Telecom	37,94%	37,94%	37,94%	37,94%
			Sonaecom BV	8,52%	8,52%	8,52%	8,52%
Sonae.com - Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. ("Sonae.com Sistemas de Informação")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de corporate venturing e joint-ventures.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Telecom")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito das telecomunicações.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%

* Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2009		2008	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Sonaetelecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Tecnológica Telecomunicações, LTDA. ("Tecnológica")	Rio de Janeiro	Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e telecomunicações.	We Do Brasil	99,99%	99,90%	99,99%	99,90%
Telemilénio Telecomunicações - Sociedade Unipessoal, Lda. ("Tele2")	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações, no meadamente serviço fixo telefónico e internet.	Sonaecom	Fusionada		100%	100%
We Do Consulting – Sistemas de Informação, S.A. ("We Do")	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom Sistemas de Informação	100%	100%	100%	100%
Wedo do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. ("We Do Brasil")	Rio de Janeiro	Comercialização de software e hardware; prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%
We Do Poland Sp. Z.o.o. ("Cape Poland")	Poznan	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV ("We Do BV") (a)	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	-	-
We Do Technologies BV - Sucursal Malásia ("We Do Malaysia") (b)	Kuala Lumpur	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	-	-
We Do Technologies Mexico, S de R.L. ("We Do Mexico") (b)	Cidade do México	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV Sonaecom BV	95% 5%	95% 5%	- -	- -
We Do Technologies Egypt a Limited Liability Company ("We Do Egypt") (b)	Cairo	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV Sonaecom BV	90% 5%	90% 5%	- -	- -
We Do Technologies (UK) Limited ("We Do UK")	Berkshire	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Australia PTY Limited ("Cape Asia")	Sidney	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%

* Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom

(a) Empresa constituída em Junho de 2008.

(b) Empresas constituídas em Setembro de 2008.

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pela IAS 27 (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa).

3. Empresas controladas conjuntamente

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, o Grupo controla conjuntamente e consolida pelo método proporcional o seguinte agrupamento e a seguinte empresa:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2009		2008	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Vipu Ace ("Sexta")	Lisboa	Optimização de meios para a actividade de edição de conteúdos para edições periódicas em papel, para suporte digital, vídeo ou TV.	Público	50%	50%	50%	50%
Unipress (a)	Vila Nova de Gaia	Comércio, indústria de artes gráficas e impressão de jornais.	Público	50%	50%	40%	40%

* Percentagem de capital detido pela Sonaecom
(a) Empresa que passou a ser detida a 50%, em Dezembro de 2008, e que era consolidada pelo método da equivalência patrimonial (Nota 4).

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, os principais impactos decorrentes da consolidação pelo método proporcional, das entidades acima referidas, são os seguintes (débito/(crédito)):

	2009	2008
Activos não correntes	3.573.926	13.279
Activos correntes	598.198	147.268
Passivos não correntes	(3.134.783)	-
Passivos correntes	(483.084)	(179.367)
Resultado líquido	(33.880)	286.340
Total de proveitos	(962.797)	(199.753)
Total de custos	928.917	486.094

4. Investimentos em empresas associadas

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, esta rubrica incluía investimentos em empresas associadas, cujas sedes sociais, actividade principal, detentor do capital, proporção do capital detido e valor de balanço, são os seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido				Valor de balanço	
				2009		2008		2009	2008
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*		
Empresas associadas:									
Net Mall, S.G.P.S., S.A. ("Net Mall")	Maia	Gestão de participações sociais.	Sonaecom Sistemas de Informação	(Dissoída)		39,5%	39,5%	-	(a)
Sociedade Independente de Rádio difusão Sonora, S.A. ("S.I.R.S." – usando a marca "Rádio Nova")	Porto	Actividade de radio difusão sonora.	Público	45%	45%	45%	45%	(a)	(a)
Unipress – Centro Gráfico, Lda. ("Unipress")	V.N.Gaia	Comércio e indústria de artes gráficas e edição de publicações.	Público	50%	50%	40%	40%	(b)	757.069
								-	757.069

* Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom
(a) Participação que se encontra registada por um valor nulo.
(b) A partir de 31 de Dezembro de 2008, a empresa passou a ser consolidada pelo método proporcional.

As empresas associadas foram incluídas na consolidação, pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 1. b), não tendo sido necessário efectuar qualquer ajustamento de uniformização das políticas contabilísticas das empresas associadas com as políticas contabilísticas do Grupo, dado não existirem diferenças significativas.

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, o valor dos activos, passivos, proveitos e resultado líquido das empresas associadas foi como segue:

2009				
Empresa	Activo	Passivo	Total de proveitos	Resultado líquido
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	651.043	646.061	628.872	41.458
2008				
Empresa	Activo	Passivo	Total de proveitos	Resultado líquido
Unipress - Centro Gráfico, Lda ⁽¹⁾	9.828.695	7.947.107	3.581.171	53.639
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	649.816	604.547	672.814	89.362
Netmall, S.G.P.S., S.A.	14.568	21.488	115	(1.203)

(1) Valores a 31.12.2007

5. Alterações ocorridas no Grupo

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008, verificaram-se as seguintes alterações no Grupo:

Em 1 de Janeiro de 2009, procedeu-se à fusão por incorporação da filial Telemilénio Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, Lda., na filial Sonaecom Serviços de Comunicações, S.A., possibilitando uma maior eficiência operacional e uma maior contenção de custos. Esta operação foi aprovada em Assembleia Geral das respectivas sociedades, ambas realizadas em 24 de Novembro de 2008.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2008, foi ajustado o preço de aquisição do Grupo Cape (adquirido em Outubro de 2007), uma vez que a parcela diferida do preço, que estava dependente do cumprimento futuro de determinadas condições, não ocorreu. Desta forma, o custo de aquisição e logo o valor das diferenças de consolidação foram reduzidos no montante de Euro 2.409.079 (Nota 9).

6. Imobilizações corpóreas

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Total
ACTIVO BRUTO:									
Saldo em 31.12.2008	1.391.593	252.295.915	891.297.575	161.116	157.107.115	1.189.329	5.139.704	88.154.502	1.396.736.849
Adições	-	136.400	4.490.179	346.581	5.062.625	-	125.258	33.829.945	43.990.988
Alienações	-	(316.630)	(461.261)	(196.633)	(93.492)	-	-	9.600	(1.058.416)
Transferências e abates	-	9.004.575	31.435.323	-	1.716.584	3.643	14.870	(42.790.981)	(615.986)
Saldo em 30.06.2009	1.391.593	261.120.260	926.761.816	311.064	163.792.832	1.192.972	5.279.832	79.203.066	1.439.053.435
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:									
Saldo em 31.12.2008	-	130.910.565	545.294.870	125.491	130.529.609	1.131.114	3.003.661	-	810.995.310
Amortizações do período	-	5.313.492	44.953.803	21.371	8.423.027	11.467	344.386	-	59.067.546
Alienações	-	(13.619)	(103.433)	(5.261)	(7.780)	-	-	-	(130.093)
Transferências e abates	-	(21.766)	26.869	-	8.908	(2)	-	-	13.909
Saldo em 30.06.2009	-	136.188.672	590.172.109	141.601	138.953.664	1.142.579	3.348.047	-	869.946.672
Valor líquido	1.391.593	124.931.588	336.589.707	169.463	24.839.168	50.393	1.931.785	79.203.066	569.106.763

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Total
ACTIVO BRUTO:									
Saldo em 31.12.2007	1.391.593	235.216.110	842.983.026	129.546	143.432.036	1.096.920	2.728.382	36.846.800	1.263.824.413
Adições	-	915.547	4.021.007	17.404	5.443.169	-	1.573.221	47.668.470	59.638.818
Alienações	-	(52.945)	(157.032)	(18.224)	(223.460)	-	-	-	(451.661)
Transferências e abates	-	2.758.478	28.388.925	-	1.943.938	10.258	1.850	(33.167.648)	(64.199)
Saldo em 30.06.2008	1.391.593	238.837.190	875.235.926	128.726	150.595.683	1.107.178	4.303.453	51.347.622	1.322.947.371
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:									
Saldo em 31.12.2007	-	118.050.343	492.489.934	94.160	116.612.257	1.040.128	2.371.081	-	730.657.903
Amortizações do período	-	6.323.316	42.859.782	13.687	7.822.523	10.495	246.374	-	57.276.177
Alienações	-	(11.136)	(93.698)	(2.408)	(78.468)	-	-	-	(185.710)
Transferências e abates	-	60.000	1.278	-	(10.077)	-	1.576	-	52.777
Saldo em 30.06.2008	-	124.422.523	535.257.296	105.439	124.346.235	1.050.623	2.619.031	-	787.801.147
Valor líquido	1.391.593	114.414.667	339.978.630	23.287	26.249.448	56.555	1.684.422	51.347.622	535.146.224

As adições do período incluem um conjunto de activos associados à operação de UMTS (Universal Mobile Telecommunications Service), ao HSDPA (Kanguru Express), ao ULL (desagregação de Lacete Local), ao Triple Play e ao FTTH (Fibre-to-the-Home).

O custo de aquisição das 'Imobilizações corpóreas' detidas pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 30 de Junho de 2009 e 2008, ascendia a 29.018.836 Euros e a 25.509.674 Euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 20.405.439 Euros e 19.889.781 Euros, respectivamente.

Em 30 de Junho de 2009, a rubrica de 'Imobilizações corpóreas' não inclui qualquer bem dado como penhor ou em garantia da liquidação de empréstimos ou passivos, excepção feita aos activos afectos a contratos de locação financeira.

O 'Imobilizado corpóreo' em curso apresentava, em 30 de Junho de 2009 e 2008, a seguinte composição:

	2009	2008
Desenvolvimento da rede móvel	35.712.592	36.867.165
Desenvolvimento da rede fixa	35.770.692	7.816.717
Sistemas de informação	4.059.504	3.287.083
Outros projectos em curso	3.660.278	3.376.657
	<u>79.203.066</u>	<u>51.347.622</u>

Em 30 de Junho de 2009, o movimento ocorrido nos valores relativos ao 'Desenvolvimento da rede fixa' referem-se, sobretudo, aos investimentos realizados no desenvolvimento da rede de fibra óptica (FTTH).

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, o valor dos compromissos assumidos perante terceiros respeitantes a investimentos a efectuar era como segue:

	2009	2008
Investimentos da área técnica	35.493.458	42.580.583
Investimentos em sistemas de informação	5.680.925	7.973.577
	<u>41.174.382</u>	<u>50.554.160</u>

7. Imobilizações incorpóreas

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Propriedade industrial	Software	Imobilizado em curso	Total
ACTIVO BRUTO:				
Saldo em 31.12.2008	287.617.028	214.987.219	11.249.369	513.853.616
Adições	46.479	850.558	8.298.276	9.195.313
Alienações	(27)	(1.900)	(5.250)	(7.177)
Transferências e abates	34.609	6.134.767	(5.128.018)	1.041.358
Saldo em 30.06.2009	287.698.089	221.970.644	14.414.377	524.083.110
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:				
Saldo em 31.12.2008	69.111.102	171.924.626	-	241.035.728
Amortizações do período	8.335.987	11.651.775	-	19.987.762
Alienações	(1)	-	-	(1)
Transferências e abates	-	144.857	-	144.857
Saldo em 30.06.2009	77.447.088	183.721.258	-	261.168.346
Valor líquido	210.251.001	38.249.386	14.414.377	262.914.764

	Propriedade industrial	Software	Imobilizado em curso	Total
ACTIVO BRUTO:				
Saldo em 31.12.2007	184.616.429	212.851.390	5.011.298	402.479.117
Adições	96.036.912	1.349.406	6.993.077	104.379.395
Alienações	-	(3.599)	-	(3.599)
Transferências e abates	13.359	1.813.470	(1.620.454)	206.375
Saldo em 30.06.2008	280.666.700	216.010.667	10.383.921	507.061.288
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:				
Saldo em 31.12.2007	48.060.543	164.981.940	-	213.042.483
Amortizações do período	10.672.751	9.869.846	-	20.542.597
Alienações	-	(229)	-	(229)
Transferências e abates	(1)	19.708	-	19.707
Saldo em 30.06.2008	58.733.293	174.871.265	-	233.604.558
Valor líquido	221.933.407	41.139.402	10.383.921	273.456.730

Em 30 de Junho de 2009, a rubrica 'Propriedade industrial' inclui o valor de 95 milhões de Euros correspondente ao valor presente da responsabilidade estimada com o projecto "Iniciativas E", registados em Junho de 2008.

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a Sonaecom – Serviços de Comunicações assumiu compromissos na área da promoção da Sociedade de Informação no montante total de cerca de 274 milhões de Euros, os quais terão de ser cumpridos até ao final de 2015.

Em conformidade com o Acordo estabelecido em 5 de Junho de 2007 com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações ("MOPTC"), uma parte desses compromissos, até 159 milhões de Euros, será realizado através de projectos próprios qualificáveis como contributos para a Sociedade de Informação e incorridos no âmbito da normal actividade da Sonaecom - Serviços de Comunicações (investimentos em rede e tecnologia que não derivem da necessidade de cumprimento das obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS e actividades de pesquisa, desenvolvimento e promoção de serviços, conteúdos e aplicações), os quais terão de ser reconhecidos pelo MOPTC e por entidades especialmente constituídas para o efeito. Em 30 de Junho de 2009, a totalidade do valor já foi realizado e validado por aquelas entidades, pelo que relativamente a estes compromissos não existem à data responsabilidades adicionais. Estes encargos foram registados nas demonstrações financeiras anexas à medida que os respectivos projectos foram sendo realizados e os custos estimados conhecidos.

Os restantes compromissos, até ao montante de cerca de 116 milhões de Euros, serão realizados nos termos acordados entre a Sonaecom – Serviços de Comunicações e o MOPTC, através de contribuições para o projecto "Iniciativas E" (oferta de modems, descontos nas tarifas, contribuições monetárias, entre outras, afectas à generalização da utilização da Internet de banda larga para alunos e professores), contribuições essas efectuadas através do Fundo para a Sociedade de Informação, actualmente designado por Fundação para as Comunicações Móveis, constituído pelos três operadores móveis a desenvolver a sua actividade em Portugal. O sucesso deste projecto, iniciado no final do exercício de 2007, estava dependente da adesão dos beneficiários às várias Iniciativas em vigor (e-oportunidades, e-escola e e-professor) e poderia ser alvo de revisão num período de 12 meses, concluído em Junho de 2008. A 31 de Dezembro de 2007, não era assim possível estimar de forma fiável o sucesso do mesmo e logo estimar a respectiva responsabilidade a reconhecer.

Tendo em consideração o sucesso verificado ao longo de 2008, a Sonaecom considerou estarem reunidas as condições para constituir uma estimativa suficientemente segura da responsabilidade total, pelo que tal valor foi reconhecido em Junho de 2008, como um custo adicional da licença UMTS, por contrapartida das rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Desta forma, em 30 de Junho de 2009, a totalidade das responsabilidades com tais compromissos encontram-se registadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Tendo em consideração a acumulação de alguns factos importantes ocorridos até ao terceiro trimestre de 2008, nomeadamente a atribuição, sem qualquer custo, da 4.ª licença de operador móvel terrestre, à qual os actuais operadores foram impedidos de concorrer, e a prática, verificada não só em Portugal, como em outros países da Europa, da extensão das licenças GSM e em alguns países da Europa de renovação da licença UMTS, foi convicção do Conselho de Administração do Grupo ser muito elevada a probabilidade da licença UMTS ser renovada, bem como de os custos associados à renovação da mesma não serem significativos. Nessa medida, durante o terceiro trimestre de 2008, o Conselho de Administração do Grupo procedeu a uma revisão do termo da vida útil da licença UMTS de 2015 para 2030. Deste modo, e nos termos da IAS 8, a revisão da vida útil estimada foi registada de forma prospectiva.

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, o Grupo mantinha registado na rubrica 'Imobilizações incorpóreas' 192.896.038 Euros e 199.575.948 Euros, respectivamente, correspondentes ao investimento, líquido de amortizações, realizado no desenvolvimento da rede UMTS, nos quais se incluem (i) 64.506.194 Euros (67.506.482 Euros, em 2008) relativos à licença, (ii) 21.553.884 Euros (22.556.391 Euros, em 2008) relativos ao contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis a operar em Portugal, (iii) 6.619.849 Euros (6.927.749 Euros, em 2008) relativos à contribuição, estabelecida em 2007, para o Capital Social da Fundação para as Comunicações Móveis no âmbito do acordo celebrado entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e os três operadores de telecomunicações a operar em Portugal e (iv) 94.704.665 Euros (96.817.534 Euros, em 2008) relativos ao programa Iniciativas E, estes dois últimos relativos aos compromissos assumidos pelo Grupo no âmbito da Sociedade de Informação.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores do imobilizado incorpóreo para os segmentos móvel e fixo é efectuada de acordo com o descrito na Nota 9 ('Diferenças de consolidação'), na medida em que tais activos estão intimamente relacionados com a actividade global do segmento, pelo que os mesmos não podem ser analisados separadamente.

O imobilizado incorpóreo em curso, em 30 de Junho de 2009 e 2008, era composto, essencialmente, por desenvolvimento de software.

As imobilizações corpóreas e incorpóreas incluem juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, directamente relacionados com a construção de determinadas imobilizações em curso.

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, o total destes custos ascende a 17.941.771 Euros e 15.109.729 Euros, respectivamente. Os valores capitalizados nos semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008 foram de 863.952 Euros e 743.969 Euros, respectivamente. Para este efeito, foi utilizada uma taxa de capitalização de 3,13% em 2009 (5,10% em 2008) a qual corresponde à taxa média ponderada de remuneração dos financiamentos obtidos pelo Grupo.

8. Classes de instrumentos financeiros

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, as classes de instrumentos financeiros detidos pelo Grupo eram como segue:

2009							
	Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Activos não correntes:							
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	-	-	1.207.320	1.207.320	-	1.207.320
	-	-	-	1.207.320	1.207.320	-	1.207.320
Activos correntes:							
Clientes	-	162.151.115	-	-	162.151.115	-	162.151.115
Outras dívidas de terceiros	-	21.122.331	-	-	21.122.331	8.852.486	29.974.817
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	-	121.374.122	-	-	121.374.122	-	121.374.122
	-	304.647.568	-	-	304.647.568	8.852.486	313.500.054
2008							
	Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Activos não correntes:							
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	-	-	1.207.320	1.207.320	-	1.207.320
	-	-	-	1.207.320	1.207.320	-	1.207.320
Activos correntes:							
Clientes	-	185.705.402	-	-	185.705.402	-	185.705.402
Outras dívidas de terceiros	-	7.966.442	-	-	7.966.442	15.402.867	23.369.309
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	-	6.928.032	-	-	6.928.032	-	6.928.032
	-	200.599.876	-	-	200.599.876	15.402.867	216.002.743

2009							
	Passivos registados ao justo valor através de resultados	Derivados de cobertura	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente:							
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 15)	-	-	411.553.159	-	411.553.159	-	411.553.159
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	-	-	21.344.398	-	21.344.398	-	21.344.398
Titularização de créditos (Nota 18)	-	-	69.138.672	-	69.138.672	-	69.138.672
	-	-	<u>502.036.229</u>	-	<u>502.036.229</u>	-	<u>502.036.229</u>
Passivo corrente:							
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	-	-	8.439.456	-	8.439.456	-	8.439.456
Fornecedores	-	-	-	190.402.091	190.402.091	-	190.402.091
Outros passivos financeiros (Nota 19)	-	-	1.335.850	-	1.335.850	-	1.335.850
Titularização de créditos (Nota 18)	-	-	19.421.834	-	19.421.834	-	19.421.834
Outras dívidas a terceiros	-	-	-	16.033.985	16.033.985	13.835.700	29.869.685
	-	-	<u>29.197.140</u>	<u>206.436.076</u>	<u>235.633.216</u>	<u>13.835.700</u>	<u>249.468.916</u>
2008							
	Passivos registados ao justo valor através de resultados	Derivados de cobertura	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente:							
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 15)	-	(1.168.584)	356.255.107	-	355.086.523	-	355.086.523
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	-	-	17.517.286	-	17.517.286	-	17.517.286
	-	<u>(1.168.584)</u>	<u>356.255.107</u>	-	<u>372.603.809</u>	-	<u>372.603.809</u>
Passivo corrente:							
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	-	-	747.054	-	747.054	-	747.054
Fornecedores	-	-	-	174.755.456	174.755.456	-	174.755.456
Outros passivos financeiros (Nota 19)	-	-	979.699	-	979.699	-	979.699
Outras dívidas a terceiros	-	-	-	5.396.093	5.396.093	9.483.384	14.879.477
	-	-	<u>1.726.753</u>	<u>180.151.549</u>	<u>181.878.302</u>	<u>9.483.384</u>	<u>191.361.686</u>

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros activos/ passivos correntes e não correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem constituídas por saldos não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

9. Diferenças de consolidação

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008, os movimentos ocorridos na rubrica 'Diferenças de consolidação' foram os seguintes:

	2009	2008
Saldo inicial	526.030.904	528.216.604
Outros	(122.304)	(2.381.131)
Saldo final	<u>525.908.600</u>	<u>525.835.473</u>

No semestre findo em 30 de Junho de 2009, a rubrica "Outros" inclui, essencialmente, a actualização cambial das Diferenças de consolidação do Grupo Praesidium.

No semestre findo em 30 de Junho de 2008, a rubrica "Outros" inclui 2.409.079 Euros relativos à correcção do custo de aquisição do Grupo Cape (Nota 5), sendo o remanescente relativo, essencialmente, à actualização cambial das Diferenças de consolidação do Grupo Praesidium.

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, a rubrica 'Diferenças de consolidação' tinha a seguinte composição:

	2009	2008
Sonaecom - Serviços de Comunicações	485.092.375	485.092.375
Público	20.000.000	20.000.000
Cape	17.476.354	17.476.354
WeDo	1.971.668	1.971.668
Praesidium	915.718	1.164.290
Unipress	321.698	-
SIRS	72.820	72.820
Permar	47.253	47.253
Optimus Towering	10.713	10.713
	<u>525.908.600</u>	<u>525.835.473</u>

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de diferenças de consolidação registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efectuada com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projectados para períodos de 5 anos. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas taxas de crescimento de cerca de 3%.

	Taxa desconto
Telecomunicações	9,00%
Multimédia	9,45%
Sistemas de informação	11,22%

10. Investimentos disponíveis para venda

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

		2009			2008		
		%	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas
Altitude, SGPS, S.A.	11,54%	1.000.000	-	1.000.000	1.000.000	-	1.000.000
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	1,38%	197.344	-	197.344	197.344	-	197.344
Outros	-	9.976	-	9.976	9.976	-	9.976
		<u>1.207.320</u>	<u>-</u>	<u>1.207.320</u>	<u>1.207.320</u>	<u>-</u>	<u>1.207.320</u>

Em 30 de Junho de 2009, estes investimentos correspondem a participações de valor imaterial em empresas não cotadas e nas quais o Grupo não detém influência significativa, pelo que o seu custo de aquisição foi considerado uma aproximação razoável do seu respectivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respectivas imparidades identificadas.

A aferição da existência, ou não, de imparidades para os investimentos acima descritos é efectuada recorrendo a comparações com a quota parte do valor dos capitais próprios pertencentes ao grupo e com múltiplos de vendas e de EBITDA de empresas do mesmo sector.

A informação financeira relativa a estes investimentos pode ser resumida como segue (em milhares de Euros):

	Activo	Capital próprio	Dívida Bruta	Volume de Negócios	Resultado Operacional	Resultado Líquido
Altitude, SGPS, S.A.	18.720	5.530	3.610	27.608	442	826
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	18.333	8.191	5.825	18.911	1.513	815

Valores em milhares de Euros reportados a 31-12-08.

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008, a rubrica de 'Investimentos disponíveis para venda' não apresentou quaisquer movimentos.

11. Impostos diferidos

Os activos por impostos diferidos em 30 de Junho de 2009 e 2008, no montante de 122.452.182 Euros e 106.986.289 Euros, respectivamente, decorrem, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis, de diferenças temporárias e à diferença entre o valor contabilístico e fiscal de alguns activos fixos.

O movimento ocorrido nos activos por impostos diferidos nos semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008 foi como segue:

	2009	2008
Saldo inicial	124.862.171	101.118.096
Efeito em resultados		
Prejuízos fiscais reportáveis e registo de impostos diferidos decorrentes do apuramento do resultado tributável das empresas incluídas no consolidado fiscal no período	(2.527.789)	1.307.194
Registo de impostos diferidos não reconhecidos em exercícios anteriores uma vez que não era provável a existência de lucros tributáveis futuros para os absorver (Sonaecom - Serviços de Comunicações, Mainroad, Miauger, Cape e Digitmarket em 2008)	-	2.895.600
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente e nos benefícios fiscais	1.909.351	-
Reversão gradual das diferenças temporárias relativas à operação de titularização de créditos	(1.610.000)	-
Movimentos nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos activos fixos	(440.448)	1.671.982
Sub-total do efeito em resultados (Nota 22)	<u>(2.668.886)</u>	<u>5.874.776</u>
Outros	258.897	(6.583)
Saldo final	<u>122.452.182</u>	<u>106.986.289</u>

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foram constituídos impostos diferidos activos no montante de 16,1 milhões de Euros, decorrentes da operação de titularização de créditos futuros concretizada em Dezembro de 2008 (Nota 18). Em resultado desta operação, e de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 219/2001, de 4 de Agosto, os 100 milhões de Euros foram acrescidos para efeitos do apuramento do resultado fiscal relativo ao exercício de 2008, gerando assim uma diferença temporária entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal, tendo sido registados impostos diferidos activos na extensão em que era provável, com razoável segurança, a sua utilização. No semestre findo em 30 de Junho de 2009, foi revertido um montante de 1,6 milhões de Euros, correspondente à reversão da respectiva diferença temporária no período.

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, foi efectuada uma avaliação dos impostos diferidos a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, activos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos últimos planos de negócio aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados.

Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 9.

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, a taxa de imposto utilizada para o apuramento dos impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais foi de 25%. No caso dos activos por impostos diferidos gerados por diferenças temporárias, a taxa usada foi de 26,5%.

De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam activos por impostos diferidos, o detalhe dos mesmos em 30 de Junho de 2009, por situação geradora, era como segue:

Situação geradora	Empresas incluídas no RETGS	Empresas excluídas do RETGS					Total Grupo Sonaecom
		Praesidium	Digitmarket	Saphety	Cape	Total	
Prejuízos fiscais reportáveis:							
A serem utilizados até 2010	230.287	-	200.338	-	-	200.338	430.625
A serem utilizados até 2011	31.676	-	210.662	-	-	210.662	242.338
A serem utilizados até 2012	170.616	-	-	-	-	-	170.616
A serem utilizados até 2013	68.421	-	-	138.000	-	138.000	206.421
A serem utilizados até 2014	-	-	-	-	-	-	-
Sem limite de utilização	-	99.931	-	-	134.506	234.437	234.437
Prejuízos fiscais anteriores à aplicação do RETGS	501.000	99.931	411.000	138.000	134.506	783.437	1.284.437
Registo de impostos diferidos decorrentes da aplicação do RETGS	2.090.464	-	-	-	-	-	2.090.464
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	10.509.959	-	-	-	-	-	10.509.959
Benefícios Fiscais (SIFIDE)	1.716.399	-	-	-	-	-	1.716.399
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	38.055.320	-	-	-	-	-	38.055.320
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	14.490.000	-	-	-	-	-	14.490.000
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos activos fixos e outros	54.305.604	-	-	-	-	-	54.305.604
Total	121.668.745	99.931	411.000	138.000	134.506	783.437	122.452.182

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, os valores de impostos diferidos não registados por não ser provável a existência de lucros fiscais futuros suficientes para os absorver eram como se segue:

	2009	2008
Prejuízos fiscais	49.155.043	99.849.152
Diferenças temporárias (essencialmente provisões não aceites)	34.473.695	19.453.559
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	(248.141)	(31.079)
	<u>83.380.597</u>	<u>119.271.633</u>

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, os prejuízos fiscais para os quais não foram registados impostos diferidos activos têm as seguintes datas limite de utilização:

Limite de utilização	2009	2008
2008	-	26.456.500
2009	1.245.631	9.879.797
2010	4.219.398	5.300.303
2011	10.029.169	13.094.164
2012	9.040.807	15.414.302
2013	16.001.253	19.386.798
2014	1.326.762	3.872.549
2015	2.950.105	2.577.298
2016	1.204.308	1.856.648
2017	1.771.661	1.033.556
2018	50.355	-
Sem limite de utilização	1.315.594	977.238
	<u>49.155.043</u>	<u>99.849.152</u>

Os anos de 2016 e seguintes são aplicáveis a subsidiárias localizadas em países com um período de reporte de prejuízos fiscais superior a 6 anos.

Os passivos por impostos diferidos em 30 de Junho de 2009 e 2008, no montante de 689.659 Euros e 708.186 Euros, respectivamente, resultam, essencialmente, de ajustamentos de consolidação.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos, nos semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008, foi como segue:

	2009	2008
Saldo inicial	(605.414)	(284.402)
Efeito em resultados (Nota 22)		
Ajustamentos de consolidação	(84.246)	(411.412)
Sub-total	<u>(689.660)</u>	<u>(411.412)</u>
Outros	1	(12.372)
Saldo final	<u>(689.659)</u>	<u>(708.186)</u>

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008 é como segue:

	2009	2008
Resultado antes de imposto	5.117.586	(17.022.605)
Imposto 25%	(1.279.396)	4.255.651
Activos por impostos diferidos não registados nas contas individuais e/ou resultantes de ajustamentos de consolidação e outros ajustamentos à matéria colectável, tributação autónoma e derrama	(3.631.025)	(3.454.215)
Registo de impostos diferidos não registados em exercícios anteriores	-	2.895.600
Registo de impostos diferidos passivos no período	(84.246)	(411.412)
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente e nos benefícios fiscais	1.909.351	-
Reversão gradual das diferenças temporárias relativas à operação de titularização de créditos	(1.610.000)	-
Movimentos nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos activos	(440.448)	1.671.982
Impostos registados no período (Nota 22)	<u>(3.525.764)</u>	<u>4.957.606</u>

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa e das empresas participadas durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2005 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correcções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração do Grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devam ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2009.

12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2009	2008
Numerário	76.764	60.157
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	30.997.928	5.462.850
Aplicações de tesouraria	90.299.431	1.405.025
Caixa e equivalentes de caixa	121.374.122	6.928.032
Descobertos bancários (Nota 15)	(4.456)	(747.054)
	<u>121.369.666</u>	<u>6.180.978</u>

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2009	2008
Sonae Investments BV	90.000.000	-
Aplicações bancárias no estrangeiro	299.431	615.025
Aplicações bancárias nacionais	-	790.000
	<u>90.299.431</u>	<u>1.405.025</u>

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o semestre findo em 30 de Junho de 2009, venceram juros a uma taxa média de 2,944% (4,103% em 2008).

13. Capital social

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 acções correspondentes a acções ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 1 Euro. Nessas datas, a estrutura accionista era a seguinte:

	2009		2008	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Sontel BV	193.874.470	52,94%	194.423.837	53,09%
Atlas Service Belgium	73.249.374	20,00%	-	-
Acções dispersas em Bolsa	62.569.173	17,08%	70.782.961	19,33%
093X (EDP)	29.150.000	7,96%	29.150.000	7,96%
Acções próprias	6.564.202	1,79%	1.588.553	0,43%
Sonae	838.649	0,23%	23.649	0,01%
Efanor Investimentos, S.G.P.S., S.A	1.000	0,00%	1.000	0,00%
Wirefree Services Belgium, S.A.	-	0,00%	70.276.868	19,19%
	<u>366.246.868</u>	<u>100,00%</u>	<u>366.246.868</u>	<u>100,00%</u>

A totalidade das acções que representam o capital social da Sonaecom corresponde a acções autorizadas, subscritas e pagas. Todas as acções têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

14. Acções próprias

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2009, a Sonaecom entregou a colaboradores um total de 786.243 acções próprias, no âmbito do seu Plano de Incentivo de Médio Prazo.

Adicionalmente, durante o semestre, a Empresa adquiriu 1.419.802 novas acções (a um preço médio de 1,40 Euros), detendo, à data de 30 de Junho de 2009, 6.564.202 acções próprias representativas de 1,79% do seu capital social, a um preço médio de 1,78 Euros.

15. Empréstimos

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2009	2008
Sonaecom SGPS	Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	Jun-13	Final	150.000.000	150.000.000
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(2.162.587)	(2.661.755)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	87.150	200.067
	Justo valor do Swap	-	-	-	-	(542.778)
					<u>147.924.563</u>	<u>146.995.534</u>
Sonaecom SGPS	Papel Comercial	250.000.000	100.000.000 até Jul-10 150.000.000 até Jul-12	-	230.000.000	207.500.000
		70.000.000	Jul-10	-	33.000.000	-
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(357.826)	(448.392)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	203.915	1.665.187
	Justo valor do Swap	-	-	-	-	(625.806)
					<u>262.846.089</u>	<u>208.090.989</u>
Unipress	Empréstimo bancário	-	-	-	395.562	-
Saphety	Suprimentos de minoritários	-	-	-	386.945	-
					<u>411.553.159</u>	<u>355.086.523</u>

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos:

Empresa	Entidade financiadora	Tipo	Montante utilizado	
			2009	2008
Sonaecom	CGD	Conta caucionada	8.435.000	-
Diversas	Diversas	Descobertos bancários	4.456	747.054
			<u>8.439.456</u>	<u>747.054</u>

Em Julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de Euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa – Banco de Investimento.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

A contratação deste financiamento ao nível da Sonaecom permitiu um alargamento significativo da maturidade da dívida contratada, a eliminação de um conjunto de limitações contratuais, financeiras e operacionais, impostas pelo anterior financiamento sindicado da Optimus e uma melhor eficiência na gestão da liquidez consolidada.

Estes empréstimos vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respectivo prazo e foram todos contraídos em Euros.

A taxa de juro média do empréstimo obrigacionista, no período, foi de 3,99%.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas actividades e capacidade de geração de fundos da respectiva empresa devedora.

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo, tinham o

seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxa fixadas para cada tipo de empréstimo):

2009						
	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Após N+5
Empréstimo obrigacionista						
Amortização	-	-	-	150.000.000	-	-
Juros	3.486.000	3.486.000	3.495.551	1.633.167	-	-
Papel Comercial						
Amortização	-	113.000.000	-	150.000.000	-	-
Juros	3.258.770	1.888.927	1.775.850	145.960	-	-
	6.744.770	118.374.927	5.271.401	301.779.127	-	-

2008						
	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Após N+5
Empréstimo obrigacionista						
Amortização	-	-	-	-	150.000.000	-
Juros	9.153.050	9.153.050	9.153.050	9.178.058	8.902.967	-
Papel Comercial						
Amortização	-	-	57.500.000	-	150.000.000	-
Juros	9.781.390	9.781.390	8.669.902	7.149.334	605.545	-
	18.934.440	18.934.440	75.322.952	16.327.392	309.508.512	-

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de cinco anos.

Os suprimentos de minoritários, não têm qualquer maturidade definida.

À data de 30 de Junho de 2009 e 2008, as linhas de crédito disponíveis pelo Grupo são como segue:

2009						Maturidade	
Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Até 12 meses	Mais de 12 meses	
Sonaecom	Papel Comercial	250.000.000	230.000.000	20.000.000		x	
Sonaecom	Papel Comercial	70.000.000	33.000.000	37.000.000		x	
Sonaecom	Conta caucionada	15.000.000	8.435.000	6.565.000	x		
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x	
Público	Contas caucionadas	1.496.394	-	1.496.394	x		
Público	Contas caucionadas	1.500.000	-	1.500.000	x		
Público	Descobertos autorizados	1.246.995	-	1.246.995	x		
WeDo Brasil	Contas caucionadas	91.012	-	91.012	x		
		489.334.401	421.435.000	67.899.401			

2008						Maturidade	
Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Até 12 meses	Mais de 12 meses	
Sonaecom	Papel Comercial	250.000.000	207.500.000	42.500.000		x	
Sonaecom	Papel Comercial	70.000.000	-	70.000.000		x	
Sonaecom	Conta caucionada	15.000.000	-	15.000.000	x		
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x	
Público	Contas caucionadas	1.496.394	-	1.496.394	x		
Público	Contas caucionadas	1.500.000	-	1.500.000	x		
Público	Descobertos autorizados	1.246.995	-	1.246.995	x		
WeDo Brasil	Contas caucionadas	368.009	-	368.009	x		
		489.611.398	357.500.000	132.111.398			

Em 30 de Junho de 2009 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro. Os existentes em 30 de Junho de 2008 e os respectivos justos valores, calculados pelo método da actualização dos fluxos de caixa futuros, eram os seguintes:

2008						
Empresa	Financiamento coberto	Montante nocional	Vencimento	Indexante base trocado	Taxa contratada	Justo valor dos instrumentos financeiros
Sonaecom	Papel Comercial	110.000.000	Mar-09	Euribor 6m	4,365%	(625.806)
Sonaecom	Empréstimo Obrigacionista	75.000.000	Jun-09	Euribor 6m	4,565%	(542.778)
						(1.168.584)

Em Setembro de 2007, a Sonaecom contratou um swap de taxa de juro, de montante nocional de 110 milhões de Euros, pelo prazo de 18 meses e com refixações semestrais, de forma a cobrir totalmente o risco de taxa de juro de uma das tranches de papel comercial que a Sonaecom emitiu em 13 de Setembro de 2007, pelo mesmo montante de 110 milhões de Euros e pelo prazo de seis meses. O vencimento deste Swap taxa de juro ocorreu em 13 de Março de 2009.

Em Dezembro de 2007, a Sonaecom contratou um swap de taxa de juro, de montante nocional de 75 milhões de Euros, pelo prazo de 18 meses e com refixações semestrais, de forma a cobrir 50% do risco de taxa de juro do empréstimo obrigacionista que a Sonaecom emitiu em Junho de 2005, pelo montante de 150 milhões de Euros, pelo prazo de oito anos e com refixações semestrais. O vencimento deste Swap taxa de juro ocorreu em 21 de Junho de 2009.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2009, os movimentos ocorridos no justo valor dos swaps relativos ao papel comercial, no montante de 174.106 Euros negativos, e relativo ao empréstimo obrigacionista, no montante de 481.174 Euros positivos foram registados na rubrica 'Reservas de cobertura' por serem considerados eficazes, conforme definido pela IAS 39.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2009, os referidos instrumentos financeiros derivados atingiram a respectiva maturidade. Desta forma, a 30 de Junho de 2009 a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

16. Outros passivos financeiros não correntes

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de imobilizado relativos a contratos de leasing cujo vencimento é superior a um ano no montante de 21.344.398 Euros e 17.517.286 Euros, respectivamente.

O plano de reembolso previsto para estes saldos, a 30 de Junho de 2009 e 2008 era o seguinte:

	2009		2008	
	Pagamentos de leasing	Actualização dos pagamentos de leasing	Pagamentos de leasing	Actualização dos pagamentos de leasing
Jun-08 a Jun-09	-	-	1.469.630	583.109
Jun-09 a Jun-10	1.308.810	970.156	2.386.900	1.520.457
Jun-10 a Jun-11	3.081.391	2.081.385	2.070.704	1.266.084
Jun-11 a Jun-12	2.828.536	1.922.981	1.869.068	1.124.586
Jun-12 a Jun-13	2.828.835	2.011.524	1.885.669	1.196.417
Jun-13 a Jun-14	2.660.752	1.932.887	1.677.995	1.043.570
Após Jun-14	17.391.032	13.761.315	14.996.915	11.762.761
	<u>30.099.356</u>	<u>22.680.248</u>	<u>26.356.881</u>	<u>18.496.985</u>
Juros	(7.877.007)	-	(7.859.897)	-
	<u>22.222.349</u>	<u>22.680.248</u>	<u>18.496.984</u>	<u>18.496.985</u>
Parcela curto prazo (Nota 19)	-	(1.335.850)	-	(979.699)
	<u>22.222.349</u>	<u>21.344.398</u>	<u>18.496.984</u>	<u>17.517.286</u>

Os acordos de médio e longo prazo estabelecidos com fornecedores de capacidade de rede de fibra óptica em que o Grupo tenha o direito de utilizar essa rede e esta seja considerada como um activo específico são registados como locação financeira de acordo com a IAS 17 - Locações e com a IFRIC 4 – “Determinar se um acordo contém uma locação”. Estes contratos têm uma duração entre 15 e 20 anos.

17. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008 foi o seguinte:

2009						
Rubricas	Saldo inicial	Transfe- rências	Reforço	Utilização	Redução	Saldo final
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	75.788.067	194.177	11.157.430	(15.611.370)	(105.938)	71.422.366
Perdas de imparidade acumuladas em existências	11.273.207	502.706	2.505.225	(484.126)	(312.929)	13.484.083
Provisões para outros riscos e encargos	32.205.441	(194.177)	869.135	(196.635)	(427.130)	32.256.634
	<u>119.266.715</u>	<u>502.706</u>	<u>14.531.790</u>	<u>(16.292.131)</u>	<u>(845.997)</u>	<u>117.163.083</u>
2008						
Rubricas	Saldo inicial	Transfe- rências	Reforço	Utilização	Redução	Saldo final
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	66.167.308	(60.715)	5.447.551	(2.885.934)	(148.589)	68.519.621
Perdas de imparidade acumuladas em existências	8.663.703	-	1.557.008	-	-	10.220.710
Provisões para outros riscos e encargos	30.885.378	318.715	1.306.023	-	(40.212)	32.469.903
	<u>105.716.389</u>	<u>258.000</u>	<u>8.310.581</u>	<u>(2.885.934)</u>	<u>(188.801)</u>	<u>111.210.235</u>

O reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui o montante de 894.420 Euros (377.459 Euros, em 2008) relativo à provisão para desmantelamento de sites, conforme previsto na IAS 16 (Nota 1.d)), e ainda o montante de 89.850 Euros registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento'. Desta forma, o montante de reforço registado na demonstração de resultados na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade' ascende a 13.547.520 Euros (7.869.804 Euros em 2008).

As utilizações referem-se, essencialmente, à utilização de provisões por contrapartida das contas correntes de clientes da filial Sonaecom – Serviços de Comunicações.

A 30 de Junho de 2009 e 2008, o detalhe das provisões para outros riscos e encargos é como segue:

	2009	2008
Desmantelamento de sites	21.501.561	19.265.600
Contingências diversas	4.357.356	6.711.664
Processos judiciais em curso	2.094.111	2.471.032
Indemnizações a liquidar	626.656	694.443
Outros	3.676.950	3.327.164
	<u>32.256.634</u>	<u>32.469.903</u>

A rubrica de contingências diversas diz respeito a passivos prováveis resultantes de transacções diversas efectuadas em exercícios anteriores e cuja saída de fundos é provável.

Relativamente às provisões constituídas para processos judiciais em curso e para outros riscos e encargos, dada a incerteza de tais processos, o Conselho de Administração não consegue estimar, com fiabilidade, o momento em que tais provisões terão de ser utilizadas, pelo que não se procedeu à actualização financeira dos mesmos.

18. Titularização de Créditos

Em 30 de Dezembro de 2008, a subsidiária Sonacom - Serviços de Comunicações, S.A., concretizou uma operação de titularização de créditos futuros, no montante de 100 milhões de Euros (98.569.400 Euros, líquidos de custos iniciais), através da qual cedeu os créditos futuros a serem gerados por uma carteira de contratos com clientes do segmento "Corporate", ao abrigo do regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 453/99, de 5 de Novembro.

Esta operação foi coordenada pelo Deutsche Bank, tendo os créditos sido alocados à sociedade TAGUS – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. ("TAGUS"), que, para o efeito, procedeu à emissão de obrigações titularizadas denominadas "Magma No. 1 Securitisation Notes", às quais foi atribuído, pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o código alfanumérico legalmente exigido (200812TGSSONSXXN0031).

As receitas futuras, nos montantes necessários para assegurar a realização pela TAGUS, dos pagamentos trimestrais de juros e capitais, devidos aos obrigacionistas da emissão associada a esta transacção, bem como os outros pagamentos devidos aos demais credores desta operação, serão alocadas pela Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A. ao longo dos exercícios de 2009 a 2013 até ao valor máximo de 213.840.362 Euros. Nos termos da operação, o montante a alocar nos próximos 12 meses (19.421.834 Euros) foi relevado no passivo corrente e o restante, no montante de 69.138.672 Euros, registado no passivo não corrente.

Esta transacção não implicou qualquer alteração no tratamento contabilístico dos créditos subjacentes, ou na relação com os respectivos clientes.

A 30 de Junho de 2009, o valor registado em 'Titularização de créditos' tinha o seguinte plano de maturidade:

	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Total
Titularização de créditos	19.421.834	19.561.282	19.714.940	19.866.597	9.995.853	88.560.506

19. Outros passivos financeiros

Em 30 de Junho de 2009, a rubrica 'Outros passivos financeiros' inclui o montante de 1.335.850 Euros (979.699 Euros, em 2008) relativos à parcela de curto prazo dos contratos de leasing (Nota 16).

20. Fornecimentos e Serviços Externos

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, a rubrica 'Fornecimentos e serviços externos' apresentava a seguinte composição:

	2009	2008
Custos de interligação	100.440.216	133.680.459
Trabalhos especializados	32.292.447	33.872.733
Comissões	24.627.162	22.993.421
Rendas e alugueres	17.337.245	16.644.855
Publicidade e propaganda	14.943.940	29.412.351
Outros subcontratos	12.812.975	13.892.344
Aluguer de circuitos	12.663.058	13.576.702
Outros	9.996.574	10.518.951
Electricidade	4.702.020	4.315.242
Comunicação	3.354.885	3.855.071
Deslocações e estadas	2.388.513	2.866.472
Conservação e reparação	2.293.564	3.965.121
Honorários	1.811.540	1.646.479
	239.664.139	291.240.201

Os compromissos assumidos em 30 de Junho de 2009 e 2008 com contratos de locação operacional são como seguem:

Pagamentos mínimos de locação operacional	2009	2008
2008	-	5.399.513
2009	25.125.377	6.401.453
2010	42.175.342	4.831.944
2011	39.038.396	3.577.176
2012	34.244.219	1.264.047
2013	32.776.476	158.863
2014	27.345.059	904.842
2015	21.804.201	-
Renováveis por 1 ano	3.869.810	2.366.596
	<u>226.378.880</u>	<u>24.904.435</u>

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2009 foram reconhecidos 26.786.814 Euros na rubrica de 'Fornecimentos e serviços externos' relativos a rendas de locações operacionais, repartidas entre as rubricas 'Rendas e alugueres' e 'Alugueres de circuitos'.

A partir de 31 de Dezembro de 2008, para além das rendas relativas ao aluguer de edifícios a empresas do Grupo e os "rentings operacionais, foram incluídos nos compromissos assumidos com contratos de locação operacional o aluguer de "Sites" e o aluguer de circuitos, dada a natureza de tais contratos.

As rendas relativas a aluguer de espaço são maioritariamente compostas pelo contrato de aluguer do edifício Sonaecom em Lisboa, realizado durante o exercício de 2007 por um prazo de 5 anos e com a possibilidade de renovação anual. A actualização das rendas ocorrerá no final do primeiro ciclo do contrato, isto é, após os primeiros cinco anos.

21. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008, têm a seguinte composição:

	2009	2008
Resultados financeiros relativos a empresas associadas:		
Perdas relativas a empresas associadas	-	-
Ganhos relativos a empresas associadas	-	9.456
	<u>-</u>	<u>9.456</u>
Outros custos financeiros:		
Juros suportados	(10.073.853)	(9.179.454)
Empréstimos bancários	(6.024.440)	(8.640.991)
Juros securitização	(2.883.449)	-
Juros do swap	(488.408)	-
Juros de leasing	(531.327)	(471.436)
Outros juros	(146.229)	(67.027)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(53.475)	(200.316)
Outros custos financeiros	(306.356)	(128.434)
	<u>(10.433.684)</u>	<u>(9.508.203)</u>
Outros proveitos financeiros:		
Juros obtidos	2.596.262	1.461.309
Diferenças de câmbio favoráveis	518.159	146.763
	<u>3.114.421</u>	<u>1.608.073</u>

No semestre findo em 30 de Junho de 2009, a rubrica 'Juros obtidos' inclui, principalmente, juros relativos a aplicações de tesouraria, juros de mora associados a processos em contencioso e juros relativos aos "swaps" de taxa de juro contratados pela Sonaecom. No semestre findo em 30 de Junho de 2008, a rubrica 'Juros obtidos' incluía, principalmente, juros de mora associados a processos em contencioso e juros relativos aos "swaps" de taxa de juro contratados pela Sonaecom.

22. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2009	2008
Imposto corrente	(772.632)	(505.758)
Imposto diferido activo (Nota 11)	(2.668.886)	5.874.776
Imposto diferido passivo	(84.246)	(411.412)
	<u>(3.525.764)</u>	<u>4.957.606</u>

23. Partes relacionadas

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008, os saldos e transacções mantidos com partes relacionadas respeitam, essencialmente, à actividade operacional do Grupo (prestação de serviços de telecomunicações e serviços de consultoria), bem como à concessão e obtenção de empréstimos.

Os saldos e transacções mais significativos efectuados com entidades relacionadas (as quais se encontram descritas em anexo), durante os semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008, foram os seguintes:

Saldos a 30 de Junho de 2009				
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Acréscimos e diferimentos (DR/(CR))
Sonae	68.349	70.575	-	(94.751)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	1.024.205	2.236.896	-	(202.352)
Worten	7.697.439	1.536.242	-	(470.367)
Sonae Investments BV	-	-	90.000.000	7.623
France Telecom	-	5.459.303	-	(8.155.491)
	<u>8.789.993</u>	<u>9.303.016</u>	<u>90.000.000</u>	<u>(8.915.338)</u>
Saldos a 30 de Junho de 2008				
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Acréscimos e diferimentos (DR/(CR))
Sonae	120.823	107.097	-	(11.985)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	2.079.753	1.667.991	-	88.399
Worten	6.416.179	2.860.912	-	(845.013)
France Telecom	-	5.930.838	-	(11.072.859)
	<u>8.616.756</u>	<u>10.566.838</u>	<u>-</u>	<u>(11.841.457)</u>

	Transacções a 30 de Junho de 2009			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos/ (suportados)	Proveitos suplementares
Sonae	150.672	1.073.824	(2.739)	(5.103)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	3.502.232	919.193	-	106.195
Worten	5.785.229	1.420.003	-	-
Sonae Investments BV	-	-	1.636.511	-
France Telecom	7.870.578	6.767.024	-	-
	<u>17.308.711</u>	<u>10.180.044</u>	<u>1.633.772</u>	<u>101.092</u>

	Transacções a 30 de Junho de 2008			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos/ (suportados)	Proveitos suplementares
Sonae	189.340	69.977	-	11.280
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	3.454.596	1.061.211	-	356.866
Worten	2.627.160	1.750.597	-	-
France Telecom	5.874.469	5.311.721	-	-
	<u>12.145.566</u>	<u>8.193.507</u>	<u>-</u>	<u>368.146</u>

As transacções efectuadas entre empresas do Grupo foram eliminadas no processo de consolidação, pelo que não são divulgadas nesta nota.

Todas as transacções acima referidas foram efectuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas do Grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

24. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 30 de Junho de 2009 e 2008, tinha a seguinte composição:

Empresa	Beneficiário da garantia	Descrição	2009	2008
Sonaecom	BBVA – Portugal, ING Belgium Portugal e Millennium BCP	Papel comercial	320.000.000	320.000.000
Sonaecom - Serviços de Comunicações, Público, Be Artis e Sonaecom	Direcção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	33.943.883	6.944.107
Sonaecom - Serviços de Comunicações e Be Towering	Direcção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IRC e processo de reclamação	1.784.323	1.650.000
Sonaecom	Direcção de Contribuições e Impostos	Imposto de selo	754.368	-
Sonaecom - Serviços de Comunicações e Público	Direcção de Contribuições e Impostos	Processo de impugnação - IVA	598.000	598.000
Digitmarket, We Do e Saphety	IAPMEI	Garantir o reembolso incentivo financeiro ao abrigo do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico.	327.730	-
Sonaecom - Serviços de Comunicações e Tele2	Direcção Geral do Tesouro	IRC – Retenção de rendimentos a não residentes	306.954	306.954
Sonaecom - Serviços de Comunicações	Governo Civil de Lisboa	Garantir o cumprimento integral do plano de sorteios	289.459	59.029
Sonaecom - Serviços de Comunicações	Câmara Municipal de Coimbra, Lisboa, Braga, Elvas, Caldas da Rainha, Mealhada, Faro, Barcelos e Odivelas	Boa execução de trabalhos a realizar nos municípios de Coimbra, Lisboa, Braga, Elvas, Caldas da Rainha, Mealhada, Faro, Barcelos e Odivelas	288.595	287.494
Público	Tribunal de Trabalho de Lisboa	Processo de execução nº 199A/92	271.511	271.511
We Do	API	Candidatura PRIME	184.004	184.004
Sonaecom - Serviços de Comunicações e Digitmarket	Hewlett Packard	Contratos de locação financeira e de prestação de serviços	159.859	159.859
Sonaecom - Serviços de Comunicações	Governo Civil de Santarém	Garantir o cumprimento integral do plano de sorteios	119.703	119.703
Público	Fazenda Pública do Porto	Processo de execução fiscal nº 3190/98	-	209.493
Várias	Outros		1.527.412	1.052.869
			<u>360.555.802</u>	<u>331.843.025</u>

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

25. Informação por segmentos

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes:

- Telecomunicações;
- Multimédia;
- Sistemas de informação; e
- Actividades de Holding.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2009, em resultado da aplicação dos critérios estabelecidos pela IFRS 8 – “Segmentos Operacionais”, cuja aplicação se tornou efectiva em 1 de Janeiro de 2009, foi identificado um novo segmento denominado “Actividades de Holding” que engloba todas as operações realizadas pelas empresas do grupo cuja actividade principal corresponde à gestão de participações sociais.

As restantes actividades do Grupo, para além das acima identificadas, encontram-se classificados como não alocados.

As transacções ocorridas nos semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação. Todas estas transacções foram efectuadas a preços de mercado.

As transferências e transacções entre segmentos são efectuadas nas condições comerciais e termos contratuais idênticos aos praticados para entidades terceiras, sendo na sua maioria relativas a interligação, juros de aplicações de tesouraria e fees de gestão.

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 30 de Junho de 2009 e 2008, preparada de acordo com as mesmas políticas e critérios contabilísticos adoptados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é como segue:

	Telecomunicações		Multimédia		Sistemas de Informação		Actividades de Holding		Outros		Sub-Total		Eliminações		Total	
	Junho 09	Junho 08	Junho 09	Junho 08	Junho 09	Junho 08	Junho 09	Junho 08	Junho 09	Junho 08	Junho 09	Junho 08	Junho 09	Junho 08	Junho 09	Junho 08
Proveitos:																
Vendas e Prestações de serviços	397.441.769	423.507.229	15.172.549	17.229.997	82.133.377	54.473.215	3.582.626	3.564.636	110.400	424.542	498.440.721	499.199.619	(16.860.598)	(23.621.119)	481.580.123	475.578.500
Outros proveitos operacionais	3.478.039	5.045.023	102.156	101.489	319.207	16.15.948	-	20.138	-	5.166	3.899.402	6.787.764	(1573.969)	(2.452.631)	2.325.433	4.335.133
Total de proveitos	400.919.808	428.552.252	15.274.705	17.331.486	82.452.584	56.089.163	3.582.626	3.584.774	110.400	429.708	502.340.123	505.987.383	(16.434.567)	(26.073.750)	483.905.556	479.913.633
Amortizações e depreciações	(78.106.228)	(77.205.620)	(75.1903)	(365.421)	(912.603)	(980.249)	(65.576)	(46.878)	(14.403)	(21.301)	(79.850.718)	(78.619.469)	795.380	800.695	(79.055.333)	(77.818.774)
Resultado operacional do segmento	12.370.702	(11.029.462)	(2.424.041)	(1.891.266)	2.967.147	2.668.621	(950.834)	(494.150)	87.301	228.774	12.050.275	(10.517.483)	386.574	1.385.553	12.436.849	(9.131.930)
Juros líquidos	(5.236.272)	(8.421.046)	(56.406)	(69.778)	(50.704)	(111.939)	(2.116.494)	912.953	(17.712)	(28.335)	(7.477.588)	(7.718.145)	(3)	-	(7.477.591)	(7.718.145)
Ganhos e perdas em associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.456	-	9.456
Outros resultados financeiros	(223.761)	(30.619)	(8.309)	8.092	438.808	(133.056)	(4.448.369)	35.413.682	(40)	(81)	(4.241.671)	35.258.018	4.399.999	(35.440.004)	158.328	(181.986)
Impostos sobre o rendimento	(2.508.267)	4.589.684	(220.529)	(17.418)	(1.733.824)	422.830	651.753	(6.343)	(18.376)	296.694	(3.829.243)	5.285.447	303.479	(327.841)	(3.525.764)	4.957.606
Resultado líquido consolidado do período	4.402.402	(14.891.443)	(2.709.285)	(1.970.370)	1.621.427	2.846.456	(6.863.944)	35.826.142	51.173	497.052	(3.498.227)	22.307.837	5.090.049	(34.372.836)	159.1822	(12.064.999)
Atribuível a:																
Accionistas da empresa mãe	4.402.402	(14.891.443)	(2.709.285)	(1.970.370)	1.457.052	2.687.010	(6.863.944)	35.826.142	51.173	497.052	(3.662.602)	22.148.391	5.082.373	(34.375.983)	1.419.771	(12.227.592)
Minoritários	-	-	-	-	164.375	159.446	-	-	-	-	164.375	159.446	7.676	3.147	172.051	162.593
Activos:																
Imobilizado e Goodwill	829.681.260	810.439.065	6.314.653	2.420.460	62.707.453	62.290.049	608.726	240.883	1.589.108	1.636.813	900.901.200	877.027.270	457.028.927	457.411.157	1.357.930.127	1.334.438.427
Existências	19.652.665	24.976.434	630.431	699.626	838.968	1.908.560	-	-	-	-	21.122.064	27.584.620	-	-	21.122.064	27.584.620
Investimentos financeiros	1.282.025	1.282.025	436.509	1.097.695	907.494	907.494	1.074.304.051	1.092.186.050	-	-	1.076.930.079	1.095.473.264	(1.075.722.759)	(1.093.508.873)	1.207.320	1.964.391
Outros Activos não correntes	122.221.656	105.749.668	33.564	-	582.041	2.455.799	488.490.611	411.762.572	(17.387)	300.000	611.310.485	520.268.039	(488.844.188)	(413.281.750)	122.466.297	106.986.289
Outros activos correntes do segmento	398.094.289	294.585.983	9.967.462	9.134.654	46.535.947	39.682.718	114.232.257	715.16.734	80.165	836.684	568.910.120	415.756.773	(114.388.177)	(91.221.446)	454.521.943	324.535.327
	1.370.931.895	1.237.033.175	17.382.619	13.352.435	111.571.903	107.244.620	1.677.635.645	1.575.706.239	1.651.886	2.773.497	3.179.173.948	2.936.109.966	(122.192.617)	(114.060.912)	1.957.247.751	1.795.509.052
Passivos:																
Passivos do segmento	909.358.195	911.958.031	19.534.231	16.123.376	56.258.664	48.592.121	500.180.855	372.840.478	1.450.831	1.737.102	1.486.782.776	1.351.251.108	(460.335.231)	(477.356.594)	1.026.447.545	873.894.514
	909.358.195	911.958.031	19.534.231	16.123.376	56.258.664	48.592.121	500.180.855	372.840.478	1.450.831	1.737.102	1.486.782.776	1.351.251.108	(460.335.231)	(477.356.594)	1.026.447.545	873.894.514
Aumentos de Imobilizado	52.101.283	163.572.738	333.552	700.302	1.443.313	(2.006.922)	107.261	3.491.942	-	713	53.985.409	165.758.773	(799.109)	(4.161.003)	53.186.300	161.597.770

Apesar da fusão ocorrida em 2007, entre os negócios de telecomunicações móveis e fixos, ao nível de algumas rubricas de balanço e da demonstração de resultados, o Conselho de Administração do Grupo continua a separar a análise dos negócios conforme segue:

	Rede Móvel		Rede Fixa e Internet		Eliminações		Telecomunicações	
	Junho 09	Junho 08	Junho 09	Junho 08	Junho 09	Junho 08	Junho 09	Junho 08
Proveitos:								
Vendas e Prestações de serviços	298.827.730	303.085.799	124.291.831	147.586.498	(25.677.792)	(27.165.068)	397.441.769	423.507.229
Outros proveitos operacionais	17.436.258	22.651.728	451.857	404.293	(14.410.076)	(18.010.998)	3.478.039	5.045.023
Total de proveitos	316.263.988	325.737.527	124.743.688	147.990.791	(40.087.868)	(45.176.066)	400.919.808	428.552.252
Amortizações e depreciações	(58.252.933)	(61.202.368)	(19.826.976)	(16.003.252)	(26.319)	-	(78.106.228)	(77.205.620)
Resultado operacional do segmento	30.640.705	930.598	(18.153.384)	(11.992.247)	(116.619)	32.186	12.370.702	(11.029.462)
Activos:								
Imobilizado e Diferenças de consolidação	652.374.055	637.865.121	177.307.205	172.573.944	-	-	829.681.260	810.439.065
Existências	14.479.898	21.176.123	5.172.767	3.800.311	-	-	19.652.665	24.976.434
Investimentos financeiros	1.282.025	1.282.025	-	-	-	-	1.282.025	1.282.025
Aumentos de Imobilizado	31.758.083	146.351.497	20.343.200	17.221.241	-	-	52.101.283	163.572.738

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008, as vendas e prestações de serviços inter-segmentos foram como segue:

	2009				
	Telecomunicações	Multimédia	Sistemas de Informação	Actividades de Holding	Outros
Telecomunicações	-	85.663	11.770.737	3.412.486	110.400
Multimédia	599.912	-	133.113	68.930	-
Sistemas de Informação	469.079	45.136	-	104.032	-
Actividades de Holding	31.801	1.800	31.541	-	-
Outros Sonaecom	704	-	-	740	-
Outros	396.340.273	15.039.950	70.197.986	1.914	-
	397.441.769	15.172.549	82.133.377	3.582.626	110.400

	2008				
	Telecomunicações	Multimédia	Sistemas de Informação	Actividades de Holding	Outros
Telecomunicações	-	-	18.382.918	3.407.319	110.400
Multimédia	1.001.276	-	112.045	82.587	27.107
Sistemas de Informação	340.468	17.046	-	68.912	-
Actividades de Holding	23.819	-	33.532	-	-
Outros Sonaecom	9.535	-	4.155	-	-
Outros	422.132.131	17.212.951	35.940.565	5.818	287.035
	423.507.229	17.229.997	54.473.215	3.564.636	424.542

26. Resultados por acção

Os resultados por acção, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado do semestre atribuível ao Grupo (positivo em 1.419.771 Euros em 2009 e negativo em 12.227.592 Euros em 2008) pelo número médio de acções existente durante os semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008, deduzidas das acções próprias (360.070.542 em 2009 e 364.866.391 em 2008).

27. Planos de Incentivo de Médio Prazo

Em Junho de 2000, o Grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em acções a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e acções da Sonaecom e acções da Sonae SGPS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2009, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Cotação na data de atribuição*	Período de Diferimento		30-Jun-09	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de opções /acções
Acções Sonaecom					
Plano 2006	4,697	09-Mar-07	08-Mar-10	386	971.753
Plano 2007	2,447	10-Mar-08	09-Mar-11	398	1.820.373
Plano 2008	1,117	10-Mar-09	09-Mar-12	414	3.832.285
Acções Sonae SGPS					
Plano 2006	1,68	09-Mar-07	08-Mar-10	5	131.764
Plano 2007	1,16	10-Mar-08	09-Mar-11	6	242.633
Plano 2008	0,616	10-Mar-09	09-Mar-12	6	503.257

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição, para as acções Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de Accionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as acções Sonae SGPS. Contudo, para os Planos 2006, as cotações usadas corresponderam a : Sonaecom - cotação média entre os dias 3 e Março e 5 de Abril de 2007; Sonae SGPS - cotação média entre os dias 13 de Fevereiro e 26 de Março de 2007. A excepção deve-se à data em que terminou a Oferta Pública de Aquisição sobre a PT e foi aprovada pela Comissão de Nomeação e Remuneração.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2009, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Acções Sonaecom		Acções Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de acções	Número agregado de participantes	Número de acções
Saldo a 31.12.2008				
Exercíveis	-	-	-	-
Ainda diferidas	1.146	3.709.121	25	563.816
Total	1.146	3.709.121	25	563.816
Movimentos no ano				
Atribuídas	415	3.896.332	7	541.655
Vencidas (1)	(356)	(836.716)	(12)	(147.924)
Canceladas/Extintas/ Transferidas/Corrigidas (2)	(7)	(144.326)	(3)	(79.893)
Saldo a 30.06.2009				
Exercíveis	-	-	-	-
Ainda diferidas	1.198	6.624.411	20	877.654
Total	1.198	6.624.411	20	877.654

(1) Para as acções Sonaecom, 786.243 acções corresponde às acções entregues aos colaboradores, tendo 50.743 acções sido pagas em dinheiro em substituição de entrega de acções Sonaecom.

(2) As correcções são efectuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2009, o Conselho de Administração da Sonaecom alterou a forma de liquidação dos seus planos de acções Sonaecom, que eram liquidados em numerário, passando a ser liquidados em acções.

Para os planos de ações Sonaecom, S.G.P.S., S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data de 2 Janeiro de 2009, data a partir da qual vigora a alteração da forma de liquidação dos planos, com excepção do plano atribuído em 2009, cuja responsabilidade é calculada com base na respectiva data de atribuição. A responsabilidade de tais planos é de 1.912.571 Euros e foi registada na rubrica 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Para os planos de ações Sonaecom SGPS, o Grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado e registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no semestre findo em 30 de Junho de 2009, são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	21.246.968
Custos reconhecidos no período	1.066.564
Custo do plano da subsidiária Exit (saída do consolidado)	(8.882)
Custo de planos exercidos em anos anteriores	(18.927.624)
Custos dos planos exercidos no período	(1.108.106)
Total de custos dos Planos	2.268.920
Registados em Outros passivos correntes	195.230
Registados em Outros passivos não correntes	161.119
Registado em Reservas	1.912.571

28. Outros Assuntos

(i) Em 30 de Junho de 2009, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37.139.253 Euros e 29.913.608 Euros, respectivamente, assim como saldos de 'Outros activos correntes' no valor de 411.649 Euros, e de 'Outros passivos correntes' no valor de 6.856.200 Euros, que resultam de um diferendo mantido, essencialmente, com a TMN-Telecomunicações Móveis, S.A. relativo a preços de interligação do ano de 2001, tendo os respectivos custos e proveitos sido registados nesse ano. A Empresa considerou nas demonstrações financeiras as tarifas mais penalizadoras. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável à Optimus. O Tribunal da Relação, em sede de recurso, julgou novamente improcedente os intentos da TMN. Contudo, a TMN voltou a recorrer desta decisão, agora para o Supremo Tribunal de Justiça.

(ii) Em processo arbitral, que opôs a Maxistar aos restantes accionistas da Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A. (na altura, Optimus) - por violação de uma cláusula do Acordo Parassocial, a Maxistar foi condenada a pagar aos outros accionistas da Optimus a importância total de 2.344.350 Euros, a que acrescem juros de mora até à data do pagamento ou, em alternativa, a submeter-se ao exercício de uma opção de compra da sua participação na Optimus por 70% do respectivo valor real. A Maxistar propôs uma acção de anulação da decisão do tribunal a qual foi julgada improcedente na primeira instância. Dessa decisão, a Maxistar apresentou recurso para o Tribunal da Relação de Lisboa.

De forma a executar a dívida da Maxistar, e depois de terem manifestado a sua preferência pelo pagamento da importância devida, alguns accionistas propuseram uma acção executiva. Ainda antes de ter terminado a acção de anulação da decisão do tribunal arbitral, por forma a obviar ao prosseguimento da acção executiva, a Maxistar pagou a esses accionistas a quantia de 4.068.048 Euros (capital mais juros), tendo cabido à Sonaecom o valor de 2.183.899 Euros.

O tribunal da relação de Lisboa julgou integralmente improcedente o recurso de apelação apresentado pela Maxistar, confirmando a sentença recorrida.

A Maxistar apresentou recurso para o supremo Tribunal de Justiça, o qual julgou improcedente o recurso de revista interposto pela Maxistar, confirmando de novo a sentença recorrida. Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2009 esta decisão transitou em julgado.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 30 de Julho de 2009.

ANEXO

A 30 de Junho de 2009, as partes relacionadas do Grupo Sonaecom são como segue:

Pessoal chave gerência	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Jean François Pontal
Álvaro Cuervo Garcia	Luís Filipe Campos Dias Castro Reis
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Luís Filipe Palmeira Lampreia
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
António de Sampaio e Mello	Michel Marie Bon
Belmiro de Azevedo	Miguel Nuno Santos Almeida
David Hobley	Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Nuno Miguel Teixeira Azevedo
Franck Emmanuel Dangeard	Pedro Miguel Freitas Ramalho Carlos
Gervais Pellissier	

Empresas do Grupo Sonae/Efanor	
3DO Holding GmbH	Best Offer-Prest. Inf. p/Internet,S.A.
3DO Shopping Centre GmbH	Bikini, Portal de Mulheres,S.A.
3shoppings - Holding,SGPS, S.A.	Bloco Q-Sociedade Imobiliária,S.A.
Aegean Park,S.A.	Bloco W-Sociedade Imobiliária,S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	Boavista Shopping Centre BV
Agepan Flooring Products, S.A.RL	BOM MOMENTO - Comércio Retalhista, SA
Agepan Tarket Laminat Park GmbH Co. KG	Boulangier España, SL
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	Box Lines Navegação,S.A.
Aglom-Soc.Ind.Madeiras e Aglom.,S.A.	Campo Limpo, Lda
Águas Furtadas - Imobiliária, S.A.	Canasta-Empreendimentos Imobiliários,S.A.
Airone - Shopping Center, Srl	Carnes do Continente-Ind.Distr.Carnes,S.A.
ALEXA Administration GmbH	CarPlus – Comércio de Automóveis, S.A.
ALEXA Holding GmbH	Casa Agrícola de Ambrães, S.A.
ALEXA Shopping Centre GmbH	Casa Agrícola João e A. Pombo, S.A.
Alexa Site GmbH & Co. KG	Casa da Ribeira - Hotelaria e Turismo,S.A.
Algarveshopping- Centro Comercial, S.A.	Cascaishopping- Centro Comercial, S.A.
Andar - Sociedade Imobiliária, S.A.	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	Centro Colombo- Centro Comercial, S.A.
Aquapraia - Investimentos Turísticos,S.A.	Centro Residencial da Maia,Urban.,S.A.
Arat inmebles, S.A.	Centro Vasco da Gama-Centro Comercial,S.A.
Arrábidasshopping- Centro Comercial, S.A.	Change, SGPS, S.A.
Aserraderos de Cuellar,S.A.	Chão Verde-Soc.Gestora Imobiliária,S.A.
Atlantic Ferries-Tráf.Loc,Flu.e Marít,S.A.	Choice Car - Comércio de Automóveis, S.A.
Avenida M-40 B.V.	Choice Car SGPS, S.A.
Avenida M-40,S.A.	Cia.de Industrias e Negócios,S.A.
Azulino Imobiliária, S.A.	Cinclus Imobiliária,S.A.
BB Food Service, SA	Citorres-Sociedade Imobiliária,S.A.
Beeskow Holzwerkstoffe	Clérigosshopping- Gestão do C.Comerc.,S.A.
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	Coimbrashopping- Centro Comercial, S.A.

Colombo Towers Holding, BV	Gaiashopping I- Centro Comercial, S.A.
Contacto Concessões, SGPS, S.A.	Gaiashopping II- Centro Comercial, S.A.
Contibomba-Comérc.Distr.Combustiveis,S.A.	Geotur- Viagens e Turismo, S.A.
Contimobe-Imobil.Castelo Paiva,S.A.	GHP Gmbh
Continente Hipermercados, S.A.	Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl
Contry Club da Maia-Imobiliaria,S.A.	Global S-Hipermercado,Lda
Craiova Mall BV	Glunz AG
Cronosaúde - Gestão Hospitalar, S.A.	Glunz Service GmbH
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.	Glunz UK Holdings Ltd
Darbo S.A.S	Glunz Uka Gmbh
Developpement & Partenariat Assurances, S.A.	Golf Time-Golfe e Invest. Turísticos, S.A.
Difusão-Sociedade Imobiliária,S.A.	GOOD AND CHEAP - Comércio Retalhista, SA
Distrifin-Comercio y Prest.Servicios,S.A.	Guerin – Rent a Car (Dois), Lda.
DMJB, SGPS, S.A.	Guimarãesshopping- Centro Comercial, S.A.
Dortmund Tower GmbH	HIPOTÉTICA - Comércio Retalhista, SA
Dos Mares - Shopping Centre B.V.	Hornitex Polska Sp z.o.o
Dos Mares-Shopping Centre, S.A.	Iberian Assets, S.A.
Ecociclo - Energia e Ambiente, S.A.	IGI-Investimento Imobiliário,S.A.
Ecociclo II - Energias, S.A.	Igimo-Sociedade Imobiliária,S.A.
Edições Book.it, S.A.	Iginha-Sociedade Imobiliária,S.A.
Edifícios Saudáveis Consultores, S.A.	Imoareaia - Invest. Turísticos, SGPS, S.A.
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Imobiliária da Cacela, S.A.
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imoclub-Serviços Imobiliários,S.A.
Efanor-Design e Serviços,S.A.	Imoconti- Soc.Imobiliária,S.A.
Efanor-Indústria de Fios,S.A.	Imodivor - Sociedade Imobiliária, S.A.
El Rosal Shopping, S.A.	Imoestrutura-Soc.Imobiliária,S.A.
Empreend.Imob.Quinta da Azenha,S.A.	Imoferro-Soc.Imobiliária,S.A.
Equador & Mendes,Lda	Imohotel-Emp.Turist.Imobiliários,S.A.
Espimaia -Sociedade Imobiliária,S.A.	Imomuro-Sociedade Imobiliária,S.A.
Estação Oriente-Gest.de Galerias Com.,S.A.	Imopenínsula - Sociedade Imobiliária, S.A.
Estação Viana- Centro Comercial, S.A.	Imoplamac Gestão de Imóveis,S.A.
Estêvão Neves-Hipermercados Madeira,S.A.	Imoponte-Soc.Imobiliaria,S.A.
Etablissement A. Mathe, S.A.	Imoresort - Sociedade Imobiliária, S.A.
Euromegantic,Lteé	Imoresultado-Soc.Imobiliaria,S.A.
Euroresinas-Indústrias Químicas,S.A.	Imosedas-Imobiliária e Seviços,S.A.
Farmácia Seleção, SA	Imosistema-Sociedade Imobiliária,S.A.
Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Imosonae II
Fozimo-Sociedade Imobiliária,S.A.	Impaper Europe GmbH & Co. KG
Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	Implantação - Imobiliária, S.A.
Freccia Rossa- Shopping Centre S.r.l.	Infocfield-Infomática,S.A.
Friengineering International Ltda	Inparsa - Gestão Galeria Comercial, S.A.
Fundo de Invest. Imobiliário Imosede	Inparvi SGPS, S.A.
Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro	Insulatroia - Sociedade Imobiliária, S.A.

Integrum-Edifícios Sustentáveis,SA	Modelo Cont. Seguros-Soc. De Mediação, Lda
Integrum-Serviços Partilhados,S.A.	Modelo Continente - Oper.Retalho SGPS,S.A.
Interclean, S.A.	Modelo Continente Hipermercados,S.A.
Interlog-SGPS,S.A.	Modelo Continente, SGPS,S.A.
Inventory-Acessórios de Casa,S.A.	Modelo Hiper Imobiliária,S.A.
Investalentejo, SGPS, S.A.	Modelo Hipermercados Trading, S.A.
Invsaude - Gestão Hospitalar, S.A.	Modelo.com-Vendas p/Correspond.,S.A.
Ipaper-Industria Papeis Impregnados,S.A.	Monselice Centre Srl
ISF - Imobiliário, Serviços e Participaç	Movelpartes-Comp.para Ind.Mobiliária,S.A.
Isoroy SAS	Movimento Viagens-Viag. e Turismo U.Lda
JUST SPORT - Comércio Art. Desporto, SA	Mundo Vip - Operadores Turísticos, S.A.
KLC Holdings XII SA	NAB, Sociedade Imobiliária,S.A.
La Farga - Shopping Center, SL	NA-Comércio de Artigos de Desporto, S.A.
Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.	NA-Equipamentos para o Lar, S.A.
Lazam Corretora, Ltda.	Norscut - Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.
Le Terrazze - Shopping Centre S.r.l.	Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV
Lembo Services Ltd (Euro)	Norteshopping-Centro Comercial, S.A.
Libra Serviços, Lda.	Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T,Ld
Lidergraf - Artes Gráficas, Lda.	Nova Equador P.C.O. e Eventos
Lima Retail Park, S.A.	Novobord (PTY) Ltd.
Loureshopping- Centro Comercial, S.A.	Oeste Retail Park - Gestão G.Comerc., S.A.
Luso Assistência - Gestão de Acidentes, S.A.	Operscut - Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.
Luz del Tajo - Centro Comercial S.A.	OSB Deustchland Gmbh
Luz del Tajo B.V.	Paracentro - Gest.de Galerias Com., S.A.
Madeirashopping- Centro Comercial, S.A.	Pareuro, BV
Maiashopping- Centro Comercial, S.A.	Pargeste SGPS, S.A.
Maiequipa-Gestão Florestal,S.A.	Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A.
Marcas do Mundo-Viag. e Turismo Unip,Lda	Parque Atlântico Shopping - C.C., S.A.
Marcas MC, ZRT	Parque D. Pedro 1 B.V.
Marimo -Exploração Hoteleira Imobiliária	Parque D. Pedro 2 B.V.
Marina de Tróia S.A.	Parque de Famalicão - Empr. Imob., S.A.
Marinamagic-Expl.Cent.Lúdicos Marít,Lda	Parque Principado SL
Marmagno-Expl.Hoteleira Imob.,S.A.	Partnergiro - Empreend. Turísticos, Lda
Martimope - Sociedade Imobiliária, S.A.	Pátio Boavista Shopping Ltda.
Marvero-Expl.Hoteleira Imob.,S.A.	Pátio Campinas Shopping Ltda
MC Property Management S.A.	Pátio Goiânia Shopping Ltda
MDS Corretor de Seguros, S.A.	Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda
Mediterranean Cosmos Shop. Centre Investments, S.A.	Pátio Londrina Empreend.e Particip.Ltda
Megantic BV	Pátio Penha Shopping Ltda.
MJLF-Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Pátio São Bernardo Shopping Ltda
Modalfa-Comércio e Serviços,S.A.	Pátio Sertório Shopping Ltda
MODALLOOP - Vestuário e Calçado, SA	Peixes do Continente-Ind.Dist.Peixes,S.A.
Modelo - Dist.de Mat. de Construção,S.A.	

PHARMACONTINENTE - Saúde e Higiene, S.A.	Project Sierra 10 BV
PJP - Equipamento de Refrigeração, Lda	Project Sierra 2 B.V.
Plaza Eboli B.V.	Project Sierra 3 BV
Plaza Eboli - Centro Comercial S.A.	Project Sierra 4 BV
Plaza Mayor Holding, SGPS, S.A.	Project Sierra 5 BV
Plaza Mayor Parque de Ócio B.V.	Project Sierra 6 BV
Plaza Mayor Parque de Ocio,S.A.	Project Sierra 7 BV
Plaza Mayor Shopping B.V.	Project Sierra 8 BV
Plaza Mayor Shopping, S.A.	Project Sierra 9 BV
Ploi Mall BV	Project Sierra Brazil 1 B.V.
Ploiesti Shopping Center (Euro)	Project Sierra Charagionis 1 S.A.
Poliface Brasil, Ltda	Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV
Poliface North America	Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV
Porturbe-Edifícios e Urbanizações,S.A.	Project Sierra Italy 5 Srl
Praedium II-Imobiliária,S.A.	Project Sierra One Srl
Praedium III-Serviços Imobiliários,S.A.	Project Sierra Spain 1 B.V.
Praedium SGPS, S.A.	Project Sierra Spain 2 B.V.
Predicomercial-Promoção Imobiliária,S.A.	Project Sierra Spain 2-Centro Comer. S.A.
Prédios Privados Imobiliária,S.A.	Project Sierra Spain 3 B.V.
Predisedas-Predial das Sedas,S.A.	Project Sierra Spain 3-Centro Comer. S.A.
Pridelease Investments, Ltd	Project Sierra Spain 5 BV
Proj. Sierra Germany 1 - Shop.C. GmbH	Project Sierra Spain 6 B.V.
Proj. Sierra Germany 4 (four)-Sh.C.GmbH	Project Sierra Spain 6-Centro Comer. SA
Proj. Sierra Italy 2 - Dev.of Sh.C. Srl	Project Sierra Spain 7 B.V.
Proj.Sierra 1 - Shopping Centre GmbH	Project Sierra Spain 7-Centro Comer. SA
Proj.Sierra Germany 2 (two)-Sh.C.GmbH	Project Sierra Three Srl
Proj.Sierra Germany 3 (three)-Sh.C.GmbH	Project Sierra Two Srl
Proj.Sierra Hold. Portugal V, SGPS,S.A.	Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.
Proj.Sierra Italy 1 -Shop.Centre Srl	Prosa-Produtos e serviços agrícolas,S.A.
Proj.Sierra Italy 2 -Dev. Of Sh.C.Srl	Publimeios-Soc.Gestora Part. Finan.,S.A.
Proj.Sierra Italy 3 - Shop. Centre Srl	Puravida - Viagens e Turismo, SA
Proj.Sierra Portugal I- C.Comerc., S.A.	Racionaliz. y Manufact.Florestales,S.A.
Proj.Sierra Portugal II-C.Comerc.,S.A.	RASO, SGPS, SA
Proj.Sierra Portugal III-C.Comerc.,S.A.	Resoflex-Mob.e Equipamentos Gestão,S.A.
Proj.Sierra Portugal IV-C.Comerc.,S.A.	Resolução, SGPS, S.A.
Proj.Sierra Portugal V-C.Comercial,S.A.	Rio Sul - Centro Comercial, S.A.
Proj.Sierra Portugal VI-C.Comercial,S.A.	River Plaza Mall, Srl
Proj.Sierra Portugal VII - C. Comerc.,S.A.	Rochester Real Estate,Limited
Proj.Sierra Portugal VIII - C.Comerc.,S.A.	S. C. Setler Mina Srl
Project 4, Srl	S.C. Microcom Doi Srl
Project SC 1 BV	Saúde Atlântica - Gestão Hospitalar, S.A.
Project SC 2 BV	SC Aegean B.V.
Project Sierra 1 B.V.	SC Insurance Risks Services, SGPS, S.A.

<p>SC Mediterraneum Cosmos B.V. SC-Consultadoria,S.A. SC-Eng. e promoção imobiliária,SGPS,S.A. SCS Beheer,BV Selfrio,SGPS,S.A. Selfrio-Engenharia do Frio,S.A. Selifa-Empreendimentos Imobiliários,S.A. Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária,S.A. Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades , Lda Serra Shopping - Centro Comercial, S.A. Sesagest-Proj.Gestão Imobiliária,S.A. Sete e Meio - Invest. Consultadoria, S.A. Sete e Meio Herdades-Inv. Agr. e Tur.,S.A. Shopping Centre Colombo Holding, BV Shopping Centre Parque Principado B.V. Shopping Penha B.V. Siaf-Soc.Iniciat.Aprov.Florestais,S.A. SIAL Participações Ltda Sic Indoor - Gestão de Suportes Publicitários, S.A. Sierra Asset Management Luxemburg, Sarl Sierra Asset Management-Gest. Activos,S.A. Sierra Brazil 1 B.V. Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A. Sierra Charagionis Propert.Management S.A. Sierra Corporate Services- Ap.Gestão, S.A. Sierra Corporate Services Holland, BV Sierra Develop.Iberia 1, Prom.Imob.,S.A. Sierra Development Greece, S.A. Sierra Developments Germany GmbH Sierra Developments Germany Holding B.V. Sierra Developments Holding B.V. Sierra Developments Italy S.r.l. Sierra Developments Services Srl Sierra Developments Spain-Prom.C.Com.SL Sierra Developments, SGPS, S.A. Sierra Developments-Serv. Prom.Imob., S.A. Sierra Enplanta Ltda Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V. Sierra GP Limited Sierra Investimentos Brasil Ltda Sierra Investments (Holland) 1 B.V. Sierra Investments (Holland) 2 B.V. Sierra Investments Holding B.V. Sierra Investments SGPS, S.A.</p>	<p>Sierra Italy Holding B.V. Sierra Man.New Tech.Bus.-Serv.Comu.CC,S.A. Sierra Management Germany GmbH Sierra Management Hellas SA Sierra Management II-Gestão de C.C. S.A. Sierra Management Italy S.r.l. Sierra Management Portugal-Gest. CC,S.A. Sierra Management Spain-Gestión C.Com.S.A. Sierra Management, SGPS, S.A. Sierra Portugal Fund, Sarl Sierra Property Management, Srl SII - Soberana Invest. Imobiliários, S.A. Sistavac-Sist.Aquecimento,V.Ar C.,S.A. SKK-Central de Distr.,S.A. SKKFOR - Ser. For. e Desen. de Recursos SMP-Serv. de Manutenção Planeamento Soc.Inic.Aproveit.Florest.-Energias,S.A. Sociedade de Construções do Chile, S.A. Sociedade Imobiliária Troia - B3, S.A. Société de Tranchage Isoroy S.A.S. Société des Essences Fines Isoroy Société Industrielle et Financière Isoroy Socijofra-Sociedade Imobiliária,S.A. Sociloures-Soc.Imobiliária,S.A. Soconstrução BV Sodesa, S.A. Soflorin,BV Soira-Soc.Imobiliária de Ramalde,S.A. Sol Retail Park - Gestão G.Comerc., S.A. Solaris Supermercados, S.A. Solinca III-Desporto e S.A.úde,S.A. Solinca-Investimentos Turísticos,S.A. Solinfitness - Club Malaga, S.L. Soltroia-Imob.de Urb.Turismo de Tróia,S.A. Somit Imobiliária,S.A. Sonae Capital Brasil, Lda Sonae Capital,SGPS,S.A. Sonae Center Serviços, SA Sonae Financial Participations BV Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira,S.A. Sonae Indústria Brasil, Ltda Sonae Industria de Revestimentos,S.A. Sonae Indústria-SGPS,S.A. Sonae International, Ltd Sonae Investments,BV</p>
--	--

Sonae Novobord (PTY) Ltd	Tafisa-Tableros de Fibras, S.A.
Sonae RE, S.A.	Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos,SL
Sonae Retalho Espana-Servicios Gen.,S.A.	Tarkett Agepan Laminate Flooring SCS
Sonae Serviços de Gestão, S.A.	Tavapan,S.A.
Sonae SGPS, S.A.	Tecmasa Reciclados de Andalucia, SL
Sonae Sierra Brasil Ltda	Teconologias del Medio Ambiente,S.A.
Sonae Sierra Brazil B.V.	Textil do Marco,S.A.
Sonae Sierra, SGPS, S.A.	Tlantic Portugal-Sist. de Informação, SA
Sonae Tafibra (UK),Ltd	Tlantic Sistemas de Informação Ltdª
Sonae Tafibra Benelux, BV	Todos os Dias-Com.Ret.Expl.C.Comer.,S.A.
Sonae Turismo Gestão e Serviços,S.A.	Tool GmbH
Sonae Turismo-SGPS,S.A.	Torre Colombo Ocidente-Imobiliária,S.A.
Sonae UK,Ltd.	Torre Colombo Oriente-Imobiliária,S.A.
Sonaecenter Serviços, SA	Torre São Gabriel-Imobiliária,S.A.
Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos	TP - Sociedade Térmica, S.A.
Sondis Imobiliária,S.A.	Troia Market, SA
Sontaria-Empreend.Imobiliários,S.A.	Troia Market-Supermercados, S.A.
Sontel Bv	Tróia Natura, S.A.
Sontur BV	Troiareort-Investimentos Turísticos, S.A.
Sonvecap BV	Troiaverde-Expl.Hoteleira Imob.,S.A.
Sopair, S.A.	Tulipamar-Expl.Hoteleira Imob.,S.A.
Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turist	Unishopping Administradora Ltda.
Spanboard Products,Ltd	Unishopping Consultoria Imob. Ltda.
Spinarq,S.A.	Urbisedas-Imobiliária das Sedas,S.A.
Spinveste - Promoção Imobiliária, S.A.	Valecenter Srl
Spinveste-Gestão Imobiliária SGII,S.A.	Valor N, S.A.
Sport Zone-Comércio Art.Desporto,S.A.	Vastgoed One - Sociedade Imobiliária, S.A.
SRP Development, SA	Vastgoed Sun - Sociedade Imobiliária, S.A.
SRP-Parque Comercial de Setúbal, S.A.	Venda Aluga-Sociedade Imobiliária,S.A.
Star-Viagens e Turismo,S.A.	Via Catarina- Centro Comercial, S.A.
Tableros Tradema,S.L.	Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.
Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas,SL	Vuelta Omega, S.L.
Tafibras Participações, S.A.	WELL W - Electrodomésticos e Equip., SA
Tafisa Brasil, S.A.	World Trade Center Porto, S.A.
Tafisa Canadá Societé en Commandite	Worten España, S.A.
Tafisa France, S.A.	Worten-Equipamento para o Lar,S.A.
Tafisa UK,Ltd	Zubiarte Inversiones Inmob,S.A.

Empresas do Grupo FT	
France Telecom, S.A.	Atlas Services Belgium, SA.

12.3. Demonstrações Financeiras Individuais da Sonaecom SGPS

SONAECOM, S.G.P.S., S.A.

BALANÇOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008, E

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	Junho de 2009	Junho de 2008	Dezembro de 2008
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Imobilizações corpóreas	1.a), 1.e) e 2	567.812	181.319	582.567
Imobilizações incorpóreas	1.b) e 3	40.914	59.563	49.674
Investimentos em empresas do grupo	1.c) e 5	899.555.905	898.096.556	898.096.556
Outros activos não correntes	1.c), 1.l), 1.m), 4 e 6	638.212.223	561.911.005	521.631.372
Impostos diferidos activos	1.k) e 7	670.529	-	-
Total de activos não correntes		<u>1.539.047.383</u>	<u>1.460.248.443</u>	<u>1.420.360.169</u>
ACTIVOS CORRENTES:				
Outras dívidas de terceiros	1.d), 1.f), 4 e 8	86.873.209	7.628.863	90.091.502
Outros activos correntes	1.l) e 1.m)	5.621.868	5.369.839	3.178.023
Caixa e equivalentes de caixa	1.g), 4 e 9	12.824.302	58.659.323	50.098.913
Total de activos correntes		<u>105.319.379</u>	<u>71.658.025</u>	<u>143.368.438</u>
Total do activo		<u>1.644.366.762</u>	<u>1.531.906.468</u>	<u>1.563.728.607</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital social	10	366.246.868	366.246.868	366.246.868
Ações próprias	1.o) e 11	(11.703.596)	(6.036.026)	(13.499.750)
Reservas	1.n)	795.637.403	777.052.395	775.693.142
Resultado líquido do período		(6.007.066)	21.366.009	19.657.889
Total do capital próprio		<u>1.144.173.609</u>	<u>1.158.629.246</u>	<u>1.148.098.149</u>
PASSIVO:				
PASSIVO NÃO CORRENTE:				
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1.h), 4 e 12.a)	411.128.478	355.534.915	381.509.261
Provisões para outros riscos e encargos	1.j) e 13	514.634	26.206	57.265
Outros passivos não correntes	1.l), 1.m) e 1.r)	168.726	266.125	328.483
Total de passivos não correntes		<u>411.811.838</u>	<u>355.827.246</u>	<u>381.893.009</u>
PASSIVO CORRENTE:				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.h), 4, e 12.b)	86.045.928	14.465.000	30.784.090
Outras dívidas a terceiros	4	944.301	922.181	1.043.250
Outros passivos correntes	1.l), 1.m) e 1.r)	1.391.086	2.062.795	1.910.109
Total de passivos correntes		<u>88.381.315</u>	<u>17.449.976</u>	<u>33.737.449</u>
Total do passivo e capital próprio		<u>1.644.366.762</u>	<u>1.531.906.468</u>	<u>1.563.728.607</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2009 e 2008.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hogley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigoso Santos Jordão

SONAECOM, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZA

PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008 E

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Junho de 2009	Abril a Junho de 2009 (Não auditado)	Junho de 2008	Abril a Junho de 2008 (Não auditado)	Dezembro de 2008
Prestações de serviços	3.599.909	1.771.529	3.570.351	1.918.744	7.031.999
Outros proventos operacionais	(5.518)	-	20.138	1.300	38.852
	<u>3.594.391</u>	<u>1.771.529</u>	<u>3.590.489</u>	<u>1.920.044</u>	<u>7.070.851</u>
Fornecimentos e serviços externos	14 (1.598.719)	(886.011)	(1.562.232)	(875.751)	(3.588.815)
Custos com o pessoal	(2.325.942)	(1.129.266)	(2.363.018)	(995.623)	(4.392.499)
Amortizações e depreciações	1.a), 1.b), 1.q), 2 e 3 (65.576)	(32.448)	(46.878)	(23.313)	(115.562)
Provisões e perdas de imparidade	1.j), 1.q) e 13 (450.014)	(14)	(2.653)	(153)	(3.701)
Outros custos operacionais	(44.840)	(36.486)	(30.787)	(16.646)	(104.222)
	<u>(4.485.091)</u>	<u>(2.084.225)</u>	<u>(4.005.568)</u>	<u>(1.911.486)</u>	<u>(8.204.799)</u>
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo	15 (4.020.000)	(7.500.000)	16.841.093	16.841.093	11.141.093
Outros custos financeiros	1.c), 1.h), 1.q) e 15 (7.319.246)	(3.122.546)	(9.318.913)	(4.806.798)	(20.616.916)
Outros proventos financeiros	15 5.573.771	2.263.253	14.265.251	(13.804.359)	30.387.026
Resultados correntes	(6.656.175)	(8.671.989)	21.372.352	(1.761.506)	19.777.255
Imposto sobre o rendimento	1.k) e 7 649.109	284.778	(6.343)	22.755	(119.366)
Resultado líquido do período	(6.007.066)	(8.387.211)	21.366.009	(1.738.751)	19.657.889
Resultados por acção	18				
Incluindo operações em descontinuação					
Básicos	(0,02)	(0,02)	0,06	(0,00)	0,05
Diluídos	(0,02)	(0,02)	0,06	(0,00)	0,05
Excluindo operações em descontinuação					
Básicos	(0,02)	(0,02)	0,06	(0,00)	0,05
Diluídos	(0,02)	(0,02)	0,06	(0,00)	0,05

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2009 e 2008.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ángelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trígoso Santos Jordão

SONAECOM, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRALPARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>Junho de 2009</u>	<u>Junho de 2008</u>
Resultado líquido do período		(6.007.066)	21.366.009
Componentes de outro rendimento integral do período, líquido de imposto:			
Aumento/(diminuição) do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	1.i) e 12	307.068	755.674
Entrega de ações próprias no âmbito dos Planos de Incentivos de Médio Prazo	1.r) e 19	3.564.695	2.073.732
Reconhecimento nos capitais próprios das responsabilidades associadas aos Planos de Incentivos de Médio Prazo	1.r) e 19	315.053	(304.296)
Efeito da liquidação de contratos com liquidação em ações		(116.398)	-
		<hr/>	<hr/>
Componentes de outro rendimento integral consolidado do período, líquido de imposto		4.070.418	2.525.110
		<hr/>	<hr/>
Rendimento integral do período		(1.936.648)	23.891.119
		<hr/>	<hr/>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2009 e 2008.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigos Santos Jordão

SONAECOM, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

	2009										
	Reservas									Resultado líquido	Total
	Capital social	Acções próprias (Nota 11)	Prémios de emissão de acções	Reserva legal	Reservas para Planos de Incentivo a Médio Prazo	Reservas de acções próprias	Reservas de cobertura	Outras reservas	Total de reservas		
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	366.246.868	(13.499.750)	775.290.377	1.002.287	-	13.499.750	(307.068)	(13.792.203)	775.693.142	19.657.889	1.148.098.149
Aplicação do resultado líquido de 2008	-	-	-	982.894	-	-	-	18.674.995	19.657.889	(19.657.889)	-
Rendimento integral do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009	-	3.784.046	-	-	228.527	(3.784.046)	307.068	3.534.823	286.372	(6.007.066)	(1.936.648)
Aquisição de acções próprias	-	(1.987.892)	-	-	-	1.987.892	-	(1.987.892)	-	-	(1.987.892)
Saldo em 30 de Junho de 2009	<u>366.246.868</u>	<u>(11.703.596)</u>	<u>775.290.377</u>	<u>1.985.181</u>	<u>228.527</u>	<u>11.703.596</u>	<u>-</u>	<u>6.429.723</u>	<u>795.637.403</u>	<u>(6.007.066)</u>	<u>1.144.173.609</u>
	2008										
	Reservas									Resultado líquido	Total
	Capital social	Acções próprias (Nota 11)	Prémios de emissão de acções	Reserva legal	Reservas para Planos de Incentivo a Médio Prazo	Reservas de acções próprias	Reservas de cobertura	Outras reservas	Total de reservas		
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	366.246.868	(8.938.165)	775.290.377	1.002.287	304.296	8.938.165	412.910	8.189.905	794.137.940	(15.334.817)	1.136.111.826
Aplicação do resultado líquido de 2007	-	-	-	-	-	-	-	(15.334.817)	(15.334.817)	15.334.817	-
Rendimento integral do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008	-	4.275.838	-	-	(304.296)	(4.275.838)	755.674	2.073.732	(1.750.728)	21.366.009	23.891.119
Aquisição de acções próprias	-	(1.373.699)	-	-	-	1.373.699	-	(1.373.699)	-	-	(1.373.699)
Saldo em 30 de Junho de 2008	<u>366.246.868</u>	<u>(6.036.026)</u>	<u>775.290.377</u>	<u>1.002.287</u>	<u>-</u>	<u>6.036.026</u>	<u>1.168.584</u>	<u>(6.444.879)</u>	<u>777.052.395</u>	<u>21.366.009</u>	<u>1.158.629.246</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2009 e 2008.

SONAECOM, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euro)

	30 de Junho de 2009		30 de Junho de 2008	
Actividades operacionais				
Pagamentos ao pessoal	(2.572.985)		(3.295.786)	
Fluxo gerado pelas operações	(2.572.985)		(3.295.786)	
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(766.641)		(383.651)	
Outros recebimentos/pagamentos relativos a actividades operacionais	1.462.249		4.970.923	
Fluxos das actividades operacionais (1)	(1.877.376)	(1.877.376)	1.291.487	1.291.487
Actividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	700.000		16.672.929	
Juros e proveitos similares	10.975.868		12.435.241	
Dividendos recebidos	3.480.000	15.155.868	21.414.813	50.522.983
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(65.200)		(44.325.000)	
Imobilizações corpóreas	(106.223)		(10.438)	
Imobilizações incorpóreas	(339)		(140)	
Empréstimos concedidos	(126.255.000)	(126.426.762)	(62.877.000)	(107.212.578)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(111.270.894)		(56.689.594)
Actividades de financiamento				
Recebimentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	293.367.510	293.367.510	-	-
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e custos similares	(9.834.949)		(9.452.570)	
Aquisição de acções próprias	(1.987.893)		(1.373.699)	
Empréstimos obtidos	(205.671.010)	(217.493.851)	(20.792.001)	(31.618.270)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		75.873.659		(31.618.270)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(37.274.612)		(87.016.378)
Caixa e seus equivalentes no princípio do exercício		50.098.913		145.675.701
Caixa e seus equivalentes no final do exercício		12.824.302		58.659.323

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2009 e 2008.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hoblely

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

SONAECOM, S.G.P.S., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euro)

	<u>30 de Junho de 2009</u>	<u>30 de Junho de 2008</u>
1 - Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais:		
a) Quantia de outros activos e passivos adquiridos		
Concessão de prestações acessórias à Sonaetelecom BV	-	40.000.000
Concessão de prestações acessórias à Be Arlis - Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A.	-	4.325.000
Aumento de capital da Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A.	65.200	
	<u>65.200</u>	<u>44.325.000</u>
b) Recebimento (correção ao preço) de aquisições efectuadas em anos anteriores		
Telemilénio Telecomunicações - Sociedade Unipessoal, Lda.	-	1.496.920
c) Quantia de outros activos e passivos alienados		
Devolução de prestações acessórias pela Sonaetelecom S.G.P.S., S.A.	-	15.176.009
Devolução de prestações acessórias pela Sonaecom - Sistemas Informação, S.G.P.S., S.A.	700.000	
	<u>700.000</u>	<u>16.672.929</u>
2 - Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes:		
Numerário	10.548	9.227
Depósitos à ordem	47.754	94.096
Aplicações de Tesouraria	12.766.000	58.556.000
Depósitos à ordem (saldos credores)	-	-
Caixa e seus equivalentes	<u>12.824.302</u>	<u>58.659.323</u>
Depósitos à ordem (saldos credores)	-	-
Disponibilidades constantes do balanço	12.824.302	58.659.323
3 - Informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias		
a) Créditos bancários concedidos e não sacados	63.565.000	127.500.000
b) Compra de empresas através da emissão de acções	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2009 e 2008.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ángelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais da Sonaecom SGPS

Anexo às demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2009 e 2008

(Montantes expressos em Euros)

A SONAECOM, S.G.P.S., S.A. (“Empresa” ou “Sonaecom”) foi constituída em 6 de Junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal.

Por escritura pública de 30 de Setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de Novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, S.G.P.S., S.A.. Desde então, o objecto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para Euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de acções de valor nominal unitário de 1 Euro.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa foi objecto de uma Oferta Combinada de Acções, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 acções, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do Grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.

- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 acções, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda, e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo as novas acções sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (accionista da Sonaecom, doravante designada “Sonae”). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas acções ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 Euro. O preço de subscrição das novas acções foi igual ao preço fixado para a alienação das acções na referida Oferta Combinada (10 Euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou 4.721.739 acções representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 acções a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de Junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 Euros para 226.250.000 Euros por subscrição pública reservada aos accionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas acções, de valor nominal unitário de 1 Euro, ao preço de 2,25 Euros por acção.

Em 30 de Abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECOM, S.G.P.S., S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de Setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 Euros de 226.250.000 Euros para 296.526.868 Euros, através da emissão de 70.276.868 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 Euros, inteiramente subscrito pelo accionista France Telecom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de Novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de Setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 Euros, de 296.526.868 Euros para 366.246.868 Euros, através da emissão de 69.720.000 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 Euros, subscrito pelos accionistas 093X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de Outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de Abril de 2008, as acções escriturais ao portador foram convertidas em acções escriturais nominativas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, arredondados à unidade.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") tal como adoptadas pela União Europeia.

A adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adoptadas pela União Europeia ocorre pela primeira vez em 2007, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo é 1 de Janeiro de 2006, tal como definido pela IFRS 1 – "Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro".

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*.

A 13 de Outubro de 2008, e como consequência da instabilidade verificada nos mercados financeiros internacionais, foram introduzidas alterações ao normativo de relato financeiro (IAS 39 e IFRS 7), já devidamente endossadas pela União Europeia, as quais se traduziram, principalmente, na possibilidade de transferência de activos financeiros para outras categorias. Tais alterações produziram efeitos imediatos permitindo a possibilidade de aplicação retroactiva a partir de 1 de Julho de 2008, desde que tais reclassificações fossem relevadas até 1 de Novembro de 2008. Estas alterações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa, pelo que a opção nelas permitida não foi aplicada.

Adicionalmente, as seguintes normas e interpretações foram emitidas mas a sua aplicação não é ainda obrigatória ou a sua ratificação pela União Europeia ainda não ocorreu:

- Emendas às IAS 1, 7, 17, 18, 36, 38 e 39, às IFRS 2, 5 e 8, e ainda às IFRIC 9 e 16, obrigatórias em diferentes momentos, ocorrendo o momento mais próximo em 1 de Julho de 2009;
- Emendas às IAS 27 e 39, obrigatórias a 1 de Julho de 2009;
- Emenda à IAS 39 obrigatória a 1 de Julho de 2008, mas ainda não endossada pela União Europeia;
- Emenda à IFRS 2, obrigatória a 1 de Janeiro de 2010;
- Emenda à IFRS 7, obrigatória a 1 de Janeiro de 2009, mas ainda não endossada pela União Europeia;
- Emendas à IFRIC 9 e à IAS 39, obrigatórias para exercícios terminados em, ou após, 30 de Junho de 2009, mas ainda não endossadas pela União Europeia;
- Revisão da IFRS 1 – "Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro", obrigatória a 1 de Julho de 2009;
- Revisão da IFRS 3 – "Concentrações empresariais" (que abrange emendas às IAS 27, 28 e 31), obrigatória a 1 de Julho de 2009;
- IFRIC 15 – "Contratos para a construção de imóveis", obrigatória a 1 de Janeiro de 2009, mas ainda não endossada pela União Europeia;
- IFRIC 17 – "Distribuição de activos em espécie aos accionistas", obrigatória a 1 de Julho de 2009;
- IFRIC 18 – "Transferências de activos de clientes", obrigatória a 1 de Julho de 2009.

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis à Empresa, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras da Empresa.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2009 a Sonaecom adoptou as alterações previstas na IAS 1 – "Apresentação de Demonstrações Financeiras", as quais resultaram, essencialmente, na redenominação de algumas peças financeiras e na inclusão de uma nova demonstração (Demonstração do Rendimento Integral).

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados pela Empresa a 30 de Junho de 2009 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As "imobilizações corpóreas" encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização do imobilizado corpóreo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções - Obras em edifícios alheios	10 - 20
Equipamento básico	5 - 10
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	3 - 10
Outras imobilizações corpóreas	8

As despesas correntes com reparação e manutenção do imobilizado são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

b) Imobilizações incorpóreas

As "imobilizações incorpóreas" encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas. As "imobilizações incorpóreas" só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a mesma possuir o poder de as controlar e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As "imobilizações incorpóreas" compreendem, essencialmente, software e propriedade industrial.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas.

As amortizações do exercício das "imobilizações incorpóreas" são registadas na demonstração de resultados na rubrica de "Amortizações e depreciações".

c) Investimentos em empresas do grupo e outros activos não correntes

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo (empresas nas quais a Empresa detenha directa ou indirectamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais), são registados na rubrica "Investimentos em empresas do grupo", ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

Na rubrica "Outros activos não correntes" são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas participadas cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efectuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Outros custos financeiros" da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são considerados parte integrante do respectivo custo de aquisição.

d) Investimentos

A Empresa classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

- a) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'
Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'activos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.
- b) 'Empréstimos e contas a receber'
'Empréstimos e contas a receber' são activos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados activos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando a Empresa fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.
- Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva e deduzidos de qualquer imparidade.
- Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como activos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.
- c) 'Investimentos detidos até ao vencimento'
Esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.
- d) 'Investimentos disponíveis para venda'
Incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transacção, isto é, na data em que a Empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do activo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transacção, sendo a única excepção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transacção são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/líquido (investimentos não cotados), a Empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transacções de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para reflectir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, a Empresa valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

A Empresa efectua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados. Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados relativas a instrumentos de capital não são revertidas através de resultados.

e) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respectivo contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o imobilizado corpóreo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do imobilizado corpóreo são reconhecidos como custos na demonstração de resultados.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ("ALD"), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

f) Outras dívidas de terceiros

As 'outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua actualização financeira.

Estes investimentos financeiros surgem quando a Empresa empresta dinheiro ou presta serviços directamente a um devedor sem intenção de transaccionar o montante a receber.

O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditadas na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método directo. A Empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a actividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos imobilizados.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são possíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

h) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo “custo amortizado”. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

i) Instrumentos financeiros derivados

A Empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela Empresa.

Os instrumentos financeiros derivados (“cash flow hedges”) utilizados pela Empresa respeitam a “swaps” de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos “swaps” de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos “swaps” de cobertura de “cash-flow” é registada no activo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios “Reservas de cobertura”.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados directamente na demonstração de resultados.

j) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a Empresa possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

k) Imposto sobre o rendimento

O ‘Imposto sobre o rendimento’ do período inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12.

A Sonaecom é abrangida, desde Janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas directa ou indirectamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 7).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o activo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a activos ou passivos registados directamente no capital próprio, o seu registo também é efectuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

l) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de “Outros activos correntes”, “Outros activos não correntes”, “Outros passivos correntes” e “Outros passivos não correntes” são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os activos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a actualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de ‘Outros custos financeiros’ e ‘Outros proveitos financeiros’.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos accionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

m) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados como não correntes (Notas 7 e 13).

n) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da ‘Reserva legal’ até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de prémios de emissão de acções

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a ‘Reserva legal’, isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo

De acordo com a IFRS 2, a responsabilidade com os planos liquidados através da entrega de acções próprias é registada, a crédito, na rubrica de ‘Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo’, sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura reflectem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de “cash flow” que se consideram eficazes (Nota 1. i), sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou ser utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de acções próprias

As reservas de acções próprias reflectem o valor das acções próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal. Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS.

Assim, em 30 de Junho de 2009, a Sonaecom dispunha de 422.657 Euros em reservas que, pela sua natureza, são consideradas distribuíveis.

o) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas na rubrica ‘Outras reservas’.

p) Moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício.

As cotações utilizadas para conversão em Euros foram as seguintes:

	2009		2008	
	30.06.09	Média	30.06.08	Média
Libra inglesa	1,17357	1,11959	1,26223	1,29082
Real brasileiro	0,36405	0,34290	0,39822	0,38563
Dólar americano	0,70751	0,75125	0,63436	0,65407
Zloti (Polónia)	0,22462	0,22375	0,29839	0,28668
Dólar australiano	0,57607	0,53358	0,61084	0,60473
Pesos mexicanos	0,05390	0,05426	-	-
Libra egípcia	7,89141	7,47969	-	-
Ringgit (Malásia)	0,20128	0,20933	-	-

q) Imparidade de activos

São efectuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de "Amortizações e depreciações" nos casos de Imobilizado, na rubrica de 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros activos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Para os Investimentos financeiros, a quantia recuperável é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Empresa.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

r) Planos de Incentivo de Médio Prazo

O tratamento contabilístico dos Planos de Incentivo de Médio Prazo é baseado na IFRS 2 – Pagamento com Base em Acções.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela Empresa são liquidados através da entrega de acções próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à Empresa, que assume a responsabilidade de entrega das acções na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- a) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- b) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros activos não correntes' e 'Outros activos correntes';
- c) O efeito líquido dos registos referidos em a) e b) anulam o impacto, acima mencionado, em Capitais próprios;
- d) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efectuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

A 30 de Junho de 2009, todos os planos de acções Sonaecom em aberto estavam cobertos através da detenção de acções próprias. O impacto associado aos planos de acções dos Planos de Incentivo de Médio Prazo relativos a acções Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe, a Empresa efectuou contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas acções, pelo que a responsabilidade com os mesmos se encontra registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

s) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

t) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras dos semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008 incluem, essencialmente, as análises de imparidade dos activos, nomeadamente dos investimentos financeiros em empresas do Grupo.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

u) Gestão do Risco Financeiro

A actividade da Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rentabilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.i)).

Risco de mercado

a. Risco de taxa de câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.

Sempre que possível, a Empresa tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível, a Empresa recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

Considerando os reduzidos valores de activos e passivos em moeda estrangeira, o impacto da variação da taxa de câmbio não é significativo.

b. Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da Empresa é mitigado pelo efeito dos seguintes factores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados da Empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (“natural hedge”); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A Empresa apenas utiliza instrumentos derivados ou transacções semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na selecção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para protecção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objecto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/ transacção que está a ser coberta;
- Desde o início da transacção, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da Empresa.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 12) encontra-se indexado a taxas variáveis, swaps de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de protecção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os swaps de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respectivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a Empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respectivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da Empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Empresa utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de actualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalecentes à data de Balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas directamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

c. Risco de liquidez

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objectivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a Empresa maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- i. Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- ii. Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do Grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do Grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;
- iii. Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objectivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada na Nota 12.

d. Risco de Crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto da Empresa apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro da Empresa.

O montante relativo a outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, o qual se encontra líquido de imparidades, representa a máxima exposição da Empresa ao risco de crédito.

2. Imobilizações corpóreas

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2009						
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Total
ACTIVO BRUTO:						
Saldo em 31.12.2008	679.443	46.325	171	328.207	103	1.054.249
Adições	41.722	-	-	-	-	41.722
Saldo final em 30.06.2009	721.165	46.325	171	328.207	103	1.095.971
AMORTIZAÇÕES E PERDAS						
DE IMPARIDADE ACUMULADAS:						
Saldo em 31.12.2008	276.753	9.607	92	185.127	103	471.682
Amortizações do semestre	35.380	4.258	43	16.796	-	56.477
Saldo final em 30.06.2009	312.133	13.865	135	201.923	103	528.159
Valor líquido	409.032	32.460	36	126.284	-	567.812
2008						
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Total
ACTIVO BRUTO:						
Saldo em 31.12.2007	321.863	25.444	171	211.689	103	559.270
Adições	24.638	2.827	-	7.472	-	34.937
Saldo final em 30.06.2008	346.501	28.271	171	219.161	103	594.207
AMORTIZAÇÕES E PERDAS						
DE IMPARIDADE ACUMULADAS:						
Saldo em 31.12.2007	227.887	2.330	7	147.473	11	377.708
Amortizações do semestre	16.194	2.726	43	16.163	54	35.180
Saldo final em 30.06.2008	244.081	5.056	50	163.636	65	412.888
Valor líquido	102.420	23.215	121	55.525	38	181.319

3. Imobilizações incorpóreas

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2009				
	Propriedade industrial	Software	Imobilizado em curso	Total
ACTIVO BRUTO:				
Saldo em 31.12.2008	6.650	168.027	13.917	188.594
Adições	-	339	-	339
Saldo final em 30.06.2009	6.650	168.366	13.917	188.933
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:				
Saldo em 31.12.2008	5.630	133.290	-	138.920
Amortizações do semestre	344	8.755	-	9.099
Saldo final em 30.06.2009	5.974	142.045	-	148.019
Valor líquido	676	26.321	13.917	40.914
2008				
	Propriedade industrial	Software	Imobilizado em curso	Total
ACTIVO BRUTO:				
Saldo em 31.12.2007	6.509	168.027	13.917	188.453
Adições	140	-	-	140
Saldo final em 30.06.2008	6.649	168.027	13.917	188.593
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:				
Saldo em 31.12.2007	4.844	112.488	-	117.332
Amortizações do semestre	396	11.302	-	11.698
Saldo final em 30.06.2008	5.240	123.790	-	129.030
Valor líquido	1.409	44.237	13.917	59.563

O valor registado em Imobilizado em curso corresponde a projectos de desenvolvimento de software.

4. Classes de Investimentos financeiros

A 30 de Junho de 2009 e 2008, as classes de instrumentos financeiros eram como segue:

2009							
	Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Activos não correntes:							
Outros activos não correntes	-	638.212.223	-	-	638.212.223	-	638.212.223
	-	638.212.223	-	-	638.212.223	-	638.212.223
Activos correntes:							
Outras dívidas de terceiros	-	85.653.653	-	-	85.653.653	1.219.556	86.873.209
Caixa e equivalentes de caixa	-	12.824.302	-	-	12.824.302	-	12.824.302
	-	98.477.955	-	-	98.477.955	1.219.556	99.697.511

2008							
	Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Activos não correntes:							
Outros activos não correntes	-	561.911.005	-	-	561.911.005	-	561.911.005
	-	561.911.005	-	-	561.911.005	-	561.911.005
Activos correntes:							
Outras dívidas de terceiros	-	6.234.370	-	-	6.234.370	1.394.493	7.628.863
Caixa e equivalentes de caixa	-	58.659.323	-	-	58.659.323	-	58.659.323
	-	64.893.693	-	-	64.893.693	1.394.493	66.288.186

2009							
	Passivos registados ao justo valor através de resultados	Derivados de cobertura	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente:							
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	-	-	411.128.478	-	411.128.478	-	411.128.478
	-	-	411.128.478	-	411.128.478	-	411.128.478
Passivo corrente:							
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	-	-	86.045.928	-	86.045.928	-	86.045.928
Outras dívidas a terceiros	-	-	-	647.640	647.640	296.661	944.301
	-	-	86.045.928	647.640	86.693.568	296.661	86.990.229

2008							
	Passivos registados ao justo valor através de resultados	Derivados de cobertura	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente:							
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	-	(1.168.584)	356.703.499	-	355.534.915	-	355.534.915
	-	(1.168.584)	356.703.499	-	355.534.915	-	355.534.915
Passivo corrente:							
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	-	-	14.465.000	-	14.465.000	-	14.465.000
Outras dívidas a terceiros	-	-	-	573.689	573.689	348.492	922.181
	-	-	14.465.000	573.689	15.038.689	348.492	15.387.181

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros activos/passivos correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem constituídas por montantes não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

5. Investimentos em empresas do grupo

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, esta rubrica incluía as partes de capital detidas em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

Empresa	2009	2008
Sonaecom Serviços de Comunicações, S.A. ("Sonaecom SC", ex Novis Telecom, S.A.)	764.876.231	749.628.393
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Telecom")	105.799.987	105.799.987
Sonaetelecom BV	44.209.902	44.209.902
Sonae com – Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. ("Sonae com SI")	26.641.587	26.641.587
Telemilénio, Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, Lda. ("Tele 2")	-	13.076.489
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ("Miauger")	4.568.100	4.568.100
Sonaecom BV	20.000	100.000
Be Artis – Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ("Be Artis")	50.000	50.000
	<u>946.165.807</u>	<u>944.074.458</u>
Perdas de imparidade (Nota 13)	(46.609.902)	(45.977.902)
Total de investimentos em empresas do Grupo	<u><u>899.555.905</u></u>	<u><u>898.096.556</u></u>

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008, foram como segue:

Empresa	Saldo				Saldo 30-06-2009
	31-12-2008	Aumentos	Diminuições	Transferências	
Sonaecom SC	749.628.393	65.200	-	15.182.638	764.876.231
Sonae Telecom	105.799.987	-	-	-	105.799.987
Sonaetelecom BV	44.209.902	-	-	-	44.209.902
Sonae com SI	26.641.587	-	-	-	26.641.587
Tele 2	13.076.489	-	-	(13.076.489)	-
Miauger	4.568.100	-	-	-	4.568.100
Sonaecom BV	100.000	-	(80.000)	-	20.000
Be Artis	50.000	-	-	-	50.000
	<u>944.074.458</u>	<u>65.200</u>	<u>(80.000)</u>	<u>2.106.149</u>	<u>946.165.807</u>
Imparidades (Nota 13)	(45.977.902)	(632.000)	-	-	(46.609.902)
	<u><u>898.096.556</u></u>	<u><u>(566.800)</u></u>	<u><u>(80.000)</u></u>	<u><u>2.106.149</u></u>	<u><u>899.555.905</u></u>

Empresa	Saldo				Saldo 30-06-2008
	31-12-2007	Aumentos	Diminuições	Transferências	
Sonaecom SC	749.628.393	-	-	-	749.628.393
Sonae Telecom	105.799.987	-	-	-	105.799.987
Sonaetelecom BV	44.209.902	-	-	-	44.209.902
Sonae com SI	26.641.587	-	-	-	26.641.587
Miauger	4.568.100	-	-	-	4.568.100
Tele 2	178.409	-	(868.135)	13.766.215	13.076.489
Sonaecom BV	100.000	-	-	-	100.000
Be Artis	50.000	-	-	-	50.000
	<u>931.176.378</u>	<u>-</u>	<u>(868.135)</u>	<u>13.766.215</u>	<u>944.074.458</u>
Imparidades	(10.448.903)	-	-	(35.528.999)	(45.977.902)
	<u><u>920.727.475</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(868.135)</u></u>	<u><u>(21.762.784)</u></u>	<u><u>898.096.556</u></u>

Com efeitos contabilísticos a partir do dia 01 de Janeiro de 2009, foi efectuada a fusão por incorporação da filial Telemilénio Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, Lda., na filial Sonaecom Serviços de Comunicações, S.A, conforme aprovado em Assembleia Geral das respectivas sociedades, ambas realizadas em 24 de Novembro de 2008.

No semestre findo em 30 de Junho de 2009 o valor de 15.182.638 Euros de Transferências corresponde ao valor da participação na Tele 2, e ao reforço de prestações acessórias no montante de 2.106.149 Euros, efectuadas nos termos do projecto de fusão.

O valor de 13.766.215 Euros de Transferências no exercício de 2008 corresponde à utilização de Prestações acessórias para cobertura de prejuízos na subsidiária Tele 2 (Nota 6). O montante de 868.135 Euros registado em Diminuições deve-se a uma correcção, no exercício de 2008, ao preço de aquisição da Tele 2, aquisição esta ocorrida durante o exercício findo em 31 Dezembro de 2007.

Durante o semestre findo a 30 de Junho de 2008, a transferência do valor de Imparidades foi efectuada da rubrica de Outros activos não correntes (Notas 6 e 15).

A Empresa apresenta em separado demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2009, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, as quais apresentam um total de activo consolidado de 1.957.247.751 Euros, um passivo consolidado de 1.026.447.545 Euros, proveitos operacionais consolidados de 483.905.556 Euros e capitais próprios consolidados de 930.800.206 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado positivo (atribuível a accionistas da empresa mãe – Sonaecom, S.G.P.S., S.A.) para o semestre findo em 30 de Junho de 2009 de 1.419.771 Euros.

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, a principal informação financeira (preparada de acordo com as normas IAS/IFRS) sobre as filiais e associadas detidas directamente pela Empresa é como segue:

Empresa	Sede	% Participação	2009		2008		
			Capitais Próprios	Resultado Líquido	Capitais Próprios	Resultado Líquido	
Sonaecom SC	Maia	54%	512.559.166	3.007.278	54%	477.068.175	(13.041.294)
Sonae Telecom	Maia	100%	174.597.447	(12.933)	100%	175.000.345	15.171.561
Sonae com SI	Maia	100%	43.865.809	650.177	100%	46.808.168	12.082
Miauger	Maia	100%	714.794	(168.634)	100%	900.258	451.478
Sonaetelecom BV	Amesterdão	100%	(8.427.882)	(371.943)	100%	2.601.897	(966.105)
Tele 2	Lisboa	-	-	-	100%	(1.325.371)	775.779
Sonaecom BV	Amesterdão	100%	(15.115.361)	(92.003)	100%	(11.677.282)	254.677
Be Artis (ex Optimus Artis)	Maia	100%	111.003.356	319.940	100%	1.777.158	1.747.328

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, a Sonaecom detinha indirectamente, através da Sonae Telecom SGPS, SA e da Sonaecom BV, participações adicionais na Sonaecom - Serviços de Comunicações de 37,94% e 8,52% respectivamente, totalizando uma participação de 100%.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais investimentos em empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efectuada com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projectados para períodos de 5 anos. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas taxas de crescimento de cerca de 3%.

	Taxa desconto
Telecomunicações	7,90%
Multimédia	9,60%
Sistemas de informação	9,30%

6. Outros activos não correntes

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2009	2008
ACTIVOS FINANCEIROS:		
Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do Grupo:		
Be Artis	325.170.000	135.860.000
Sonaecom BV	130.197.000	116.127.000
Sonaetelecom BV	28.246.000	35.725.000
Lugar Virtuais	900.000	-
Sonae com SI	100.000	390.000
Sonaecom SC	-	228.795.000
Tele 2	-	961.782
	<u>484.613.000</u>	<u>517.858.782</u>
Prestações acessórias:		
Be Artis	115.640.000	4.325.000
Sonae com SI	32.874.188	33.574.188
Sonae Telecom SGPS	15.788.458	15.788.458
Sonaetelecom BV	11.500.000	-
	<u>175.802.646</u>	<u>53.687.646</u>
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 13)	<u>(22.203.423)</u>	<u>(9.635.423)</u>
	<u>638.212.223</u>	<u>561.911.005</u>

Durante os semestres findos em Junho de 2009 e 2008, os movimentos ocorridos em 'Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do Grupo foram os seguintes:

Empresa	Saldo				Saldo 30-06-2009
	31-12-2008	Aumentos	Diminuições	Transferências	
Be Artis	306.420.000	134.550.000	(160.000)	-	440.810.000
Sonaecom BV	138.887.000	2.940.000	(11.630.000)	-	130.197.000
Sonaetelecom BV	38.901.000	845.000	-	-	39.746.000
Sonae com SI	33.964.187	100.000	(1.089.999)	-	32.974.188
Sonae Telecom SGPS	15.788.458	-	-	-	15.788.458
Lugares Virtuais	900.000	-	-	-	900.000
Tele 2	2.106.149	-	-	(2.106.149)	-
	<u>536.966.794</u>	<u>138.435.000</u>	<u>(12.879.999)</u>	<u>(2.106.149)</u>	<u>660.415.646</u>

Empresa	Saldo				Saldo 30-06-2008
	31-12-2007	Aumentos	Diminuições	Transferências	
Sonaecom SC	262.795.000	-	(34.000.000)	-	228.795.000
Be Artis	-	141.275.000	(1.090.000)	-	140.185.000
Sonaecom BV	120.660.000	11.432.000	(15.965.000)	-	116.127.000
Sonaetelecom BV	70.175.000	12.025.000	(46.475.000)	-	35.725.000
Sonae.com SI	33.964.188	-	-	-	33.964.188
Sonae Telecom SGPS	30.964.467	-	(15.176.009)	-	15.788.458
Tele 2	14.727.997	-	-	(13.766.215)	961.782
	<u>533.286.652</u>	<u>164.732.000</u>	<u>(112.706.009)</u>	<u>(13.766.215)</u>	<u>571.546.428</u>

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008, os empréstimos a empresas do grupo venceram juros a uma taxa média de 2,38%, % e 5,18 %, respectivamente. As prestações acessórias não vencem juros.

A variação de Perdas de imparidade acumuladas resulta do reforço efectuado durante o semestre no montante de 6.868.000 Euros (Nota 13).

Os empréstimos concedidos e as prestações acessórias não têm um prazo de reembolso definido, pelo que não é apresentada informação sobre a sua antiguidade.

A aferição da existência ou não de imparidade para os principais empréstimos concedidos a empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efectuada com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projectados para períodos de 5 anos, tendo por base as taxas de desconto e de crescimento em perpetuidade apresentadas na nota anterior (Nota 5).

7. Impostos diferidos activos

Os activos por impostos diferidos em 30 de Junho de 2009, no montante de 670.529 Euros, decorrem essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis e de diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal de alguns activos e passivos.

O movimento ocorrido nos activos por impostos diferidos no semestre findo em 30 de Junho de 2009 foi como segue:

	2009
Saldo inicial	-
Efeito em resultados	
Registo de impostos diferidos decorrentes da aplicação do RETGS	551.279
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente	119.250
Sub-total do efeito em resultados	<u>670.529</u>
Saldo final	<u>670.529</u>

Em 30 de Junho de 2009, a taxa de imposto utilizada para o cálculo dos activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais foi de 25%. No caso dos activos por impostos diferidos gerados por diferenças temporárias, a taxa usada foi de 26,5%.

Em 30 de Junho de 2009, os valores de impostos diferidos não registados por não ser provável a existência de lucros fiscais futuros para os absorver eram como se segue:

Ano em que foram gerados	Prejuízos reportáveis	Ajustamentos para IAS/IFRS	Provisões não aceites	Total	Activos por impostos diferidos
2001	-	-	3.463.000	3.463.000	917.695
2002	-	-	11.431.819	11.431.819	3.029.432
2003	-	-	31.154.781	31.154.781	8.256.017
2004	-	-	9.662.981	9.662.981	2.560.690
2005	-	-	(3.033.899)	(3.033.899)	(803.983)
2006	24.341.554	(257.438)	(149.858)	23.934.258	5.977.455
2007	54.563.604	81.031	(537.036)	54.107.599	13.520.060
2008	-	55.359	9.893.940	9.949.299	2.636.564
2009	-	(18.941)	-	(18.941)	(5.019)
	<u>78.905.158</u>	<u>(139.989)</u>	<u>61.885.728</u>	<u>140.650.897</u>	<u>36.088.911</u>

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado no semestre findo em 30 de Junho de 2009 é como se segue:

	2009
Resultado antes de imposto	(6.656.175)
Imposto 25%	1.664.044
Registo de imposto corrente, tributação autónoma e derrama	(21.420)
Ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente	(993.515)
Impostos registados no período	<u>649.109</u>

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2005 (inclusivé), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correcções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da Empresa corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais classificadas como prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2009.

8. Outras dívidas de terceiros

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2009	2008
Outros devedores	85.655.583	6.235.329
Estado e outros entes públicos	1.219.556	1.394.493
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 13)	(1.930)	(959)
	<u>86.873.209</u>	<u>7.628.863</u>

O valor registado na rubrica Outros devedores diz respeito, essencialmente, ao adiantamento no montante de 80 milhões de Euros, efectuado à Sonaecom BV pela aquisição da participação de 8,52% detida por aquela empresa na Sonaecom – Serviços de Comunicações, a realizar-se no exercício de 2009. Em 30 de Junho de 2009 e 2008, esta rubrica incluía ainda saldos a receber de diversas empresas do grupo, referentes a débitos emitidos em Junho de 2009 e 2008 relativos a juros de suprimentos, a juros de aplicações de tesouraria e a diversos serviços prestados.

O valor registado em Estado e outros entes públicos em 30 de Junho de 2009 e 2008 diz respeito a pagamentos especiais por conta, retenções efectuadas por terceiros e imposto a recuperar.

9. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2009	2008
Numerário	10.548	9.227
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	47.754	94.096
Aplicações de tesouraria	12.766.000	58.556.000
	<u>12.824.302</u>	<u>58.659.323</u>

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2009	2008
Wedo	9.658.000	12.125.000
Público	1.070.000	2.775.000
Lugar Virtuais	1.050.000	-
Sonaecom SC	988.000	41.626.000
Tele 2	-	1.240.000
Banco Espírito Santo	-	495.000
Banco Santander Totta	-	295.000
	<u>12.766.000</u>	<u>58.556.000</u>

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o semestre findo em 30 de Junho de 2009, venceram juros a uma taxa média de 2,47% (5,05% em 2008).

10. Capital social

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 acções ordinárias escriturais e nominativas, com o valor unitário de 1 Euro. Nessas datas, a estrutura accionista era a seguinte:

	2009		2008	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Sontel BV	193.874.470	52,94%	194.423.837	53,09%
Atlas Service Belgium	73.249.374	20,00%	-	-
Acções dispersas em Bolsa	62.569.173	17,08%	70.782.961	19,33%
093X (EDP)	29.150.000	7,96%	29.150.000	7,96%
Acções próprias	6.564.202	1,79%	1.588.553	0,43%
Sonae	838.649	0,23%	23.649	0,01%
Efanor Investimentos, S.G.P.S., S.A	1.000	0,00%	1.000	0,00%
Wirefree Services Belgium, S.A.	-	-	70.276.868	19,19%
	<u>366.246.868</u>	<u>100,00%</u>	<u>366.246.868</u>	<u>100,00%</u>

A totalidade das acções que representam o capital social da Sonaecom corresponde a acções autorizadas, subscritas e pagas. Todas as acções têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

11. Acções próprias

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2009, a Sonaecom entregou a colaboradores do Grupo um total de 786.243 acções próprias, no âmbito do seu Plano de Incentivo de Médio Prazo.

Adicionalmente, durante o semestre, a Empresa adquiriu 1.419.802 novas acções (a um preço médio de 1,40 Euros), detendo à data de 30 de Junho de 2009, 6.564.202 acções próprias representativas de 1,79% do seu capital social, a um preço médio de 1,78 Euros.

12. Empréstimos

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo:

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2009	2008
Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	Jun-13	Final	150.000.000	150.000.000
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida	-	-	-	(2.162.587)	(2.661.755)
Juros corridos não vencidos	-	-	-	87.150	200.067
Justo valor do Swap	-	-	-	-	(542.778)
				<u>147.924.563</u>	<u>146.995.534</u>
Papel Comercial	250.000.000	100.000.000 até Jul-10 150.000.000 até Jul-12	-	230.000.000	207.500.000
	70.000.000	Jul-10	-	33.000.000	-
Juros corridos não vencidos	-	-	-	203.915	1.665.187
Justo valor do Swap	-	-	-	-	(625.806)
				<u>263.203.915</u>	<u>208.539.381</u>
				<u>411.128.478</u>	<u>355.534.915</u>

Em Julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de Euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa – Banco de Investimento.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

A contratação deste financiamento ao nível da Sonaecom permitiu um alargamento significativo da maturidade da dívida contratada, a eliminação de um conjunto de limitações contratuais, financeiras e operacionais, impostas pelo anterior financiamento sindicado da Optimus e uma melhor eficiência na gestão da liquidez consolidada.

Estes empréstimos vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respectivo prazo e foram todos contraídos em Euros.

A taxa de juro média do empréstimo obrigacionista, no período, foi de 3,99%.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas actividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, as dívidas a instituições de crédito, relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	2009					
	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Após N+5
Empréstimo obrigacionista						
Amortização	-	-	-	150.000.000	-	-
Juros	3.486.000	3.486.000	3.495.551	1.633.167	-	-
Papel Comercial						
Amortização	-	113.000.000	-	150.000.000	-	-
Juros	3.258.770	1.888.927	1.775.850	145.960	-	-
	<u>6.744.770</u>	<u>118.374.927</u>	<u>5.271.401</u>	<u>301.779.127</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	2008					
	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Após N+5
Empréstimo obrigacionista						
Amortização	-	-	-	-	150.000.000	-
Juros	9.153.050	9.153.050	9.153.050	9.178.058	8.902.967	-
Papel Comercial						
Amortização	-	-	57.500.000	-	150.000.000	-
Juros	9.781.390	9.781.390	8.669.902	7.149.334	605.545	-
	<u>18.934.440</u>	<u>18.934.440</u>	<u>75.322.952</u>	<u>16.327.392</u>	<u>309.508.512</u>	<u>-</u>

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial poder ser inferior a 1 ano, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de cinco anos, pelo que o Conselho de Administração da Empresa registou tal passivo no médio e longo prazo.

À data de 30 de Junho de 2009 e 2008, as linhas de crédito disponíveis pela Empresa eram como se segue:

2009					Maturidade	
Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Até 12 meses	Mais de 12 meses	
Papel Comercial	250.000.000	230.000.000	20.000.000			x
Papel Comercial	70.000.000	33.000.000	37.000.000			x
Conta caucionada	15.000.000	8.435.000	6.565.000	x		
Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-			x
	485.000.000	421.435.000	63.565.000			

2008					Maturidade	
Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Até 12 meses	Mais de 12 meses	
Papel Comercial	250.000.000	207.500.000	42.500.000			x
Papel Comercial	70.000.000	-	70.000.000			x
Conta caucionada	15.000.000	-	15.000.000	x		
Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-			x
	485.000.000	357.500.000	127.500.000			

Em 30 de Junho de 2009, não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro. Os existentes em 30 de Junho de 2008 e os respectivos justos valores, calculados pelo método da actualização dos fluxos de caixa futuros, eram os seguintes:

2008						
Empresa	Financiamento coberto	Montante nocional	Vencimento	Indexante base trocado	Taxa contratada	Justo valor dos instrumentos financeiros
Sonaecom	Papel Comercial	110.000.000	Mar-09	Euribor 6m	4,365%	(625.806)
Sonaecom	Empréstimo Obrigacionista	75.000.000	Jun-09	Euribor 6m	4,565%	(542.778)
						<u>(1.168.584)</u>

Em Setembro de 2007, a Sonaecom contratou um swap de taxa de juro, de montante nominal de 110 milhões de Euros, pelo prazo de 18 meses e com refixações semestrais, de forma a cobrir totalmente o risco de taxa de juro de uma das tranches de papel comercial que a Sonaecom emitiu em 13 de Setembro de 2007, pelo mesmo montante de 110 milhões de Euros e pelo prazo de seis meses. O vencimento deste Swap taxa de juro ocorreu em 13 de Março de 2009.

Em Dezembro de 2007, a Sonaecom contratou um swap de taxa de juro, de montante nominal de 75 milhões de Euros, pelo prazo de 18 meses e com refixações semestrais, de forma a cobrir 50% do risco de taxa de juro do empréstimo obrigacionista que a Sonaecom emitiu em Junho de 2005, pelo montante de 150 milhões de Euros, pelo prazo de oito anos e com refixações semestrais. O vencimento deste Swap taxa de juro ocorreu em 21 de Junho de 2009.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2009, os movimentos ocorridos no justo valor dos swaps relativos ao papel comercial, no montante de 174.106 Euros negativos, e relativo ao empréstimo obrigacionista, no montante de 481.174 Euros positivos foram registados na rubrica 'Reservas de cobertura' por serem considerados eficazes, conforme definido pela IAS 39.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2009, os referidos instrumentos financeiros derivados atingiram a respectiva maturidade. Desta forma, a 30 de Junho de 2009 a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

b. Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

A rubrica de empréstimos de curto prazo e outros empréstimos, em 30 de Junho de 2009 e 2008, no montante de 86.045.928 Euros e 14.465.000 Euros, respectivamente, era composta por aplicações de tesouraria recebidas de empresas filiais e por contas caucionadas, como segue:

	2009	2008
Sonaecom SC	71.305.743	-
Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A. ("Digitmarket")	3.460.982	2.660.000
Be Towering - Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. ("Be Towering")	1.370.201	6.250.000
Miauger	811.382	615.000
Mainroad - Serviços em Tecnologias de Informação, S.A. ("Mainroad")	568.153	1.940.000
Sonae Telecom	47.109	380.000
Sonae.com SI	41.594	2.620.000
Público - Comunicação Social, S.A. ("Público")	4.758	-
Saphety Level - Trusted Services, S.A. ("Saphety")	1.006	-
	<u>77.610.928</u>	<u>14.465.000</u>

Entidade financiadora	Tipo	Montante utilizado	
		2009	2008
Banco CGD	Contas caucionadas	8.435.000	-

As aplicações de tesouraria de empresas do Grupo têm prazo de reembolso inferior a um ano e são remuneradas com base em taxas de juro de mercado. Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008, as aplicações de tesouraria venceram juros a uma taxa média de 1,45% e 4,23%, respectivamente.

13. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008 foi o seguinte:

Rubricas	2009					
	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Utilização	Redução	Saldo final
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 8)	2.006	14	-	-	(90)	1.930
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do Grupo (Notas 5 e 15)	45.977.902	632.000	-	-	-	46.609.902
Perdas de imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Notas 6 e 15)	15.335.423	6.868.000	-	-	-	22.203.423
Provisões para outros riscos e encargos	57.265	457.369	-	-	-	514.634
	<u>61.372.596</u>	<u>7.957.383</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(90)</u>	<u>69.329.889</u>
Rubricas	2008					
	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Utilização	Redução	Saldo final
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 8)	806	153	-	-	-	959
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do Grupo (Notas 5 e 15)	10.448.902	-	35.529.000	-	-	45.977.902
Perdas de imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Notas 6 e 15)	40.590.703	4.573.720	(35.529.000)	-	-	9.635.423
Provisões para outros riscos e encargos	23.706	2.500	-	-	-	26.206
	<u>51.064.117</u>	<u>4.576.373</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>55.640.490</u>

Os incrementos em provisões e perdas de imparidade são registados por contrapartida da rubrica “Provisões e perdas de imparidade” da demonstração de resultados, com excepção dos incrementos em perdas de imparidade em investimentos em empresas do Grupo e em outros activos não correntes que, dada a sua natureza, são registados por contrapartida de custos financeiros na rubrica “Ganhos e perdas em investimentos em empresas do Grupo”.

O reforço das ‘Provisões para outros riscos e encargos’ inclui o montante de 7.369 Euros registado, na demonstração de resultados, em ‘Imposto sobre o rendimento do exercício’. Desta forma, o montante de reforço registado na demonstração de resultados, na rubrica de ‘Provisões e perdas de imparidade’, ascende a 450.014 Euros.

14. Fornecimentos e serviços externos

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2009	2008
Trabalhos especializados	931.065	843.943
Rendas e alugueres	198.925	161.952
Honorários	164.060	148.689
Deslocações e estadas	91.509	207.911
Outros fornecimentos e serviços externos	213.160	199.736
	<u>1.598.719</u>	<u>1.562.232</u>

15. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008, têm a seguinte composição:

	2009	2008
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do Grupo		
Perdas relativas a empresas do Grupo (Notas 5 e 13)	(7.500.000)	(4.573.720)
Ganhos relativos a empresas do Grupo	3.480.000	21.414.813
	<u>(4.020.000)</u>	<u>16.841.093</u>
Outros custos financeiros:		
Juros suportados		
Empréstimos bancários	(3.447.320)	(4.616.665)
Outros empréstimos	(3.794.086)	(4.651.625)
Descobertos bancários e outros	(30.946)	(38.236)
	<u>(7.272.352)</u>	<u>(9.306.525)</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(262)	-
Outros custos financeiros		
Outros	(46.632)	(12.388)
	<u>(46.632)</u>	<u>(12.388)</u>
	<u>(7.319.246)</u>	<u>(9.318.913)</u>
Outros proveitos financeiros:		
Juros obtidos	5.573.771	14.264.720
Diferenças de câmbio favoráveis	-	531
	<u>5.573.771</u>	<u>14.265.251</u>

Em 30 de Junho de 2009, os ganhos relativos a empresas do Grupo respeitam a dividendos recebidos das filiais Sonaecom SI e Sonaecom Telecom. Em 30 de Junho de 2008, esta rubrica respeitava a dividendos recebidos da filial Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A..

16. Entidades relacionadas

Durante os exercícios findos em 30 de Junho de 2009 e 2008, os principais saldos e transacções mantidos com entidades relacionadas (as quais se detalham em anexo) são como segue:

Saldos a 30 de Junho de 2009					
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros activos/ (passivos)	Empréstimos concedidos/ (obtidos)
Be Artis	1.541.447	589	-	727.448	325.170.000
Sonaecom BV	80.766.357	-	-	218.566	130.197.000
Sonaecom Telecom BV	156.683	-	-	45.500	28.246.000
Sonaecom SC	559.026	95.562	988.000	5.516.735	(71.305.743)
Digitmarket	3.172	1.505	-	(2.065)	(3.460.982)
Be Towering	21.207	-	-	840.276	(1.370.201)
Lugar Virtuais	4.365	-	1.050.000	(87.392)	900.000
Público	9.974	-	1.070.000	5.583	(4.758)
Wedo	61.743	-	9.658.000	599.343	-
Outros	31.161	53.568	-	(347.806)	(1.369.245)
	<u>83.155.135</u>	<u>151.224</u>	<u>12.766.000</u>	<u>7.516.188</u>	<u>407.002.071</u>

Saldos a 30 de Junho de 2008					
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros activos/ (passivos)	Empréstimos concedidos/ (obtidos)
Sonaecom SC	3.812.008	146.489	41.626.000	3.452.613	228.795.000
Sonaecom BV	1.572.417	80.000	-	402.092	116.127.000
Be Artis	706.063	488	-	524.306	135.860.000
Sonaetelecom BV	474.017	-	-	161.939	35.725.000
MCH SGPS	88.219	4.838	-	-	-
Público	16.186	363	2.775.000	36.348	-
Tele 2	15.215	-	1.240.000	4.379	961.782
Wedo	11.263	-	12.125.000	405.180	-
Sonaecom SI	9.861	4.766	-	(61.343)	(2.230.000)
Outros	65.680	228.195	-	(195.891)	(11.845.000)
	<u>6.770.929</u>	<u>465.139</u>	<u>57.766.000</u>	<u>4.729.623</u>	<u>503.393.782</u>

Transacções a 30 de Junho de 2009				
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos/ (suportados)	Proveitos suplementares
Be Artis	156.671	1.505	3.095.225	(42)
Sonaecom BV	-	-	1.711.881	-
Sonaecom SC	3.225.829	(760.865)	38.025	-
Público	67.578	(270)	1.503	-
Wedo	92.206	-	130.264	-
Sonae	-	200.568	(2.739)	(5.220)
Be Towering	30.028	(83.347)	(54.213)	-
Outros	25.684	57.775	280.742	(515)
	<u>3.597.996</u>	<u>(584.634)</u>	<u>5.200.688</u>	<u>(5.777)</u>

Transacções a 30 de Junho de 2008				
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos/ (suportados)	Proveitos suplementares
Sonaecom SC	3.402.460	680.720	7.990.544	5.983
Público	82.220	2.121	66.853	635
Wedo	55.850	-	295.197	900
Be Artis	-	684	1.362.688	(413)
Sonaecom BV	-	-	3.150.633	-
Star-Viagens e Turismo	-	165.804	-	-
Sonaetelecom BV	-	-	904.315	-
Outros	29.820	9.634	(285.291)	13.543
	<u>3.570.351</u>	<u>858.963</u>	<u>13.484.939</u>	<u>20.648</u>

Todas as transacções acima referidas foram efectuadas a preços de mercado.

17. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 30 de Junho de 2009 e 2008, tinha a seguinte composição:

Beneficiário da garantia	Descrição	2009	2008
BBVA – Portugal, ING Belgium Portugal e Millennium BCP	Papel comercial	320.000.000	320.000.000
Direcção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	8.098.449	5.499.720
		<u>328.098.449</u>	<u>325.499.720</u>

18. Resultados por acção

Os resultados por acção, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do exercício (6.007.066 Euros negativos em 2009 e 21.366.009 Euros em 2008) pelo número médio de acções existente durante os exercícios findos em 30 de Junho de 2009 e 2008 deduzidas das acções próprias (360.070.542 em 2009 e 364.658.315 em 2008).

19. Planos de Incentivo de Médio Prazo

Em Junho de 2000, a Sonaecom implementou um sistema de incentivos em acções a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e acções da Sonaecom e acções da Sonae SGPS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na Empresa durante esse período. Em alguns dos planos, os beneficiários podiam optar entre opções ou acções. A valorização dos planos de opções é efectuada com base no modelo de Black Scholes.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2009, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Cotação na data de atribuição*	Período de Diferimento		30-Jun-09	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de opções /acções
Acções Sonaecom					
Plano 2005	4,093	10-Mar-06	09-Mar-09	-	-
Plano 2006	4,697	09-Mar-07	08-Mar-10	19	97.731
Plano 2007	2,447	10-Mar-08	09-Mar-11	20	233.041
Plano 2008	1,117	10-Mar-09	09-Mar-12	19	486.735
Acções Sonae SGPS					
Plano 2005	1,34	10-Mar-06	09-Mar-09	-	-
Plano 2006	1,68	09-Mar-07	08-Mar-10	3	95.019
Plano 2007	1,16	10-Mar-08	09-Mar-11	4	201.295
Plano 2008	0,616	10-Mar-09	09-Mar-12	4	415.016

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição para as acções Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de Accionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as acções Sonae SGPS. Contudo, para os Planos 2006, as cotações usadas corresponderam a : Sonaecom - cotação média entre os dias 3 de Março e 5 de Abril de 2007; Sonae SGPS - cotação média entre os dias 13 de Fevereiro e 26 de Março de 2007. A excepção deve-se à data em que terminou a Oferta Pública de Aquisição sobre a PT e foi aprovada pela Comissão de Nomeação e Remuneração.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2009, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Acções Sonaecom		Acções Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de acções	Número agregado de participantes	Número de acções
Saldo a 31.12.2008				
Exercíveis	-	-	-	-
Ainda diferidas	60	464.852	13	434.641
Total	60	464.852	13	434.641
Movimentos do semestre				
Atribuídas	20	550.782	5	456.902
Vencidas	(20)	(86.440)	(4)	(93.747)
Canceladas/Extintas/ Transferidas /Corrigidas*	(2)	(111.687)	(3)	(86.466)
Saldo a 30.06.2009				
Exercíveis	-	-	-	-
Ainda diferidas	58	817.507	11	711.330
Total	58	817.507	11	711.330

*As correções são efectuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social.

Para os planos de acções Sonaecom, S.G.P.S., S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data de 2 Janeiro de 2009, data a partir da qual vigora a alteração da forma de liquidação dos planos, com excepção do plano atribuído em 2009, cuja responsabilidade é calculada com base na respectiva data de atribuição. A responsabilidade de tais planos é de 228.527 Euros e foi registada na rubrica 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Para os planos de acções Sonae SGPS, o Grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado e registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', no valor de 274.271 Euros.

Os custos dos planos de acções são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no semestre findo em 30 de Junho de 2009, são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	3.464.650
Custos reconhecidos no exercício	182.554
Custo de planos exercidos em exercícios anteriores	(2.909.118)
Custos de planos exercidos no exercício	(235.289)
	502.798
Registados em Outros passivos correntes	140.786
Registados em Outros passivos não correntes	133.485
Registados em Reservas	228.527

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2009, a Sonaecom converteu os planos de acções Sonaecom anteriormente liquidados em dinheiro em planos liquidados em acções.

20. Outros assuntos

Em processo arbitral, que opôs a Maxistar aos restantes accionistas da Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A. (na altura, Optimus) - por violação de uma cláusula do Acordo Parassocial, a Maxistar foi condenada a pagar aos outros accionistas da Optimus a importância total de 2.344.350 Euros, a que acrescem juros de mora até à data do pagamento ou, em alternativa, a submeter-se ao exercício de uma opção de compra da sua participação na Optimus por 70% do respectivo valor real. A Maxistar propôs uma acção de anulação da decisão do tribunal a qual foi julgada improcedente na primeira instância. Dessa decisão, a Maxistar apresentou recurso para o Tribunal da Relação de Lisboa.

De forma a executar a dívida da Maxistar, e depois de terem manifestado a sua preferência pelo pagamento da importância devida, alguns accionistas propuseram uma acção executiva. Ainda antes de ter terminado a acção de anulação da decisão do tribunal arbitral, por forma a obviar ao prosseguimento da acção executiva, a Maxistar pagou a esses accionistas a quantia de 4.068.048 Euros (capital mais juros), tendo cabido à Sonaecom o valor de 2.183.899 Euros.

O tribunal da relação de Lisboa julgou integralmente improcedente o recurso de apelação apresentado pela Maxistar, confirmando a sentença recorrida.

A Maxistar apresentou recurso para o supremo Tribunal de Justiça, o qual julgou improcedente o recurso de revista interposto pela Maxistar, confirmando de novo a sentença recorrida. Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2009 esta decisão transitou em julgado.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 30 de Julho de 2009.

ANEXO

A 30 de Junho de 2009, as partes relacionadas da Sonaecom, S.G.P.S, são como segue:

Pessoal chave gerência	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Jean François Pontal
Álvaro Cuervo Garcia	Luís Filipe Campos Dias Castro Reis
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Luís Filipe Palmeira Lampreia
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
António de Sampaio e Mello	Michel Marie Bon
Belmiro de Azevedo	Miguel Nuno Santos Almeida
David Hobley	Nuno Manuel Moniz Trigosso Jordão
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Nuno Miguel Teixeira Azevedo
Franck Emmanuel Dangeard	Pedro Miguel Freitas Ramalho Carlos
Gervais Pellissier	

Empresas do Grupo Sonaecom	
Be Artis-Concepção ,Construção e Gestão	Sonae Telecom , S.G.P.S., S.A.
Redes Comunicações ,S.A.	Sonae.com - Sistemas Informação, S.G.P.S., S.A.
Be Towering - Gestão de Torres de	Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A
Telecomunicações, S.A.	Sonaecom, B.V.
Cape Technologies (UK) Limited	Sonaetelecom BV
Cape Technologies Americas, Inc	Sonaecom, S.G.P.S., S.A.
Cape Technologies Limited	Tecnológica Telecomunicações LTDA.
Digitmarket - Sistemas de Informação, SA	Unipress - Centro Gráfico, Lda
Lugar Virtuais, S.A.	VIPU Ace
M3G - Edições Digitais, S.A.	WeDo Consulting - Sistemas de Informação, S.A.
Mainroad - Serviços Tec. Informação, S.A	WeDo Poland Sp. Z.o.o.
Miauger - Organização e Gestão de Leilões	WeDo Technologies Egypt a Limited Liability
Electrónicos., S.A	Company
Permar - Sociedade de Construções, S.A.	WeDo Technologies Mexico, s de R.L. de C.V.
Praesidium Services Limited	WeDo Technologies BV
Praesidium Technologies Limited	WeDo Technologies Australia PTY Limited
Público - Comunicação Social, S.A.	WeDo Technologies (UK) Limited
Saphety Level - Trusted Services, S.A.	WeDo do Brasil - Soluções Informáticas, Ltda
Sociedade Independente de Radiodifusão	WeDo Technologies BV - Sucursal Malaysia
Sonora, S.A.	

Empresas do Grupo Sonae/Efanor	
3DO Holding GmbH	Centro Residencial da Maia,Urban.,S.A.
3DO Shopping Centre GmbH	Centro Vasco da Gama-Centro Comercial,S.A.
3shoppings - Holding,SGPS, S.A.	Change, SGPS, S.A.
Aegean Park,S.A.	Chão Verde-Soc.Gestora Imobiliária,S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	Choice Car - Comércio de Automóveis, S.A.
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Choice Car SGPS, S.A.
Agepan Tarket Laminare Park GmbH Co. KG	Cia.de Industrias e Negócios,S.A.
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	Cinclus Imobiliária,S.A.
Aglom-Soc.Ind.Madeiras e Aglom.,S.A.	Citorres-Sociedade Imobiliária,S.A.
Águas Furtadas - Imobiliária, S.A.	Clérigosshopping- Gestão do C.Comerc.,S.A.
Airone - Shopping Center, Srl	Coimbrashopping- Centro Comercial, S.A.
ALEXA Administration GmbH	Colombo Towers Holding, BV
ALEXA Holding GmbH	Contacto Concessões, SGPS, S.A.
ALEXA Shopping Centre GmbH	Contibomba-Comérc.Distr.Combustiveis,S.A.
Alexa Site GmbH & Co. KG	Contimobe-Imobil.Castelo Paiva,S.A.
Algarveshopping- Centro Comercial, S.A.	Continente Hipermercados, S.A.
Andar - Sociedade Imobiliária, S.A.	Country Club da Maia-Imobiliaria,S.A.
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	Craiova Mall BV
Aquapraia - Investimentos Turísticos,S.A.	Cronosaúde - Gestão Hospitalar, S.A.
Arat inmebles, S.A.	Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.
Arrábidasshopping- Centro Comercial, S.A.	Darbo S.A.S
Aserraderos de Cuellar,S.A.	Developpement & Partenariat Assurances, S.A.
Atlantic Ferries-Tráf.Loc,Flu.e Marít,S.A.	Difusão-Sociedade Imobiliária,S.A.
Avenida M-40 B.V.	Distrifin-Comercio y Prest.Servicios,S.A.
Avenida M-40,S.A.	DMJB, SGPS, S.A.
Azulino Imobiliária, S.A.	Dortmund Tower GmbH
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	Dos Mares - Shopping Centre B.V.
Best Offer-Prest. Inf. p/Internet,S.A.	Dos Mares-Shopping Centre, S.A.
Bikini, Portal de Mulheres,S.A.	Ecociclo - Energia e Ambiente, S.A.
Bloco Q-Sociedade Imobiliária,S.A.	Ecociclo II - Energias, S.A.
Bloco W-Sociedade Imobiliária,S.A.	Edições Book.it, S.A.
Boavista Shopping Centre BV	Edificios Saudáveis Consultores, S.A.
Boulangier España, SL	Efanor Investimentos, SGPS, S.A.
Box Lines Navegação,S.A.	Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.
Campo Limpo, Lda	Efanor-Design e Serviços,S.A.
Canasta-Empreendimentos Imobiliários,S.A.	Efanor-Indústria de Fios,S.A.
Carnes do Continente-Ind.Distr.Carnes,S.A.	El Rosal Shopping, S.A.
CarPlus – Comércio de Automóveis, S.A.	Empreend.Imob.Quinta da Azenha,S.A.
Casa Agrícola de Ambrães, S.A.	Equador & Mendes,Lda
Casa Agrícola João e A. Pombo, S.A.	Espimaia -Sociedade Imobiliária,S.A.
Casa da Ribeira - Hotelaria e Turismo,S.A.	Estação Oriente-Gest.de Galerias Com.,S.A.
Cascaishopping- Centro Comercial, S.A.	Estação Viana- Centro Comercial, S.A.
Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.	Estêvão Neves-Hipermercados Madeira,S.A.
Centro Colombo- Centro Comercial, S.A.	Etablissement A. Mathe, S.A.

Euro Decorative Boards,Ltd	Imosedas-Imobiliária e Serviços,S.A.
Euromegantic,Lteé	Imosistema-Sociedade Imobiliária,S.A.
Euroresinas-Indústrias Químicas,S.A.	Imosonae II
Farmácia Seleção, SA	Impaper Europe GmbH & Co. KG
Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Implantação - Imobiliária, S.A.
Fozimo-Sociedade Imobiliária,S.A.	Infocfield-Formática,S.A.
Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	Inparsi - Gestão Galeria Comercial, S.A.
Freccia Rossa- Shopping Centre S.r.l.	Inparvi SGPS, S.A.
Friengineering International Ltda	Insulatroia - Sociedade Imobiliária, S.A.
Fundo de Invest. Imobiliário Imosede	Integrum-Edifícios Sustentáveis,SA
Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro	Integrum-Serviços Partilhados,S.A.
Gaiashopping I- Centro Comercial, S.A.	Interclean, S.A.
Gaiashopping II- Centro Comercial, S.A.	Interlog-SGPS,S.A.
Geotur- Viagens e Turismo, S.A.	Inventory-Acessórios de Casa,S.A.
GHP GmbH	Investalentejo, SGPS, S.A.
Gli Orsi - Shopping Centre, Srl	Invsaude - Gestão Hospitalar, S.A.
Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl	Ipaper-Industria Papeis Impregnados,S.A.
Global S-Hipermercado,Lda	ISF - Imobiliário, Serviços e Participaç
Glunz AG	Isoroy SAS
Glunz Service GmbH	KLC Holdings XII SA
Glunz UK Holdings Ltd	La Farga - Shopping Center, SL
Glunz Uka GmbH	Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.
Golf Time-Golfe e Invest. Turísticos, S.A.	Lazam Corretora, Ltda.
Guerin – Rent a Car (Dois), Lda.	Le Terrazze - Shopping Centre S.r.l.
Guimarãesshopping- Centro Comercial, S.A.	Lembo Services Ltd (Euro)
Hornitex Polska Sp z.o.o	Libra Serviços, Lda.
Iberian Assets, S.A.	Lidergraf - Artes Gráficas, Lda.
IGI-Investimento Imobiliário,S.A.	Lima Retail Park, S.A.
Igimo-Sociedade Imobiliária,S.A.	Loureshopping- Centro Comercial, S.A.
Iginha-Sociedade Imobiliária,S.A.	Luso Assistência - Gestão de Acidentes, S.A.
Imoareia - Invest. Turísticos, SGPS, S.A.	Luz del Tajo - Centro Comercial S.A.
Imobiliária da Cacela, S.A.	Luz del Tajo B.V.
Imoclub-Serviços Imobiliários,S.A.	Madeirashopping- Centro Comercial, S.A.
Imoconti- Soc.Imobiliária,S.A.	Maiashopping- Centro Comercial, S.A.
Imodivor - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maiequipa-Gestão Florestal,S.A.
Imoestrutura-Soc.Imobiliária,S.A.	Marcas do Mundo-Viag. e Turismo Unip,Lda
Imoferro-Soc.Imobiliária,S.A.	Marcas MC, ZRT
Imohotel-Emp.Turist.Imobiliários,S.A.	Marimo -Exploração Hoteleira Imobiliária
Imomuro-Sociedade Imobiliária,S.A.	Marina de Tróia S.A.
Imopenínsula - Sociedade Imobiliária, S.A.	Marinamagic-Expl.Cent.Lúdicos Marít,Lda
Imoplamac Gestão de Imóveis,S.A.	Marmagno-Expl.Hoteleira Imob.,S.A.
Imoponte-Soc.Imobiliária,S.A.	Martimope - Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoresort - Sociedade Imobiliária, S.A.	Marvero-Expl.Hoteleira Imob.,S.A.
Imoresultado-Soc.Imobiliária,S.A.	MC Property Management S.A.

MDS Corretor de Seguros, S.A.	Pátio Penha Shopping Ltda.
Mediterranean Cosmos Shop. Centre Investments, Megantic BV	Pátio São Bernardo Shopping Ltda
MJLF-Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Pátio Sertório Shopping Ltda
Modalfa-Comércio e Serviços,S.A.	Peixes do Continente-Ind.Dist.Peixes,S.A.
Modelo - Dist.de Mat. de Construção,S.A.	PHARMACONTINENTE - Saúde e Higiene, S.A.
Modelo Cont. Seguros-Soc. De Mediação, Lda	PJP - Equipamento de Refrigeração, Lda
Modelo Continente - Oper.Retalho SGPS,S.A.	Plaza Eboli B.V.
Modelo Continente Hipermercados,S.A.	Plaza Eboli - Centro Comercial S.A.
Modelo Continente, SGPS,S.A.	Plaza Mayor Holding, SGPS, S.A.
Modelo Hiper Imobiliária,S.A.	Plaza Mayor Parque de Ócio B.V.
Modelo Hipermercados Trading, S.A.	Plaza Mayor Parque de Ocio,S.A.
Modelo.com-Vendas p/Correspond.,S.A.	Plaza Mayor Shopping B.V.
Monselice Centre Srl	Plaza Mayor Shopping, S.A.
Movelpartes-Comp.para Ind.Mobiliária,S.A.	Ploi Mall BV
Movimento Viagens-Viag. e Turismo U.Lda	Ploiesti Shopping Center (Euro)
Mundo Vip - Operadores Turísticos, S.A.	Poliface Brasil, Ltda
NAB, Sociedade Imobiliária,S.A.	Poliface North America
NA-Comércio de Artigos de Desporto, S.A.	Porturbe-Edifícios e Urbanizações,S.A.
NA-Equipamentos para o Lar, S.A.	Praedium II-Imobiliária,S.A.
Norscut - Concessionária de Scut Interior Norte,	Praedium III-Serviços Imobiliários,S.A.
Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV	Praedium SGPS, S.A.
Norteshopping-Centro Comercial, S.A.	Predicomercial-Promoção Imobiliária,S.A.
Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T,Ld	Prédios Privados Imobiliária,S.A.
Nova Equador P.C.O. e Eventos	Predisedas-Predial das Sedas,S.A.
Novobord (PTY) Ltd.	Pridelease Investments, Ltd
Oeste Retail Park - Gestão G.Comerc., S.A.	Proj. Sierra Germany 1 - Shop.C. GmbH
Operscut - Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.	Proj. Sierra Germany 4 (four)-Sh.C.GmbH
OSB Deustchland GmbH	Proj. Sierra Italy 2 - Dev.of Sh.C. Srl
Paracentro - Gest.de Galerias Com., S.A.	Proj.Sierra 1 - Shopping Centre GmbH
Pareuro, BV	Proj.Sierra Germany 2 (two)-Sh.C.GmbH
Pargeste SGPS, S.A.	Proj.Sierra Germany 3 (three)-Sh.C.GmbH
Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A.	Proj.Sierra Hold. Portugal V, SGPS,S.A.
Parque Atlântico Shopping - C.C., S.A.	Proj.Sierra Italy 1 -Shop.Centre Srl
Parque D. Pedro 1 B.V.	Proj.Sierra Italy 2 -Dev. Of Sh.C.Srl
Parque D. Pedro 2 B.V.	Proj.Sierra Italy 3 - Shop. Centre Srl
Parque de Famalicão - Empr. Imob., S.A.	Proj.Sierra Portugal I- C.Comerc., S.A.
Parque Principado SL	Proj.Sierra Portugal II-C.Comerc.,S.A.
Partnergiro - Empreend. Turísticos, Lda	Proj.Sierra Portugal III-C.Comerc.,S.A.
Pátio Boavista Shopping Ltda.	Proj.Sierra Portugal IV-C.Comerc.,S.A.
Pátio Campinas Shopping Ltda	Proj.Sierra Portugal V-C.Comercial,S.A.
Pátio Goiânia Shopping Ltda	Proj.Sierra Portugal VI-C.Comercial,S.A.
Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda	Proj.Sierra Portugal VII - C. Comerc.,S.A.
	Proj.Sierra Portugal VIII - C.Comerc.,S.A.
	Project 4, Srl

Sierra Investments (Holland) 1 B.V.	Sonae Indústria Brasil, Ltda
Sierra Investments (Holland) 2 B.V.	Sonae Industria de Revestimentos, S.A.
Sierra Investments Holding B.V.	Sonae Indústria-SGPS, S.A.
Sierra Investments SGPS, S.A.	Sonae International, Ltd
Sierra Italy Holding B.V.	Sonae Investments, BV
Sierra Man. New Tech. Bus. - Serv. Comu. CC, S.A.	Sonae Novobord (PTY) Ltd
Sierra Management Germany GmbH	Sonae RE, S.A.
Sierra Management Hellas SA	Sonae Retalho Espana-Servicios Gen., S.A.
Sierra Management II-Gestão de C.C. S.A.	Sonae Serviços de Gestão, S.A.
Sierra Management Italy S.r.l.	Sonae SGPS, S.A.
Sierra Management Portugal-Gest. CC, S.A.	Sonae Sierra Brasil Ltda
Sierra Management Spain-Gestión C.Com. S.A.	Sonae Sierra Brazil B.V.
Sierra Management, SGPS, S.A.	Sonae Sierra, SGPS, S.A.
Sierra Portugal Fund, Sarl	Sonae Tafibra (UK), Ltd
Sierra Property Management, Srl	Sonae Tafibra Benelux, BV
SII - Soberana Invest. Imobiliários, S.A.	Sonae Turismo Gestão e Serviços, S.A.
Sistavac-Sist. Aquecimento, V.Ar C., S.A.	Sonae Turismo-SGPS, S.A.
SKK-Central de Distr., S.A.	Sonae UK, Ltd.
SKKFOR - Ser. For. e Desen. de Recursos	Sonaecenter Serviços, SA
SMP-Serv. de Manutenção Planeamento	Sonaegest-Soc. Gest. Fundos Investimentos
Soc. Inic. Aproveit. Florest.-Energias, S.A.	Sondis Imobiliária, S.A.
Sociedade de Construções do Chile, S.A.	Sontaria-Empreend. Imobiliários, S.A.
Sociedade Imobiliária Troia - B3, S.A.	Sontel Bv
Société de Tranchage Isoroy S.A.S.	Sontur BV
Société des Essences Fines Isoroy	Sonvecap BV
Société Industrielle et Financière Isoroy	Sopair, S.A.
Socijofra-Sociedade Imobiliária, S.A.	Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turist
Sociloures-Soc. Imobiliária, S.A.	Spanboard Products, Ltd
Soconstrução BV	Spinarq, S.A.
Sodesa, S.A.	Spinveste - Promoção Imobiliária, S.A.
Soflorin, BV	Spinveste-Gestão Imobiliária SGII, S.A.
Soira-Soc. Imobiliária de Ramalde, S.A.	Sport Zone-Comércio Art. Desporto, S.A.
Sol Retail Park - Gestão G. Comerc., S.A.	SRP Development, SA
Solaris Supermercados, S.A.	SRP-Parque Comercial de Setúbal, S.A.
Solinca III-Desporto e S.A.úde, S.A.	Star-Viagens e Turismo, S.A.
Solinca-Investimentos Turísticos, S.A.	Tableros Tradema, S.L.
Solinfitness - Club Malaga, S.L.	Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, SL
Soltroia-Imob. de Urb. Turismo de Tróia, S.A.	Tafibras Participações, S.A.
Somit Imobiliária, S.A.	Tafisa Brasil, S.A.
Sonae Capital Brasil, Lda	Tafisa Canadá Societé en Commandite
Sonae Capital, SGPS, S.A.	Tafisa France, S.A.
Sonae Center Serviços, SA	Tafisa UK, Ltd
Sonae Financial Participations BV	Tafisa-Tableros de Fibras, S.A.
Sonae Ind., Prod. e Com. Deriv. Madeira, S.A.	Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, SL

Tarkett Agepan Laminate Flooring SCS Tavapan,S.A. Tecmasa Reciclados de Andalucia, SL Teconologias del Medio Ambiente,S.A. Textil do Marco,S.A. Tlantic Portugal-Sist. de Informação, SA Tlantic Sistemas de Informação Ltdª Todos os Dias-Com.Ret.Expl.C.Comer.,S.A. Tool GmbH Torre Colombo Ocidente-Imobiliária,S.A. Torre Colombo Oriente-Imobiliária,S.A. Torre São Gabriel-Imobiliária,S.A. TP - Sociedade Térmica, S.A. Troia Market, SA Troia Market-Supermercados, S.A. Tróia Natura, S.A. Troiaresort-Investimentos Turísticos, S.A.	Troiaverde-Expl.Hoteleira Imob.,S.A. Tulipamar-Expl.Hoteleira Imob.,S.A. Unishopping Administradora Ltda. Unishopping Consultoria Imob. Ltda. Urbisedas-Imobiliária das Sedas,S.A. Valecenter Srl Valor N, S.A. Vastgoed One - Sociedade Imobiliária, S.A. Vastgoed Sun - Sociedade Imobiliária, S.A. Venda Aluga-Sociedade Imobiliária,S.A. Via Catarina- Centro Comercial, S.A. Viajens y Turismo de Geotur España, S.L World Trade Center Porto, S.A. Worten España, S.A. Worten-Equipamento para o Lar,S.A. Zubiarte Inversiones Inmob,S.A.
--	--

Empresas do Grupo FT	
France Telecom, S.A.	Atlas Services Belgium, SA.

12.5. Relatório de Revisão Limitada

Sonaecom, S.G.P.S., S.A.

**Relatório de Revisão Limitada
Elaborado por Auditor
Registado na CMVM sobre a
Informação Semestral
Consolidada e Individual**

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTRADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL

Introdução

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira do semestre findo em 30 de Junho de 2009 da SONAECOM, S.G.P.S., S.A. (“Empresa”) incluída: no Relatório de Gestão, nos Balanços Consolidado e Individual (que evidenciam um total de 1.957.247.751 Euros e 1.644.366.762 Euros, respectivamente, e capitais próprios consolidados e individuais de 930.800.206 Euros e 1.144.173.609 Euros, respectivamente, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 1.419.771 Euros e um resultado líquido individual negativo de 6.007.066 Euros), nas Demonstrações Consolidadas e Individuais de resultados, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do semestre findo naquela data e nos correspondentes Anexos.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de informação financeira consolidada e individual que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, os resultados consolidados e individuais das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e individual e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica, seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade e a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira baseada no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.

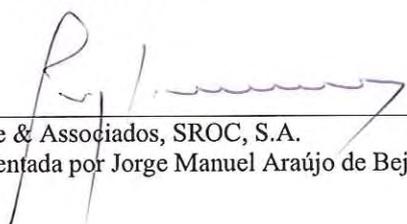
Página 2 de 2

6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação semestral.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada e individual do semestre findo em 30 de Junho de 2009 referida no parágrafo 1 acima da SONAECOM, S.G.P.S., S.A., não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 30 de Julho de 2009



Deloitte & Associados, SROC, S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

ADVERTÊNCIA

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas actuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são indicações que não são factos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de factores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação, do sector das telecomunicações, condições económicas e alterações da concorrência. Indicações futuras podem ser identificados por palavras tais como “acredita”, “espera”, “antecipa”, “projecta”, “pretende”; “procura”, “estima”, “futuro” ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflectam as nossas expectativas actuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas e, em geral, todos os utilizadores deste documento, são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projectados pelas informações e indicações futuras. Todos são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. Não umimos nenhuma obrigação de actualizar qualquer informação ou indicação futura.

Relatório disponível no site Institucional da Sonaecom
www.sonae.com

Contactos para os Media e Investidores

Isabel Borgas
Responsável pelas Relações Públicas
isabel.borgas@sonae.com
Tel: +351 93 100 20 20

António Castro
Responsável pelas Relações com Investidores
antonio.gcastro@sonae.com
Tel: +351 93 100 20 99

A Sonaecom SGPS está admitida à negociação na Euronext Stock Exchange. Informação sobre a sociedade pode também ser consultada na Reuters através do símbolo “SNC.LS” e na Bloomberg através do símbolo “SNC:PL”.

Sonaecom SGPS, SA
Rua Henrique Pousão, 432 – 7º
4460-841 Senhora da Hora
Portugal